



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
**INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JADSON ALBUQUERQUE

**AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO  
MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU (PA)**

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     **Dissertação**     **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

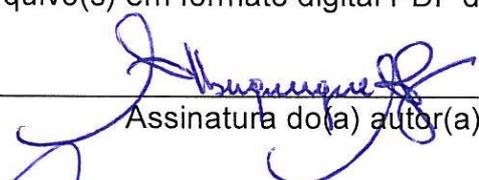
Nome completo do autor: Jadson Albuquerque dos Santos

Título do trabalho: Agricultura camponesa e o agronegócio do dendê no município de Tomé-Açu (PA)

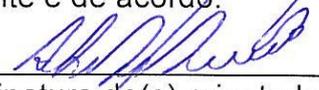
**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM     **NÃO**<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 28 / 09 / 2018

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

JADSON ALBUQUERQUE

**AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO  
MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Albuquerque, Jadson  
Agricultura camponesa e o agronegócio do dendê no município de Tomé-Açu (PA) [manuscrito] / Jadson Albuquerque. - 2018.  
CLXX, 170 f.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, lista de figuras.

1. Integração Agricultura e Indústria. 2. Monopolização do Território. 3. Recriação capitalista do campesinato. 4. Políticas Públicas. I. Oliveira, Adriano Rodrigues de, orient. II. Título.

CDU 911.37



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE  
MESTRADO DE JADSON ALBUQUERQUE DOS SANTOS**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito (2018), a partir das 10h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado **JADSON ALBUQUERQUE DOS SANTOS**, intitulada: "AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU (PA)". A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 95/2018 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores **Adriano Rodrigues de Oliveira** (Presidente), **Marcelo Rodrigues Mendonça** (Membro Titular Interno), **Cátia Oliveira Macedo** (Membro Titular Externo), Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente. Às 12:45 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo o candidato obtido os seguintes resultados:

**Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (Presidente)** – Ass. *Adriano Rodrigues de Oliveira*

Aprovado () Reprovado ( )

**Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça** – Ass. *Marcelo Rodrigues Mendonça*

Aprovado () Reprovado ( )

**Profa. Dra. Cátia Oliveira Macedo** – Ass. *Cátia Oliveira Macedo*

Aprovado () Reprovado ( )

**Resultado final:** Aprovado () Reprovado ( )

**Houve alteração no Título?** Sim ( ) Não ()

Em caso afirmativo, especifique o novo título:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Outras observações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria..... *Luana de Castro*.....

*Luana de Castro Amorim*  
Assistente em Administração  
Instituto de Estudos Sócio Ambientais  
Matrícula: 2357313

JADSON ALBUQUERQUE

**AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO DO DENDÊ NO  
MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Geografia, defendida no dia 28 de setembro de 2018, na presença da banca examinadora constituída pelos seguintes doutores:

PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
IESA/UFG  
Presidente da Banca

PROF. DR. MARCELO RODRIGUES MENDONÇA  
IESA/UFG  
Membro Interno

PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup>. CÁTIA OLIVEIRA MACEDO  
IFPA  
Membro Externo

“Sem trabalho, terra e pão, não sou cidadão.”

Benedito Alves Bandeira (Benezinho) *in memoriam*,  
a quem dedico.

## AGRADECIMENTOS

Quero aqui agradecer a todos os corações e (a)braços que me trouxeram até este momento, tornando-o possível e um espelho de uma pessoa e um pesquisador em construção. A vocês o meu reconhecimento e profundo agradecimento.

Agradeço aos meus pais, Maria de Fátima e Manoel Nicácio, pelo suporte durante todos esses anos. Obrigado mãe pelo apoio durante o primeiro ano de mestrado, sem você esta pesquisa não seria possível, muitíssimo obrigado pela confiança. Agradeço, igualmente, aos meus irmãos, Manoel José, Emerson e Wilson e às minhas irmãs, Rosemere e Suzanne, com vocês sou mais feliz.

Muitíssimo obrigado a todos os camponeses que participaram desta pesquisa, pessoas de fibra que muito me ensinaram. Quero agradecer de forma especial a dona Paula por ter me ajudado nos primeiros momentos em campo. Agradeço a todos os presidentes de sindicatos e associações que me receberam para entrevistas e que muito contribuíram para as análises tecidas nesta dissertação. Agradeço pelas entrevistas concedidas pelos ex-secretários de agricultura de Tomé-Açu, Michinori Konagano e Cícero Silva.

Meu profundo agradecimento ao casal Adriana e Acácio Moraes por terem me recebido em sua casa, me deixando participar do dia-a-dia de sua família, obrigado pela comida, gentileza e alegria servidas diariamente.

Ao meu professor e orientador Adriano Rodrigues de Oliveira, endereço meus agradecimentos por ter aceitado esta proposta de pesquisa e por ter mantido sempre uma postura profissional e de compreensão diante das inquietudes deste estudante.

Agradeço aos professores Tadeu Arrais, Denis Castilho, Agustín Ávila e Ariovaldo de Oliveira pelas contribuições dadas em suas disciplinas. À professora Rusvênia pelas conversas sempre animadas e esclarecedoras, obrigado.

Também dedico meus agradecimentos ao professor Marcelo Mendonça e à professora Cátia Macedo por suas ricas contribuições a esta pesquisa desde seu princípio, passando pelo exame de qualificação, até a defesa.

Obrigado a todos os meus colegas do Laboter e TRAPPU, especialmente à Ângela, Jéssyca, Ludimila e Aline a quem dedico admiração e amizade desde que cheguei ao IESA/UFG. Agradeço ao Acácio Leite pela ajuda com os dados do INCRA.

À minha família do coração, Lívia, Cezar, Bela e Gabi, meus queridos amigos, meus sinceros agradecimentos por tudo. Vocês fizeram de Goiânia um lugar especial para

mim, porque ali nos encontramos. Amo vocês. Agradeço também ao Wilmar pela música e pela prosa.

Obrigado aos colegas com quem dividi morada, em especial à Laís e ao Rodrigo pela paciência e companhia.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos durante 12 meses, meus agradecimentos.

## **Canto da Saudade e da Esperança**

Benezinho hoje vai cantar  
Pois teu povo vai se organizar  
E teus filhos vão se alegrar,  
Que tua luta vai continuar

Benedito era seu nome, Bandeira que o povo seguia,  
Alves tua assinatura, Força que brotou um dia.  
Bandeira da Reforma Agrária/ Anseio que os pobres pediam  
Chamando-te Benezinho  
Nome que todos sabiam

Bandeira da paz que um dia/ O povo há de conquistar  
Teu sangue que foi derramado  
Fez o povo se levantar!  
O povo que antes dormia/ Hoje vê um novo horizonte,  
De um mundo novo que surge/ do qual, Benezinho, és ponte.

Benezinho teus filhos hoje vivem/ A falta daquele sorriso  
Que a todos tu davas com afeto/ Anunciando o paraíso  
Os amigos também não esquecem / Daquele teu jeito tranquilo  
Que fazia da luta um lazer/ Firmeza era teu estilo

Benezinho fostes ao além/ Mas sempre estarás presente/ Na luta pela liberdade  
É a força que brota da gente!  
O teu ideal é o nosso/ Por isso cantamos teu nome  
Na luta estamos sem medo/ Para tirar o mundo da fome.

(Oswaldo Matos)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como centralidade analisar os efeitos da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu, no nordeste do Pará, no período de 2005 a 2017. Com isso pretendemos contribuir para o entendimento da atualidade da questão agrária no estado, a partir das formas de expansão desse setor. A partir do ano de 2005, com a promulgação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), e de 2010, com o lançamento dos programas Palma Verde e o de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), há uma expansão dos cultivos de dendê, resguardada pelo discurso do desenvolvimento regional e sustentável, incentivada por essas políticas que trazem em seu cerne a integração de unidades de produção camponesa à cadeia agroindustrial dessa oleaginosa, tornando o Nordeste paraense o maior produtor do Brasil. O objetivo desta investigação é analisar os efeitos socioeconômicos dessa integração em Tomé-Açu. Para isso, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica sobre o tema, levantamento de dados secundários e, sobretudo, trabalho de campo para a coleta de dados e informações primárias, fundamentado em roteiro de entrevista semiestruturado e conversas informais com um grupo de camponeses integrados, oriundos de três comunidades do município. A partir desta investigação é possível afirmar que a classe camponesa na região de Tomé-Açu foi forjada historicamente em disputas territoriais, enfrentando lógicas contraditórias; que o dendê é mais um momento dessa história de disputas entre lógicas antagônicas e de que essa integração é vista pelos camponeses como uma oportunidade de superar limitações impostas à produção camponesa, dentre as quais o destaque para a comercialização da produção. Diante desse cenário, o capital agroindustrial tem encontrado condições para sua reprodução, lançando mão de estratégias como a subordinação da renda da terra camponesa, ao mesmo tempo em que permite a reprodução das formas camponesas de trabalho e convivência.

**Palavras-chave:** Integração Agricultura e Indústria; Monopolização do Território; Recriação capitalista do campesinato; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the effects of productive integration between the peasant units and the palm oil agroindustry in the municipality of Tomé-Açu, northeast of Pará, during the 2005-2017 period. This seeks to contribute to the understanding of the current agrarian problems in the state, based on the forms of expansion of this sector. Since 2005, with the promulgation of the Program of Production and Use of Biodiesel (PNPB), and of 2010, with the launch of the “Palma Verde” (green palm) and Sustainable Production of Palm Oil (PSOP) programs, there is an expansion of palm oil crops, safeguarded by the discourse of regional and sustainable development, encouraged by these policies that bring in essence the integration of peasant units to the industrial chain of that oilseed, transforming the northeast of Pará into the largest producer in Brazil. The objective of this research is to analyze the socio-economic effects of this integration in Tomé-Açu. For that, the methodological procedures will consist of the bibliographic review on the subject, surveys of the secondary data and, above all, fieldwork for the collection of data and primary information, based on the script of semi-structured interviews and informal conversations with the group of integrated peasants, natives of three communities of the municipality. From this investigation it is possible to affirm that the peasant class in the Tomé-Açu region was forged historically between territorial disputes, facing contradictory logics; palm oil is more a moment of that history of dispute between antagonistic logics and that this integration is seen by peasants as an opportunity to overcome limitations imposed on peasant production, within which the commercialization of production stands out. In front of this scenario, industrial capital has found conditions for its reproduction, formulating strategies such as the subordination of the income of peasant land, at the same time as it allows the reproduction of peasant forms in work and coexistence.

**Keywords:** Agriculture and Industry Integration; Monopolization of the Territory; Capitalist recreation of the peasantry; Public Politics.

## RESUMEN

Esta investigación aborda el análisis de los efectos de integración productiva entre las unidades de campesinas y la agroindustria del aceite de palma en el municipio de Tomé-Açu, al nororiente de Pará, durante el periodo de 2005-2017. Con esto se busca contribuir a la comprensión de la actual problemática agraria en el estado, a partir de las formas de expansión de este sector. Desde el año 2005, con la promulgación del Programa de Producción y Uso de Biodiesel (PNPB), y de 2010, con el lanzamiento de los programas Palma Verde y de Producción Sustentable del Aceite de Palma (PSOP), hay una expansión de los cultivos de aceite de palma, resguardado por el discurso de desarrollo regional y sustentable, incentivado por estas políticas que traen en esencia la integración de las unidades de campesinos a la cadena industrial de esa oleaginosa, transformando el nororiente de Pará en el mayor productor del Brasil. El objetivo de esta investigación es analizar los efectos socio económicos de esta integración en Tomé-Açu. Para eso, los procedimientos metodológicos consistirán en la revisión bibliográfica sobre el tema, levantamientos de los datos secundarios y, sobretudo, trabajo de campo para la recolección de los datos e informaciones primarias, fundamentados en el libreto de entrevistas semiestructuradas y conversaciones informales con el grupo de campesinos integrados, oriundos de tres comunidades del municipio. A partir de esta investigación es posible afirmar que la clase campesina en la región de Tomé-Açu fue forjada históricamente entre disputas territoriales, enfrentando lógicas contradictorias; el aceite de palma es más un momento de esa historia de disputa entre lógicas antagónicas y de que esa integración es vista por los campesinos como una oportunidad de superar limitaciones impuestas a la producción campesina, dentro de lo que se destaca la comercialización de la producción. Delante de este escenario, el capital industrial ha encontrado condiciones para su reproducción, formulando estrategias como la subordinación de la renta de la tierra campesina, al mismo tiempo en que permite la reproducción de formas campesinas en el trabajo y convivencia.

**Palabras claves:** Integración Agricultura e Industria; Monopolización del Territorio; Recreación capitalista del campesinado; Políticas Públicas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização de Tomé-Açu (PA).....	31
Figura 2: Pimenta-do-reino na colônia agrícola Tomé-Açu (PA), 1955.....	57
Figura 3: Propriedade com o SAF e área de pesquisa.....	58
Figura 4: Mapa dos diferentes tipos de colonização do município de Tomé-Açu.....	61
Figura 5: Fazenda de gado às margens da estrada.....	69
Figura 6: Mapa de localização da área de estudo.....	102
Figura 7: Igreja dos Santos Reis.....	104
Figura 8: Rodovia PA 140, Km 23.....	105
Figura 9: Dendezal no quintal da família camponesa.....	106
Figura 10: Ponte sobre o rio Mocoões na Bodega.....	106
Figura 11: Escola Odil Pontes, Km 23.....	107
Figura 12: Igreja de São José, padroeiro da Vila.....	108
Figura 13: Área plantada com dendê em 2012 no Km 23 no âmbito da integração à agroindústria.....	108
Figura 14: Inauguração da mini fábrica de polpa de frutas do PA Miritipitanga.....	110
Figura 15: Plantações de dendê no PA Miritipitanga.....	111
Figura 16: Ponte de acesso ao PA Miritipitanga.....	112
Figura 17: Escola Benedito Alves Bandeira.....	113
Figura 18: Família trabalhando na roça de pimenta-do-reino.....	119
Figura 19: Família raspando mandioca.....	120
Figura 20: Recibo de coleta de frutos.....	122
Figura 21: Pesagem dos cachos de dendê em uma unidade camponesa.....	123
Figura 22: Boletim informativo da Biopalma para os agricultores camponeses.....	125
Figura 23: Preparo da farinha em duas unidades camponesas integradas à cadeia do dendê.....	129
Figura 24: Pai e filho trabalhando em meio ao dendê.....	136
Figura 25: Esquema síntese do movimento de retorno ao campo.....	146

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais estados brasileiros produtores de dendê em 2016.....	23
Gráfico 2: Área plantada e produção de dendê em Tomé-Açu (PA) (2004-2016)...	33
Gráfico 3: Luta pela terra e pelo território no Pará e em Tomé-Açu (2011-2017)...	65
Gráfico 4: Área de floresta natural e pastagem em Tomé-Açu (1985-2017).....	69
Gráfico 5: Matérias-primas utilizadas na produção dos agrocombustíveis, outubro de 2017.....	87
Gráfico 6: Capacidade instalada e autorizada para a produção do agrocombustível na região Norte em 2017.....	87
Gráfico 7: Produção de dendê em uma unidade camponesa entre abril e agosto de 2018.....	126

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Destinação agrícola das terras concedidas (sesmarias) 1707-1824.....	44
Quadro 2: A propriedade da terra em Tomé-Açu (2003-2013) .....	68
Quadro 3: Principais países compradores do óleo de palma brasileiro (2015-2016)....	88
Quadro 4: Grau de escolaridades dos camponeses entrevistados.....	114

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRAPALMA – Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma  
ADAQS – Associação dos Agricultores do Quarto Setor  
ADM – Archer Daniels Midland Company  
ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível  
ASMUM – Associação dos Moradores Unidos do Miritipitanga  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
BASA – Banco da Amazônia  
BBB – Belém Bioenergia  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAMTA – Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CCIR – Certificado do Cadastro de Imóvel Rural  
CFF – Cachos frescos de fruto  
CGAER – Coordenação-Geral de Agroecologia e Energias Renováveis  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação  
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura  
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GPS – Global Position System  
IAN – Instituto Agrônomo do Norte  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEFLOR - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará  
IESA – Instituto de Estudos Socioambientais  
IRHO – Institut de Recherches Pour Les Huiles et Les Oleagineux  
ITERPA – Instituto de Terras do Pará  
LABOTER – Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OMC – Organização Mundial do Comercio  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel  
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSOP – Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma  
RSPO – Roundtable on Sustainable Palm Oil  
SCS – Selo Combustível Social  
SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário  
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TFT – The Forest Trust  
TRAPPU – Território, Trabalho e Políticas Públicas  
UEPA – Universidade do Estado do Pará  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
USDA – Units Stats Department Agricultural

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	19
1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	21
1.2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA .....	24
1.3. OS CAMINHOS DA PESQUISA E DO PESQUISADOR .....	26
1.4. SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	36
<b>2. OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO NO NORDESTE PARAENSE E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE TOMÉ-AÇU</b> .....	39
2.1 O PROCESSO COLONIZADOR A PARTIR DO SÉCULO 18: TERRITÓRIO, PODER E CONFLITO NO NORDESTE PARAENSE.....	41
2.1.1 <i>A ocupação do Baixo Acará: camponeses, escravos e donos de engenhos nos séculos 18 e 19.....</i>	42
2.1.2 <i>A ferrovia Belém-Bragança (1875-1965): a colonização como iniciativa oficial</i> 49	
2.1.3 <i>A imigração japonesa e suas contribuições para a formação territorial de Tomé- Açu</i> 54	
2.2 A DISPUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO EM TOMÉ-AÇU .....	62
2.3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA MUNICIPAL COMO REFLEXO DAS TENSÕES HISTÓRICAS .....	67
<b>3. A CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ E DAS POLÍTICAS DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NA AMAZÔNIA PARAENSE</b> .....	71
3.1 O DENDÊ COMO MAIS UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PARA A AMAZÔNIA .....	73
3.2 A AGROINDÚSTRIA E A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA .....	78
3.3 O PNPB E O PSOP.....	82
3.5 INTEGRAÇÃO DE UNIDADES CAMPONESAS À AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ.....	91

<b>4</b>	<b>DENDÊ NA UNIDADE CAMPONESA: EFEITOS, CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIAS</b> .....	100
4.1.	AS COMUNIDADES PESQUISADAS.....	101
4.1.1.	<i>A comunidade Santos Reis (Bodega)</i> .....	104
4.1.2.	<i>A vila Nova Esperança (Km 23)</i> .....	107
4.1.3.	<i>A comunidade Santa Maria Goretti (Assentamento Miritipitanga)</i> .....	109
4.2.	CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	114
4.3.	SOBRE A UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA .....	116
4.4.	ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA .....	120
4.5.	A BALANÇA QUE MEDE O TRABALHO CAMPONÊS .....	121
4.6.	SOBRE A DIVERSIDADE PRODUTIVA CAMPONESA.....	128
4.7.	SOBRE A AUTONOMIA E ORGANIZAÇÃO CAMPONESA .....	132
4.8.	A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA AO CAPITAL.....	135
4.9.	O QUE MUDOU COM O DENDÊ?.....	138
5.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	141
6.	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148
	APÊNDICES .....	159
	ANEXOS.....	160

---

## **1. INTRODUÇÃO**

---

Este trabalho, constitui-se em uma contribuição aos estudos sobre a questão agrária no nordeste paraense, sobretudo os que envolvem a territorialização do dendê<sup>1</sup>, por meio de uma análise dos efeitos da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria dessa palmácea em Tomé-Açu (PA). Dentre as clivagens para se pensar a questão agrária, esta pesquisa segue o viés da política pública.

Esta pesquisa se inscreve em um contexto de avanço de formas “abrasileiradas” do neoliberalismo e captura do Estado, impostas pelo avanço do sistema de produção capitalista, resultando em um acirramento da luta de classes sociais e o recrudescimento das disputas territoriais nos espaços rural e urbano.

Com enfoque no contexto rural e sob a recente expansão do agronegócio do dendê no nordeste paraense, nosso objetivo é analisar os efeitos da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA).

De antemão, ao cunhar os termos camponês e campesinato, estamos nos referindo, respectivamente, aquele que produz na terra, que pode ou não ser sua, com a força de trabalho da sua família e em razão da satisfação das necessidades desse grupo familiar. Sua vida não é regida exclusivamente pela mediação do dinheiro, contudo este lhe possibilita ir ao mercado adquirir bens e materiais que lhe auxiliem no processo produtivo e das condições materiais de existência. Sua forma econômica está ligada ao trabalho direto na terra e envolvida com certos níveis de solidariedade entre os pares que balizam o campesinato na relação com outras formas sociais dentro da sociedade capitalista (MARCOS, 2014).

Ao seu turno, o campesinato é entendido

Como classe *sui generis* do capitalismo, sua singularidade se manifesta na experiência única de reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. É o que lhes permite conservar a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida, ainda que as condições concretas de reprodução de cada família nem sempre o determine. (OLIVEIRA, 2006, p.16).

Nesse sentido, torna-se necessário entendermos o campesinato dentro do contexto histórico e inserido em uma estrutura da sociedade, nesse caso, da sociedade capitalista; e, a partir daí, compreender as formas camponesas de *(RE)Existir* nessa sociedade. Os

---

<sup>1</sup> O dendê é o fruto do dendezeiro (*Elaeis guineensis*) palmácea originária da África Ocidental. O dendê, ou palma de óleo (*palm oil* como é conhecida em inglês), foi revelada economicamente nas plantações do Extremo Oriente, com a utilização do óleo inicialmente em sabão e, depois, como lubrificante de máquina a vapor. Com o crescimento da demanda as plantações expandiram na Malásia na década de 1930 e a seguir na Indonésia. Hoje, o óleo da palma é utilizado em inúmeros produtos alimentícios e cosméticos da Europa, Japão e Estados Unidos” (BECKER, 2010, p. 3).

camponeses, portanto, estão ligados ao desenvolvimento desigual e combinado do capital, fazendo parte e garantindo, em alguns casos como sujeitos, as formas de reprodução dessa ordem social.

Ao longo desta pesquisa buscamos analisar a relação entre esses sujeitos com o agronegócio do dendê em Tomé-Açu. Partindo do entendimento que o

[...] agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais. (CAMPOS, 2009, p. 15)

O agronegócio está erigido sob o discurso do desenvolvimento e vem sendo encarado nas últimas décadas como “salvador da lavoura”, recebendo prioridade na agenda de investimentos do Estado brasileiro, o que vem resultando na redução acentuada de outras concepções socioeconômicas para o campo brasileiro e da política de reforma agrária.

A relação entre o campesinato e o agronegócio do dendê, bem como a fundamentação teórico-metodológica desta investigação serão detalhadas nas próximas seções desta introdução.

### 1.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

A recente expansão das plantações de dendê no estado do Pará tem relação com a produção do agrocombustível feito a partir do óleo dessa oleaginosa. Esse crescimento, que atualmente dá o tom do desenvolvimento do agronegócio no nordeste paraense, tem relação direta com a crise capitalista do petróleo de 1970, que pôs em xeque a produção de energia a partir dessa fonte não renovável de energia.

A referida crise, demonstrou para a classe capitalista que era preciso buscar formas alternativas ao petróleo, que pudessem garantir a demanda energética da sociedade industrial e ainda trouxesse consigo uma redução dos impactos sobre o ambiente. Naquele contexto, o Brasil encampou ambiciosos programas, como o PROÁLCOOL durante a década de 1970, avançando para a década de 1990 com a ampliação da preocupação em produzir agrocombustíveis a partir da matriz vegetal, até chegar o ano de 2005, quando se criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

O PNPB, criado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>2</sup>, é considerado um programa ambicioso, notadamente por dois motivos: em obrigar a mistura do chamado “biodiesel” ao diesel mineral vendido no país e, por se basear no que chamou de inclusão social e produtiva da agricultura familiar<sup>3</sup> na cadeia de produção do agrocombustível, a partir do Selo Combustível Social (SCS) (BRASIL, 2011).

Por meio do SCS as empresas garantem vantagens perante o governo e ao mercado, como redução de impostos e autopromoção no mercado por possuir o selo. Para tal, as empresas necessitam adquirir um percentual mínimo de matéria prima proveniente da agricultura camponesa (BRASIL, 2014).

Para o estado do Pará, essa política de produção energética selecionou o dendê, em boa parte em razão das condições edafoclimáticas que o nordeste paraense oferece e pela presença do dendê no campo paraense, pelo menos desde a década de 1970, num outro contexto. Assim, no ano de 2010, foi lançado o Programa Palma Verde no município de Tomé-Açu, pelo então presidente Lula, que teve como objetivo o estímulo a produção de dendê no estado. Nesse mesmo ano surgiu o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), que buscava balizar a produção de palma no intuito de evitar problemas de ordem ambiental.

Importante destacar que as plantações de dendê têm sido a principal causa de desflorestamento e de violação de direitos de camponeses e indígenas na Malásia e Indonésia (responsáveis por mais de 80% da produção mundial), segundo o relatório de desenvolvimento humano do PNUD (2007).

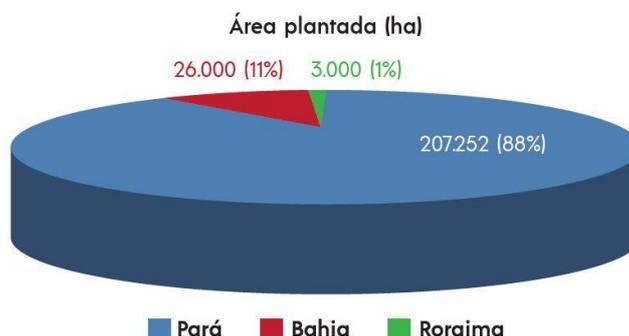
No Brasil, a maior parte dos plantios está na Amazônia, especificamente na mesorregião nordeste Paraense, no estado do Pará; que tem sofrido os efeitos da expansão das plantações de empresas nacionais e estrangeiras<sup>4</sup>. O que ocasionou uma corrida pela compra e arrendamento de terras na mesorregião, inflacionando o mercado de terras. O gráfico 01, demonstra os principais estados produtores de dendê no Brasil em 2016.

---

<sup>2</sup> Em função da interrupção do mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2016, o Ministério de Desenvolvimento Agrário perdeu o *status* de ministério e se converteu em Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário vinculada à Casa Civil do Governo Federal.

<sup>3</sup> Ao usarmos esse termo neste texto estamos nos referindo tão somente ao termo utilizado do ponto de vista institucional, legalizado pela lei nº 11.326 de 24/07/2006. Por tratarmos de algumas políticas públicas em algumas partes deste texto, esse termo será acionado, mas sempre como categorização da política institucional. Dessa forma, é importante deixar claro que nossa análise está fundamentada na classificação da agricultura camponesa, como já destacado previamente.

<sup>4</sup> As empresas presentes no estado do Pará são: ADM, Agropalma, BBB/Petrobras/Galp, Biopalma/Vale, Denpasa, Dentauá, Guanfeng Group, Marborges, Palmasa, Yossan.

**Gráfico 01: Principais estados brasileiros produtores de dendê em 2016**

Fonte: ABRAPALMA. Elaboração: MAPA, 2018

Uma modalidade amplamente empregada por algumas dessas empresas é a integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria do dendê, a chamada “parceria com a agricultura familiar” pelas empresas. Até 2014, 1.124 agricultores camponeses estavam integrados à cadeia produtiva do dendê, o que perfazia 30.461 hectares (15%) de área plantada no Pará, de um total de 208.534 ha (ABRAPALMA, 2014). O último dado obtido mostra que o número de famílias que cultivam dendê atualmente no Pará ultrapassa 1.500 (mil e quinhentos) e são responsáveis por 40.092 hectares, o que corresponde a 19,5% da área total (MAPA, 2018). Portanto, um aumento de 4,5% em quatro anos.

Ao nos referirmos à integração, neste caso a integração produtiva, entendemos que existe nesse processo uma relação assimétrica entre a agricultura e a indústria, para a qual reside uma contradição histórica do modo de produção capitalista, que é a propriedade da terra. Ou seja, a pertinência desse aparente entrave, que é a propriedade fundiária, faz parte do *modus operandi* do capitalismo, que para se desenvolver lança mão de relações como a extração de renda da terra e, no caso da terra camponesa, subordinação da renda da terra (OLIVEIRA, 2010). Assim, essa integração guarda em seu interior uma disputa de lógicas antagônicas que coexistem no modo de produção atual. Tal relação não deve ser tomada aqui como equitativa ou harmoniosa.

A partir da integração, as mudanças são flagrantes nessa região do Pará. Surgiram diversos estudos em Geografia<sup>5</sup> e em outras áreas do conhecimento<sup>6</sup> que enfatizam mudanças sob diferentes primas interpretativos. Destaca-se interpretações que vão desde os efeitos socioambientais do dendê (REPÓRTER BRASIL, 2010; 2013), passando pelo

<sup>5</sup> Ver Becker (2010); Nahum; Bastos (2014, 2017); Barros (2016); Oliveira Neto (2017).

<sup>6</sup> Ver Homma; Vieira (2012); Brandão; Schoneveld (2015); Silva; Navegantes-Alves (2017a)

impacto na redução de culturas alimentares como a mandioca (HOMMA; VIEIRA, 2012; SILVA, 2016), até mesmo como alternativa para o desenvolvimento regional e como forma de recuperação de áreas degradadas (BECKER, 2010; ALVES, 2011), ou ainda, como um mecanismo de bem-estar de toda sociedade, como afirma o excerto a seguir:

O mecanismo de parceria pode se constituir em importante fonte para elevação da produtividade dos fatores de produção e de ganhos sociais para o conjunto da sociedade, a partir da promoção do bem-estar coletivo. Desta forma, a integração entre pequeno produtor e grandes empresas configura-se em relevante estratégia para o fomento do desenvolvimento no meio rural. (MENEZES, et al., 2015, p. 3)

Nesta pesquisa buscamos analisar quais são efeitos da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria do dendê em um município do nordeste paraense que tem em diferentes formas de colonização a sua formação territorial e a gênese de seu campesinato diverso social e produtivamente.

Nossa investigação, igualmente, propõe um debate sobre essa integração de camponeses ao dendê, chegando ao entendimento de que estão em curso formas de subordinação e resistência desse campesinato em meio ao avanço do agronegócio do dendê na região. A seguir, apresentamos de forma mais detalhada os objetivos, ou os limites, desta pesquisa.

## 1.2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Ao nos depararmos com o sistema de integração produtiva à agroindústria do dendê no Pará, é relativamente fácil destacar a diferença em relação à outras experiências de integração, como na produção de aves, suínos, tabaco, cana-de-açúcar, entre outros. Ao passo que estas produções estão resguardadas por um contrato entre os camponeses e as agroindústrias, em que a empresa garante a compra da produção do agricultor camponês integrado; a integração às agroindústrias do dendê vai além e está sob tutela do Estado, via PNPB e SCS, na qual as empresas exercem a operacionalização.

O Estado, nesse caso, funciona como uma espécie de organizador, intervindo no mercado que se forma em torno da produção de energia e inserindo, de certa forma, a agricultura camponesa nesse ínterim, por meio da chamada “integração econômica e social”.

No que concerne à integração produtiva, há interpretações que vão desde uma perspectiva puramente econômica, via modernização da agricultura e aumento da produção (GRAZIANO; NAVARRO, 2005), até a de que imprime no campo uma

assimetria, ressaltando as formas negativas de trabalho e o processo de subordinação do agricultor camponês ao sistema agroindustrial (PICANÇO FILHO; MARIN, 2012; NOGUEIRA; JESUS, 2013).

A expansão dos cultivos de dendê nos últimos anos no nordeste paraense tem operado mudanças no tocante à dinâmica territorial da mesorregião (NAHUM; BASTOS, 2015; MACEDO; SOUSA, 2015). E, concernente ao papel do campesinato, as interpretações têm sido diversas; desde a que remonta a tragédia social camponesa pela territorialização dessa monocultura (NAHUM; BASTOS, 2014; 2015), passando pela subordinação dos territórios camponeses ao dendê (OLIVEIRA NETO, 2017), até a que advoga o campesinato fazendo parte do desenvolvimento desigual e combinado do capital e a recriação do camponês dentro desse processo (SOUSA, 2014; MACEDO; SOUSA, 2015; SOUSA 2018).

Logo nos primeiros contatos com o campo e com as famílias que possuem os projetos de integração com o dendê, foi possível notar o discurso recorrente dizendo que algumas famílias estão indo bem, outras nem tanto. Esse foi um aspecto de destaque na formulação da problemática de pesquisa. A fase de/em campo revelou que a integração ao projeto do dendê não tem sido homogênea para todas as unidades camponesas; isto é, não existe um padrão fechado de ganhos e perdas no interior do projeto. Novamente, o que nos foi relatado é que alguns estão indo bem, enquanto outros estão em situação de quase abandono das plantações.

Assim, para nossa análise, privilegiaremos uma análise a partir de dentro da unidade camponesa, buscando trazer elementos e aspectos da vida da família e comunitária, que são dados que vão além da lógica quantitativa-empresarial e, muitas vezes, passam ao largo de possíveis metas estabelecidas pelas próprias empresas e pelo governo.

Os camponeses, sujeitos desta pesquisa, que integram esses projetos, têm na tríade terra, trabalho e família, aspecto fundante da sua organização econômica e conduta moral (WOORTMANN, 1990), além disso, estão imersos em um sistema comunitário de reciprocidade e vizinhança (HÉBETTE; ALVES; QUINTELA, 2002; SABOURIN, 2009). Dessa maneira, é preciso ir mais a fundo na relação que se estabelece entre esse campesinato e as empresas do dendê no município estudado.

Diante disso, o problema central pode ser expresso pela pergunta: Quais os efeitos socioeconômicos nas unidades camponesas integradas à agroindústria do dendê em Tomé-Açu? Partindo disso, outros questionamentos emergem, tais como: Quais os

processos levam a formação da classe camponesa na região? Em que circunstâncias o dendê chega na região? Que mudanças repercutem dentro da unidade camponesa e como esses sujeitos leem tais mudanças?

Desse modo, nosso objetivo geral é analisar os efeitos socioeconômicos nas unidades camponesas integradas à agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA) entre os anos de 2005 e 2017. Perseguimos como objetivos específicos, analisar a formação do campesinato na região por meio da compreensão da formação territorial do município de Tomé-Açu; analisar a chegada dos projetos de dendê que envolvem a integração produtiva camponesa, discutindo seus aspectos; e analisar as mudanças nas unidades integradas ao dendê, bem como identificar os desafios postos para essas famílias dentro desse projeto.

A seguir, destacaremos alguns passos dados na construção desta investigação, na intenção de registrar a contribuição de cada um para se chegar ao ponto que nos encontramos.

### 1.3. OS CAMINHOS DA PESQUISA E DO PESQUISADOR

A pesquisa ora apresentada é um momento de um esforço contínuo na tentativa de entendermos o processo de territorialização do agronegócio do dendê no nordeste paraense, bem como sua contribuição na atualização da questão agrária nessa mesorregião do estado do Pará. Sua gestação aconteceu em diferentes e importantes momentos desde o ano de 2016, quando ingressamos no mestrado e, não diferente, está no bojo da construção do próprio pesquisador/autor.

O processo de construção desta investigação foi possível por meio da inquietude constante, atizada a cada passo dado nas comunidades percorridas, a cada mirada sobre as relações sociais observadas, pelas leituras realizadas, pelas histórias de homens e mulheres que vivem do que a terra pode dar e, sob esse preceito, constroem suas vidas e tecem relações.

É possível que tal esforço nunca termine, mas sabe-se quando começa. Quase ao final do curso de graduação em Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), uma mesa que versava sua temática acerca da questão agrária na Amazônia, enfatizando o papel do campesinato e a territorialização do agronegócio do dendê, nos fez enxergar a conexão possível entre a realidade e a sistematização da investigação geográfica. A possibilidade de pesquisa em geografia sobre campesinato e o espaço rural, naquele

momento apresentada, deu um novo sentido, agora investigativo e problematizador, a respeito da nossa própria realidade.

Vindo do espaço rural e pertencendo a uma família cuja a vida e o trabalho estão, historicamente, ligados à terra, a decisão por tentar entender a questão agrária e sua atualidade, na região nordeste paraense, foi imediata. Isso acabou resultando na pesquisa de monografia, intitulada “O território camponês e o agronegócio do dendê na agrovila Santa Terezinha, Castanhal-PA<sup>7</sup>”. Na referida pesquisa, contemplou-se algumas bibliografias a respeito do campesinato e da questão agrária, bem como trabalhos de campo que trouxeram a realidade para a formatação da pesquisa. Desde então, por ser uma temática atual e pertinente, tem feito parte dos nossos trabalhos de pesquisa.

A fase de maturação do projeto de pesquisa do mestrado foi uma forma de permanecer com a temática, objetivando aprofundá-la; agora, analisando outra realidade em outro município do nordeste paraense. Nessa fase, que aconteceu durante os anos de 2016 e 2017, alguns momentos trouxeram contribuições imprescindíveis para que chegássemos ao presente momento. Passamos agora a elencar alguns deles.

Primeiramente, as disciplinas cursadas no PPGeo: I) *Teoria e Método* que possibilitou, por meio de farta bibliografia, uma incursão aprofundada na Geografia enquanto ciência e disciplina acadêmica, contribuindo com bases interpretativas da realidade; II) *Ambiente e Ocupação da Região do Cerrado* que contribuiu ao mostrar os processos de apropriação do território e do bioma Cerrado em diferentes dimensões e possibilitou fazer, com as devidas adequações, um paralelo com as dinâmicas dos territórios na Amazônia, especialmente, ligadas à territorialização da agricultura capitalista; III) *Integração Regional Sul Americana, os Impactos Socioespaciais Rural e Urbano Visto da Realidade Atual Amazônica* que contribuiu substancialmente para compreensão de alguns processos importantes para a formatação da região amazônica atualmente, especialmente sob a instrumentalização que o capital submete esse espaço. No decorrer das leituras realizadas durante a disciplina fica claro a presença de um capital internacional agindo na fronteira amazônica em diferentes momentos da história, mas sempre com uma característica comum, o colonialismo por trás da atuação capitalista que afetam enormemente os distintos espaços, em especial, o espaço agrário, mais cuidadosamente focado aqui; IV) *As Lutas pela Terra e Território* que contribuiu significativamente no entendimento da perspectiva do território em disputa e das (RE)

---

<sup>7</sup> Cf. ALBUQUERQUE; NASCIMENTO (2015).

*Existências* travadas por camponeses, indígenas, quilombolas, mulheres, jovens, entre outros, diante das territorializações do capital e de suas facetas, como é o caso do agrohidronegócio. Durante essa disciplina a turma teve a oportunidade de participar de um riquíssimo trabalho de campo intitulado “As (RE) *Existências* nos territórios hegemonzados pelo *Agrohidronegócio* nas áreas e Cerrado no Brasil Central”. Tivemos a oportunidade de conhecer a realidade de acampamentos e assentamentos em diferentes municípios goianos, ver de perto a territorialização do agronegócio em diferentes atividades agrícolas, visitar o território Kalunga em Cavalcante-GO e saber sobre os processos de resistências e suas manifestações culturais; V) *Projeto de Pesquisa* em que além de se pensar no projeto de pesquisa em si, contribuiu para pensar a própria pesquisa e seus propósitos partindo para discussões teóricas, metodológicas e conceituais que foram fundamentais para as questões as quais tentamos nos debruçar no texto da dissertação.

Contribuíram também: participar como organizador de eventos acadêmicos no âmbito do IESA e do Laboter, no intuito de fomentar espaços de discussões amplas do campo geográfico; participar como ouvinte e apresentador de trabalho nos eventos nacionais de Geografia Agrária que permitiram estabelecer contatos com a temática de outros pesquisadores e pesquisadoras de várias partes do Brasil e da América Latina, colaborando em discussões e questionamentos na formatação desta investigação.

Destaca-se, igualmente, a participação em grupos de pesquisa e estudos, a saber: Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU); Grupo de Estudos: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural (PPDR); Grupo de Estudos sobre Teoria e Método em Geografia (Geotema) e o Grupo de Estudo “Decolonidade e mapeamento social”. A formação conjunta e as reflexões em grupo a respeito de conceitos e categorias como: agronegócio, campesinato, política pública, desenvolvimento rural etc. foram as contribuições dadas por esses grupos à dissertação.

Chama-se atenção para o estágio docência realizado durante o primeiro semestre de 2017 na disciplina de Geografia Agrária I ministrada pelo Professor Adriano Rodrigues de Oliveira na turma de graduação em Geografia da UFG, que contribuiu com leituras de bibliografia clássicas da questão agrária com verticalizações em contextos brasileiros, bem como o trabalho de campo nos municípios de Montividiu e Rio Verde em Goiás em que se observou a territorialização do agronegócio e das agroindústrias na região sudoeste do estado.

Imprescindível destacar a grandiosa contribuição que teve o exame de qualificação, realizado em outubro de 2017, por meio do apoio da banca examinadora pondo questões problematizadoras que foram fundamentais para as devidas delimitações desta investigação.

Após cumprimento dos créditos em disciplinas e do exame de qualificação, ainda foi possível participar da disciplina *Agricultura e Capitalismo no Brasil* que colaborou com discussões profícuas acerca da questão agrária brasileira em sua fase passada e atual, além de um oportuno trabalho de campo para Rio Verde-GO em que se pode ver na realidade aquilo descrito nos textos acadêmicos.

Durante todo esse período, o projeto de pesquisa esteve constantemente sendo construído, aliás, é possível dizer que esteve desde o final da graduação, por se tratar, na verdade, de uma agenda de pesquisa nossa. Todas as contribuições recebidas impulsionaram ainda mais nossa vontade de ir mais longe na leitura sobre o campesinato na sociedade contemporânea e de nos aproximar dos desafios e anseios desses sujeitos.

Para a pesquisa de mestrado, a intenção era continuar as leituras acerca da territorialização do dendê no nordeste paraense e aprofundar a investigação empírica agora abordando os efeitos da integração de unidades de trabalho familiar na agroindústria do dendê no âmbito das políticas para os agrocombustíveis. Essa era uma maneira de manter a agenda de pesquisa e de conhecer de perto a realidade de um lugar que passa por mudanças decorrentes do aumento desse setor nos últimos anos e sob esse pretexto. Mas para qual lugar direcionar esse foco?

Ao ler os trabalhos acadêmicos a cerca dessa temática, foi possível identificar várias publicações em que os lugares investigados estavam, notadamente, em: Moju, Concórdia do Pará, Acará, Bujaru e Tailândia. Poucos trabalhos sobre Tomé-Açu foram encontrados e, quando havia menção sobre o município, eram sempre do ponto de vista geral como compondo a área de influência das empresas. Então, isso despertou interesse em conhecer como se dá a integração de camponeses do município à agroindústria do dendê.

Além disso, o município carrega algumas particularidades que fazem parte da motivação por sua escolha, tais como: a alta produção de pimenta-do-reino que o fez famoso no mercado internacional no passado; A imigração japonesa e a constituição da mais importante colônia nipônica na Amazônia; A diversidade produtiva da agricultura baseada no Sistema Agroflorestal (SAF); por ter sido ali que o então presidente Lula lançou o Plano Palma Verde que objetivava incentivar a produção de dendê na região; e

por ser uma área mais recente de integração de camponeses à agroindústria da palma de óleo (2010-2013).

Enfim delimitado o recorte espacial a ser investigado nesta dissertação, começa uma corrida para encontrar formas de me confrontar, no nível mais básico, com o espaço e as relações sociais que têm conexão com o agronegócio do dendê em Tomé-Açu. Trata-se do trabalho de campo, que logo se tornaria estadia em campo, a fase mais importante desta pesquisa.

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Essa interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SUERTEGARAY, 2002, p. 95).

Nas fases de campo, estive sempre em mãos os seguintes instrumentos: o diário de campo, a câmera fotográfica, o aparelho GPS e o gravador de voz.

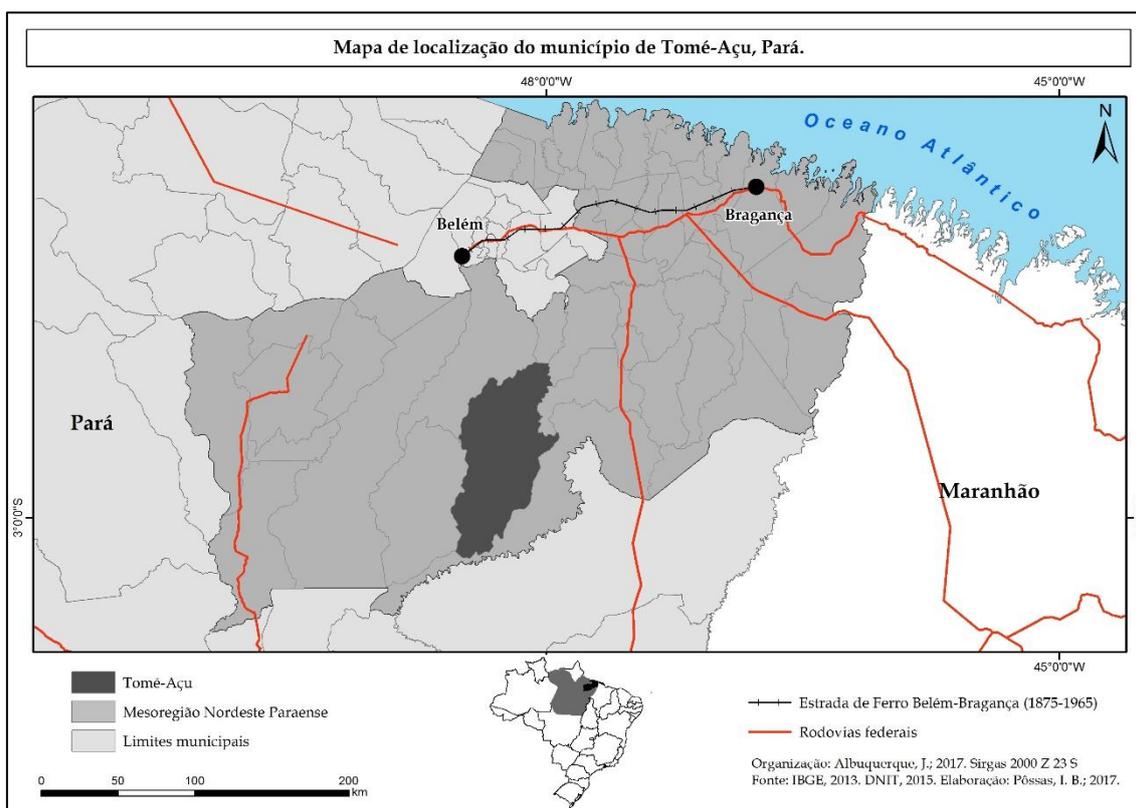
Em outubro de 2016 estivemos pela primeira vez na cidade de Tomé-Açu afim de fazer a prova do concurso público para professor de geografia, já almejando morar no município afim de desenvolver a pesquisa.

O primeiro campo aconteceu entre os dias 07 e 09 de março de 2017, e foi considerado por nós um pré-campo ou campo exploratório, porque seu objetivo foi fazer os primeiros contatos com alguns sujeitos que integram parte desta pesquisa e para conhecer um pouco mais o município. Entre os dias 19 e 22 de dezembro de 2017 aconteceu o segundo trabalho de campo. O terceiro aconteceu entre os dias 22 e 24 de janeiro de 2018, em seguida, no mês de março, entre os dias 21 e 23, se realizou a quarta incursão ao campo e, finalmente, a partir do dia 26 de março de 2018 até o fechamento do texto desta dissertação, aconteceu a estadia em campo.

Tomé-Açu está a uma distância de 200 km da capital Belém através das rodovias BR-316, PA-409 e PA-140, passando por um curto trajeto de balsa pelo Rio Acará. Esse é o percurso mais rápido e passa pelas cidades do Acará e Concórdia do Pará.

A figura 1 traz a localização de Tomé-Açu na mesorregião Nordeste Paraense. Neste mapa é possível observar a mesorregião como um todo, além das rodovias federais que entrecortam esta região do Pará.

**Figura 1: Mapa de localização de Tomé-Açu (PA)**



Os primeiros habitantes dessa área foram os indígenas Tembé da nação Tenetehara, em seguida passaram alguns portugueses explorando a atividade madeireira ainda no período colonial e, posteriormente, a partir de 1929, os imigrantes japoneses passam a ser os novos moradores (IBGE, 2018), cultivando a terra e introduzindo uma nova cultura. A sede do município está na confluência dos rios Acará-Mirim e Tomé-Açu, área escolhida pelos japoneses responsáveis pela instalação da colônia. Ir para Tomé-Açu a partir de Belém atualmente é fácil, existem ônibus regularmente durante todo o dia, sete dias por semana. Antes das rodovias, o acesso era somente pelo rio, o que perfazia uma viagem de doze horas em média até a capital paraense.

Tomé-Açu foi emancipado do município de Acará, oficial e definitivamente, em 01 de setembro de 1959 pela lei Estadual n.º 1.725. Atualmente conta com uma população estimada em 61.709 disposta por uma área de 5.145,361 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2018).

A história de Tomé-Açu se confunde com o processo de colonização do Baixo Acará (descreveremos melhor essa situação no primeiro capítulo), indo, primeiramente de uma ocupação à beira dos rios, passando pela colonização influenciada pela estrada de ferro Belém-Bragança, até a abertura de estradas na década de 1970 e a chegada de

migrantes, notadamente do nordeste brasileiro, que encontram ali os japoneses e indígenas.

Segundo o então secretário municipal de agricultura de Tomé-Açu, Cícero da Silva e Silva<sup>8</sup>, a agricultura é responsável por sustentar a economia no município. É de destaque a produção da mandioca, com o total de 50.200 toneladas em 4.200 ha e rendimento de R\$ 18.574.000,00 no ano de 2016; e da pimenta-do-reino que obteve rendimento de R\$ 86.000.000,00, com 4.000 toneladas em 2.000 ha, o que deixa Tomé-Açu na primeira posição do ranking nacional de produção dessa cultura (IBGE, 2017).

Atualmente, chama atenção a expansão dos plantios de dendê não somente em Tomé-Açu, mas na mesorregião Nordeste Paraense como um todo, o que tem sido destaque em pesquisas científicas em diferentes áreas do conhecimento e sob distintos prismas de interpretação.

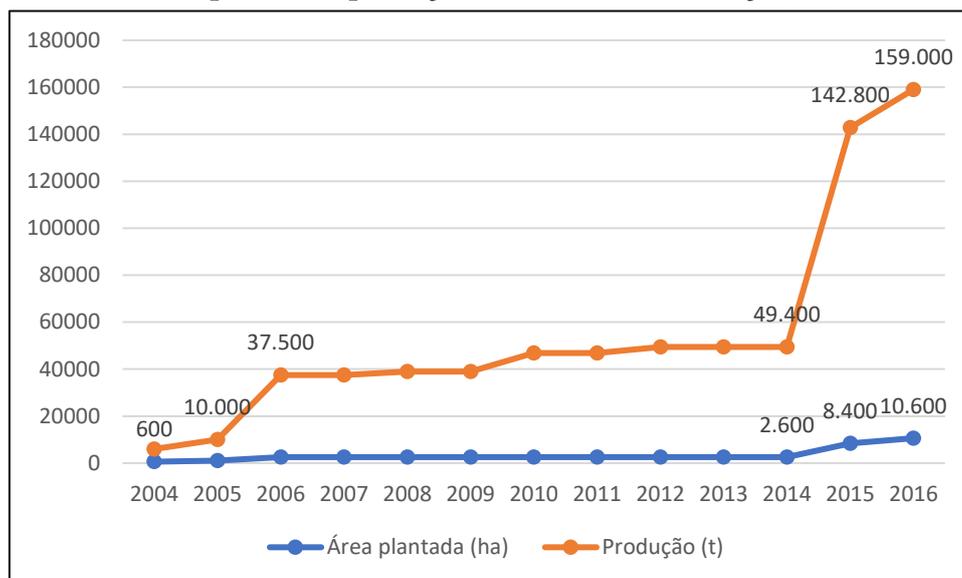
Segundo o IBGE (2017), Tomé-Açu tem uma área ocupada de aproximadamente 10.600 hectares com dendê, o que resultou, em 2016, numa produção de 159.000 toneladas e um rendimento de R\$ 41.340.000,00, o colocando em quarto lugar tanto no ranking estadual quanto nacional dos maiores produtores (IBGE, 2017).

A seguir um gráfico<sup>9</sup> (Gráfico 02), que trata sobre a produção e área plantada de dendê, no qual é possível observar o significativo aumento dessas variáveis a partir do ano de 2014. Destaca-se o aumento da produção que aparece em torno de três anos depois do início dos projetos de integração, que em Tomé-Açu aconteceu entre os anos de 2010 e 2012.

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 09/03/2017

<sup>9</sup> Nesse gráfico optamos por evidenciar apenas os valores que mostram maiores alterações, objetivando dar ênfase, ao invés de apresentar todos os valores ao longo do eixo gráfico o que provoca uma disposição de números truncados e confusão visual.

**Gráfico 02: Área plantada e produção de dendê em Tomé-Açu (PA) (2004-2016)**

Fonte: Pesquisa Agropecuária Municipal (PAM), IBGE 2016.

A incursão a campo a partir de Goiânia, se mostrou um desafio desde o princípio, por causa dos poucos recursos disponíveis e a falta de bolsa de estudos no primeiro ano do curso de mestrado. Desafios que precisaram ser superados em nome da pesquisa.

Sem conhecer a cidade e pessoas que pudessem ajudar na pesquisa, me direcionei logo para o STTR. Ali fiz os primeiros contatos, as primeiras entrevistas e tive as primeiras impressões de como está se dando a atuação das empresas do dendê no município. A partir de então, foi uma questão de tempo para me ambientar e para aquelas pessoas conhecerem meus objetivos investigativos. Logo fui convidado para ir para suas casas e conhecer suas histórias de vida. Convite aceito, fui primeiramente para a casa da Dona Paula (atual tesoureira e ex-presidente do STTR), para onde retornei noutras ocasiões que fui a campo.

Entre idas e vindas, surpreendemo-nos com a teia de relações que foi se montando ao nosso entorno e da pesquisa que ora se apresenta, o que contribuiu fundamentalmente para as observações e vivências dentro de unidades domésticas rurais.

Finalmente, depois de aprovado no concurso e empossado, nos mudamos para Tomé-Açu, mais precisamente, para o Km 23 da rodovia PA 140, para desempenhar o cargo de professor de geografia em uma escola do Campo. Logo me tornei “o professor” para muitos, o que me possibilita uma aproximação maior das pessoas, de seus lares, seus locais de labuta, uma relação de confiança, especialmente porque agora estou cotidianamente na comunidade e carregando o prestígio de ser um professor.

Agora não vamos mais a campo, estamos em campo. Residimos com uma família que gentilmente nos convidou para morar com eles. É uma família que está integrada à agroindústria do dendê, precisamente da Biopalma, o que me possibilitou realizar observações imediatas e saber como é o dia-a-dia de uma unidade camponesa no âmbito dessa relação de integração. Isso permitiu um mergulho no universo desse campesinato, portanto uma observação participante, na qual “o observador não é apenas um expectar do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõe o fenômeno a ser observado” (RICHARDSON, 2012, p. 261).

A própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo (SHANIN, 1980, p. 51-52).

Entre outros procedimentos metodológicos, a pesquisa em campo confere um caráter qualitativo a esta pesquisa, pois proporciona uma aproximação e uma certa intimidade com os sujeitos da pesquisa, tornando as relações significativas (MINAYO; SANCHES, 1993).

Nas visitas às famílias, com ou sem o projeto do dendê, foi possível ouvir sobre as mudanças no campo, nos últimos anos, e observá-las *in loco*. Isso nos leva constantemente à construção de uma problemática de pesquisa acerca dessa integração, pois o campo invariavelmente apresenta novas facetas desse processo que tem demonstrado situações de disputa e assimetrias entre os camponeses e as empresas.

Muitas perguntas surgiram nessa caminhada, tais como: Por que aderir a esse projeto? Por que não aderir? O que mudou na vida dessas pessoas a partir desse projeto? Quais perspectivas existem para si e sua família no interior desse projeto? O que tem na propriedade além do dendê? Entre outras questões.

Nesse sentido, definiu-se o objeto de pesquisa. O interesse foi investigar os efeitos da integração de unidades camponesas à agroindústria do dendê em Tomé-Açu. Para isso, parte-se das realidades vivenciadas por famílias nas comunidades rurais: Maria Goretti (Assentamento Miritipitanga, conhecido como Km 20); Vila Nova Esperança (Km 23) e da Comunidade Santos Reis (Bodega).

Durante a investigação, a figura da comunidade camponesa apareceu como central na relação entre as famílias pesquisadas. Nela se aglutinam projetos comuns, relações de

amizade, vizinhança, parentesco e compadrio. Ali, a terra, o trabalho, a família e a religiosidade do grupo são aspectos fundantes do cotidiano camponês.

A comunidade camponesa existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que constituem. Uma vez que a origem destas comunidades também é ligada à religião, esta constitui muitas vezes um dos principais valores simbólicos de referência comum. Para os camponeses, por definição, “a comunidade” é aquela que reúne as “famílias que rezam juntas” (SABOURIN, 2009, p. 51).

Em Sousa (2018), fica claro uma distinção importante entre comunidade e vila, especialmente no nordeste paraense, ao afirmar:

A comunidade e a vila, ou localidade, possuem nomes distintos, mesmo sendo o mesmo ponto de referência. Sobre a influência das Comunidade Eclesiais de Base, a palavra comunidade é inserida no vocabulário camponês por meio da Igreja Católica, no qual a comunidade assume a denominação de um santo padroeiro. Já a vila ou a localidade, por anteceder a palavra comunidade no léxico camponês, adquire a denominação, geralmente, de um igarapé/rio ou da quilometragem onde está situada na rodovia. (SOUSA, 2018, p. 96)

Entendemos que essas localidades possuem uma organização e uma razão que são próprias, mas estão inseridas num todo (SANTOS, 1997), cabendo ao pesquisador o desafio de fazer as injunções devidas entre o ponto mais local com outras referências maiores: o municipal, o regional, o global etc. (CARLOS, 1996).

Percorrendo as comunidades, um aspecto que se destacou foi as rodas de conversas após o culto dominical, no fim da tarde na casa do vizinho, nas varandas das casas; e sempre que estivemos por perto o assunto era, na maior parte do tempo, a produção agrícola, bem como outros relatos de situações relacionadas com o trabalho na agricultura. Esse é um aspecto fundamental da geografia dessas comunidades, em que a oralidade e a memória são artifícios da reconstrução e repasse de tempos passados, mas também das perspectivas futuras do grupo.

Assim, uma metodologia por nós utilizada é a história oral por entende-la enquanto “uma prática de apreensão de narrativas destinada a recolher testemunhos [...], promover análise de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato” (MEIHY, 2005, p. 17).

No decorrer do texto será possível encontrar transcrições de algumas falas dos entrevistados e entrevistadas. Compreendidas como fontes, essas falas são resultado de

um meio, da experiência social desse indivíduo que só se ressoam a partir de um grupo. Nesse sentido, a história oral é sempre social (AZEREDO, 2015).

Também estarão no decorrer do texto algumas imagens capturadas durante os trabalhos de campo e outras do passado, com valor histórico; na tentativa que esse recurso ambiente quem está lendo afim de poder ver o que foi visto, enxergar os detalhes e, inclusive, ter uma interpretação própria. Foram feitos muitos registros fotográficos durante os campos, aos quais foram revistos várias vezes na tentativa de rememorar tais momentos e construir uma imagem do ‘real’.

Além das fontes primárias, a pesquisa se vale de fontes secundárias; são dados obtidos de documentos oficiais de órgãos como o IBGE, INCRA, ANP, MDA, entre outros, que possibilitam contextualizar e qualificar o campo municipal, por exemplo; bem como permitem fazer comparações entre culturas agrícolas e demonstrar a diversidade produtiva que há em Tomé-Açu, para citar outro exemplo e, finalmente, foram a base para a confecção de alguns quadros e gráficos.

A revisão da literatura acadêmica também se faz presente neste texto, contribuindo para as discussões de cunho mais teórico, mas com conexões com o real. A partir da revisão bibliográfica é possível estabelecer um debate no que tange as temáticas aqui abordadas, notadamente, sobre a expansão do dendê no nordeste paraense e de como a classe camponesa enfrenta essa realidade atualmente no Pará e na Amazônia. Então, é possível trazer algumas especificidades a partir de Tomé-Açu.

#### 1.4. SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Análise e compreensão dos efeitos socioeconômicos da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria do dendê em Tomé-Açu, a partir da chegada do dendê no âmbito das políticas nacionais para os agrocombustíveis. Analisamos Tomé-Açu a partir da realidade de três comunidades camponesas com projetos de integração ao dendê, quais sejam: Comunidade Santos Reis (Bodega), Vila Nova Esperança (Km 23) e Comunidade Santa Maria Goretti (PA Miritipitanga). A realidade dessas comunidades sedimenta a base empírica desta investigação. Qualificaremos as comunidades no último capítulo desta dissertação.

Durante o processo de pesquisa foi necessário um levantamento de referências teóricas que versam sobre temas diversos como: Agronegócio, Questão Agrária, Amazônia, Território, Campesinato, Dendê, Integração Produtiva, dentre outros. Para tal

foi necessário abranger outras áreas do conhecimento, além da Geografia, como a Sociologia e a Economia.

Além da revisão bibliográfica, o levantamento de fontes secundárias foi indispensável para as análises. Os dados foram obtidos por meio de consultas online em sites especializados, além do acesso a publicações oficiais de órgãos e institutos, tais como: ANP, IBGE, INCRA, MDA, CPT, dentre outras fontes. Os dados e as informações colhidas contribuíram no entendimento do contexto mais geral da realidade investigada.

O levantamento de dados e informações de fontes primárias se deu, basicamente, pelos trabalhos de campo e pela estadia em campo. Nessa fase da pesquisa foram realizadas entrevistas por meio do roteiro de entrevista (APÊNDICE 01), com camponeses com projetos de dendê; entrevistas abertas com representantes de entidades como os Sindicatos e Associações dos trabalhadores rurais (STTR, SINTRAF, Sindicato dos Assalariados Rurais, Associação dos Moradores Unidos do Miritipitanga (ASMUM), Associação dos Agricultores do Quarto Setor (ADAQS)) e com representantes do poder público municipal na figura do secretário de agricultura. Nessa fase os instrumentos de pesquisas utilizados foram: a caderneta de campo, GPS, câmera fotográfica e o gravador de voz.

Ao todo foram realizadas 21 entrevistas, divididas em: 10 camponeses com projeto de dendê; 2 camponeses que não aderiram ao projeto; 3 membros da direção do STTR; 1 membro diretor do Sindicato dos Assalariados Rurais; 1 membro diretor do SINTRAF; 2 secretários de agricultura do município (um ex-secretário e outro atual, no período da entrevista); 1 membro diretor da ASMUM e, finalmente, 1 membro diretor da ADAQS. Essas entrevistas possibilitaram avaliar como cada sujeito analisa a chegada do dendê e como esses projetos de integração reverberam na sua própria prática social e no contexto maior do campo municipal.

A “realidade social” [...] também é um objeto de percepção. E a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade. (BOURDIEU, 1990, p. 156-157)

As informações e dados de fonte primária serão evidenciados principalmente no último capítulo deste texto, no qual discutiremos os efeitos da integração das unidades camponesas à agroindústria do dendê.

Além dessa introdução e das considerações finais, o texto se divide em três capítulos com seus respectivos subcapítulos. No primeiro capítulo buscamos demonstrar

três processos de colonização que contribuíram fortemente para a formação territorial do nordeste paraense, com ênfase na formação do território de Tomé-Açu e na gestação do campesinato local. Objetivamos evidenciar a dimensão do conflito, presente nesses processos, o que nos leva a entender que as contradições e disputas ligadas à territorialização do agronegócio do dendê fazem parte de mais um momento deste espaço em disputa.

No segundo, buscamos problematizar a chegada do agronegócio do dendê na Amazônia e das políticas do agrocombustível pautadas no discurso do desenvolvimento. No último capítulo, fazemos uma descrição das comunidades pesquisadas e uma análise dos efeitos socioeconômicos da integração das unidades camponesas pesquisadas à agroindústria do dendê, privilegiando uma análise decorrente da fala dos sujeitos entrevistados e das observações empíricas nas casas e nos quintais dessas famílias, suas satisfações, descontentamentos e expectativas em relação ao cultivo. No final, trazemos algumas considerações.

---

**2. OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO NO NORDESTE PARAENSE E A  
FORMAÇÃO TERRITORIAL DE TOMÉ-AÇU**

---

A ocupação e o uso do território são processos fortemente ligados. Para entender a disposição espacial de um grupo social ou de uma classe social, neste caso, em especial, dos camponeses; bem como sua formação e, conseqüentemente, sua forma econômica, política, cultural-simbólica que, com efeito, são indissociáveis de sua atualidade, tomaremos o território em evidência, na tentativa de trazer à baila seus elementos, as lógicas que estão ao seu entorno e os processos de sua gênese. Para tanto, nos referiremos à história territorial de que fala Moraes (2001), por ser reveladora de processos como a colonização, que segundo ele, nada mais é que uma relação sociedade-espaço.

Portanto, adotaremos o processo de colonização como um fio condutor para entendermos a história e a atualidade do município estudado, bem como a sub-região na qual está inserido e, mais especificamente, a formação das estruturas camponesas ali, compreendendo que a lógica imbricada ao processo colonizador é um artifício constante na realização do capital, tanto no passado quanto na contemporaneidade. Nela está subjacente, a exploração acelerada da natureza, as formas de trabalho degradante, o afrouxamento da legislação ambiental e fundiária, e por vezes seu completo descumprimento, a imposição ideológica do desenvolvimento, a subordinação de formas de vida etc.

Para tanto, partiremos de três frentes distintas de colonização. Uma mais antiga, com características exploratórias, que se deu através dos rios, com a ocupação do Baixo Acará, área da qual Tomé-Açu fazia parte anteriormente a 1959; uma outra da segunda metade do século 19, que se caracteriza pela efetivação de um plano ordenado de colonização ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança (1875-1965), engendrado pelo Estado, que contribuiu significativamente para conformar a mesorregião nordeste paraense tal qual é hoje; e, finalmente, a imigração japonesa para a Amazônia no início do século 20 e o estabelecimento da colônia agrícola de Tomé-Açu, pois entendemos que a lógica, a princípio, desse processo de colonização está fortemente ligada à ideia de colonizar a Amazônia, uma vez mais, e desenvolve-la.

Outro fator que nos faz eleger a imigração japonesa como elemento de análise é o fato de serem camponeses que já chegaram na condição de proprietários da terra e rapidamente ascenderam econômica e socialmente na região, produzindo evidentes efeitos sobre o espaço rural regional, notadamente a partir da década de 1970 o que coincidiu com a abertura das estradas e a pulverização de fazendas ao longo dessas rodovias.

Objetivamos para este capítulo, como base nestes pressupostos, trazer elementos históricos da ocupação e formação territorial de Tomé-Açu, incursionando, ao longo do texto, nas relações de mando que no passado e no presente se fazem atuais nos territórios amazônicos. Assim, demonstrar que o conflito perpassa por diferentes momentos e, com a territorialização do agronegócio do dendê nesta área, permanece atual.

## 2.1 O PROCESSO COLONIZADOR A PARTIR DO SÉCULO 18: TERRITÓRIO, PODER E CONFLITO NO NORDESTE PARAENSE

Colonização deriva do verbo latim *colo*. *Colo* significou, na língua de Roma, *eu moro, eu ocupo a terra*, e por consequência, *eu trabalho, eu cultivo o campo*. (BOSI, 1992). Com base nisso, este autor vai dizer que: “Não por acaso, sempre que se quer classificar os tipos de colonização, distinguem-se dois processos: o que se atém ao simples povoamento, e o que conduz à exploração do solo. *Colo* está em ambos: eu moro; eu cultivo.” (BOSI, 1992, p. 11-12). E, estes dois processos são facilmente encontrados, quase que de forma inseparável em diferentes momentos do processo colonizador no nordeste paraense.

As incursões a partir de Belém, fundada em 1616, com o intuito de reconhecimento das áreas próximas, na busca de solos agricultáveis e exploração de madeira, guardam tais processos, em que a concepção de colonizar circunscreve-se à conquista do espaço, e, por conseguinte, leva ao nascimento da figura da colônia. “*Colo* é a matriz de *colonia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar” (BOSI, 1992, p. 11).

[...] a colônia implica a consolidação desse domínio territorial, a apropriação de terras, a submissão das populações defrontadas e também a exploração dos recursos presentes no território colonial. A expressão que sintetiza tudo isso é a noção de conquista, que traz inclusive o traço de violência comum em todo processo colonial. (MORAES, 2001, p. 105)

Foram esses pressupostos que embasaram, desde o século 18, a instalação de colônias nas proximidades de Belém; que mesmo com singularidades, carregam em conjunto a dominação do espaço e seu ordenamento, e a produção camponesa, de forma destacada.

Nos interessa, de modo especial, demonstrar e analisar como se deu esse ordenamento e as lógicas a ele imbricadas, bem como a presença dos camponeses em paralelo a esse processo ou, em alguns casos, a ele condicionada na conformação e nas disputas que aconteceram e se fazem presentes no nordeste paraense e, especialmente, em

Tomé-Açu. Primeiramente, trataremos da colonização pelos rios da região do Baixo Acará, em seguida, da colonização dirigida por meio do projeto da ferrovia Belém-Bragança e, finalmente, pela imigração e colonização japonesa.

*2.1.1 A ocupação do Baixo Acará: camponeses, escravos e donos de engenhos nos séculos 18 e 19*

A concessão de sesmarias<sup>10</sup> no Baixo Acará será o início de uma conformação mais delineada da estrutura agrária na região próxima à Belém e da figura da colônia.

Acevedo Marin (2000), por meio de uma aprofundada análise de fontes documentais, nos revela que desde 1707, quando a primeira sesmaria foi concedida no Baixo Acará, até o fim do século 19, a região foi um importante centro da produção canavieira do estado do Grão Pará. Segundo a autora, isto levou a criação de

[...] uma agricultura articulada a um conjunto de engenhos, engenhocas, dependendo do trabalho dos sítios de pequenos e médios sesmeiros, de arrendatários e agregados. Passou a ser uma das áreas mais povoadas desde a fase inicial da colonização concentrando, também, um número importante de escravos, mas também de agregados e arrendatários. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 6)

Isso representou o que a autora chama de “marcas na ocupação da terra e da estrutura agrária”, que são

Fazendas de tamanho médio ou pequenas junto com uma constelação de modestos sítios arquitetam o mundo rural que se organizou com base na agricultura, atividade dominante, no extrativismo e muita pouca criação. Todas as unidades se distribuía nas margens do rio e ainda penetraram na malha intrincada de igarapés e furos formadores deste primeiro círculo da agricultura que, cada vez mais, girava em torno do mercado de Belém. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 5-6)

A partir do estudo de Acevedo Marin (2000), é possível afirmar que a atividade econômica colonial dessa área do círculo de agricultura formada a partir de Belém, já nasce voltada para o mercado, para o comércio da cidade, urbana. É do urbano (a cidade de Belém, a metrópole Portugal), portanto, que partem os imperativos de controle e ocupação, e é para a cidade que as mercadorias são destinadas. Assim, é estabelecida uma relação de dependência, desde aquela época, entre o rural e o urbano, uma projeção sobre o espaço rural, na qual a lógica exógena aos lugares preenche o processo colonial nesta parte da Amazônia.

---

<sup>10</sup> Um instituto jurídico português de normatização e distribuição de terras para exploração agrícola. Sua promulgação é do ano de 1375 num contexto de severa crise social na Europa e de saída de camponeses para as cidades e desabastecimento dos mercados.

A mão de obra, por sua vez, a princípio, era de índios escravizados. Porém, em 1729 a Coroa proibiu a utilização da mão de obra escrava indígena, ao passo que os cultivadores de cana foram pressionados a utilizar mão de obra de pessoas traficadas da África na situação de escravizados. O que, segundo Acevedo Marin (2000), foi viabilizado pela criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755-1777), responsável pelo tráfico. Os índios, neste contexto, foram “convertidos” para a situação de “servos”, pois já não podiam ser escravizados, porque a Igreja Católica chegou à conclusão de que eram gente e não bichos (MORAES, 2001). Todavia, continuaram a ser explorados pelo sistema colonial.

Na segunda metade do século XVIII a freguesia destacava-se pelo número de escravos e uma paisagem agrícola. Dos gêneros cultivados nas freguesias de São José do Rio Acará, São Domingos do Rio Guamá, Santa Ana do Rio Capim e Espírito Santo do Rio Moju constavam café, arroz, cacau, açúcar, aguardente, milho e farinha conduzidos para o mercado de Belém ademais das madeiras de construção, boa parte delas exportadas para Europa. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 8)

Ao longo do período de atuação da Coroa sobre essas terras amazônicas e do mercado erigido entre Belém e as áreas próximas, vai se constituir, portanto, uma estrutura fundiária concentrada (sesmaria) na qual a grande propriedade e a figura do engenho de cana-de açúcar são centrais e, dentro desse sistema, a presença de arrendatários e de agregados que comandam a produção diversificada de culturas alimentares e movem o comércio regional.

As “lavouras” de mandioca, macaxeira, algodão coexistiam com a cana-de-açúcar e o cacau. Produzia-se, com maior resultado comercial a farinha de mandioca, o Acará alimentava os trabalhadores indígenas distribuídos entre as feitorias dos colonos. No sistema de produção costumava consorciar-se a mandioca com o arroz, os gêneros mais importantes para o consumo local. Plantava-se pouco de feijão e milho e o cacau tinha discreta presença. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 9)

Neste último fragmento, a autora nos dá uma pista muito importante, que é, já naquela época, o estabelecimento da consorciação de culturas, ou seja, nesse caso, da coexistência da monocultura e policultura em uma mesma área ou unidade. E, de que essa área é, historicamente, contrária à lógica da colonização, uma área de produção de alimentos por camponeses, na ocasião, em situação de arrendatários e agregados; além da presença da monocultura (cana-de-açúcar) e exploração da natureza (extração de madeira de lei), razões dessa colonização.

Tendo como fonte o trabalho de Angelo-Menezes (1998)<sup>11</sup>, Acevedo Marin (2000) deixa evidente que a monocultura canavieira era o carro-chefe da agricultura comercial, pois ocupava a maioria das terras, enquanto a pecuária e a produção de alimentos estavam em um patamar reduzido, conforme demonstra o quadro 1.

**Quadro 1: Destinação agrícola das terras concedidas (sesmarias) 1707-1824**

Atividade agricultura e pecuária	Área (ha)	%
Cana-de-açúcar	68.390	71,9
Gado bovino e algodão	19.602	20,6
Roça	4.356	4,6
Cacau	2.739	2,9
Total	92.087	100

Fonte: Angelo-Menezes (1998) apud Acevedo Marin (2000)

Do começo (1707) ao fim (1824) da concessão oficial de terras nessa região próxima à Belém, o quadro 1 é uma síntese de como estava estruturado o mundo rural. Para a autora, houve uma polarização em que de um lado estava a grande propriedade monocultora e de outro, pequenos sítiantes que romperam com essa tendência da monocultura e orientavam-se pelo regime dos policultivos (mandioca, arroz, milho, feijão, café etc.), em pequenas áreas e com um vínculo regular com o mercado.

No século 18, a concessão de grandes sesmarias propiciou impulso à monocultura e à concentração fundiária. Já no século seguinte, quando chega ao fim esse tipo de apossamento, se instalou o conflito, de forma mais concisa, entre os grandes proprietários e os pequenos proprietários de sesmarias (ACEVEDO MARIN, 2000). Chambouleyron (2006), assevera esse contexto de coexistência de pequenas e grandes propriedades fundiárias nessa região da Amazônia, quando afirma que “a posse da terra não dependia somente das doações em sesmaria. Em muitos casos era justamente a exploração econômica do espaço que legitimava a concessão de uma terra” (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 4).

Tem-se, deste modo, nessa área, a presença do grande e do pequeno proprietário de terra, aquele utilizando-se da mão de obra escrava e, este último, tem no trabalho

<sup>11</sup> ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins- Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIIIe siècle et la première moitié du XIXe siècle, Tese de Doutorado. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1998

familiar a grande motriz de produção e satisfação interna; os arrendatários e agregados (trabalho familiar presente igualmente); e, finalmente, pessoas escravizadas e libertas. Assim, o século 19 é recebido com uma estrutura fundiária completamente assimétrica e a ordem econômica e política questionada pelo conjunto da população que, a despeito de sua diversidade, comungavam do intento de sair do subjugo de um sistema em viés de decadência.

A revolta da Cabanagem<sup>12</sup> (1835-1840) é o ápice da insatisfação daquele tempo. Aglutinou escravos e homens livres sem-terra, índios destribalizados, negros libertos, mulatos, mestiços, entre outros, na luta contra a estrutura econômica e política daquela sociedade.

Ao entorno de Belém, este momento da história, foi muito bem sentido, pois havia a presença marcante de pessoas ao longo dos rios, especialmente de camponeses livres e de pessoas escravizadas fugidas, que já estavam assentados em espaços auto delimitados, inclusive, já com a existência de cemitérios, como registra Acevedo Marin (2000).

Em torno de Belém existia uma faixa de quilombos e vários deles, muito cedo, aparecem nos rios Acará, Moju, Capim e Guamá. Os motivos para organizar esses quilombos eram diversos, a exemplo, o interesse por ampliar as possibilidades de trocas mercantis, a rebeldia individual por castigos, ressentimentos, insatisfações. Fuga e modalidades de inserção nos quilombos não se encaixam num único momento e modelo. Alguns escravos fugiam e, eventualmente, podiam estabelecer um jogo de negociação com os seus senhores. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 20)

E continua a respeito da situação dessa região em termos de demografia e presença de conflitos

O vale dos rios Acará, Capim, Guamá e Moju representaram os lugares de maior concentração de população da província do Pará e em especial com uma forte ruralidade. O Acará destaca-se por essa característica, até o presente. Os mapas de distribuição de sesmarias mostram a forte concentração da terra, o que se explica pela proximidade com a principal cidade da calha do Amazonas e sede administrativa. Essa combinação tornou-se uma fonte de conflitos permanentes entre os trabalhadores sitiantes e agregados e os “donos” das terras. Não se trata apenas de movimentos de massas de dimensões revolucionárias mas a constante agitação e questionamento da ordem política dos senhores de terra. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 23)

Naquele contexto, primeira metade do século 19, fica evidente as mudanças que estavam em curso, sem dúvidas um agitação das relações sociais existentes. O que se

---

<sup>12</sup> Cf. RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, 2007.

segue, a partir daquele século, é um estrangulamento do sistema, até então hegemônico, em vista de um aumento no número de arrendatários e agregados que denota o absenteísmo dos grandes latifundiários. (ACEVEDO MARIN, 2000)

Bringel (2015), nos lembra que, data daquele século, a mudança do vetor econômico, ancorado nas drogas do sertão, para a economia da borracha.

Para Amazônia isso significou novos ares de uma relativa modernização capitalista. Os grandes investimentos, antes empregados no comércio de escravos, são reconduzidos e investidos em atividades agora mais rendosas como bancos, empresas de navegação, indústrias e companhias de comércio. (BRINGEL, 2015, p. 45)

E continua, ao dizer que

Os ares de modernização do território rebatem no espaço amazônico a partir dos seguintes elementos: i) fragmentação territorial. Temos a instalação efetiva da Província do Amazonas em 1852 redesenhando a correlação de forças entre a elite local articulada com a internacional; ii) introdução da navegação à vapor. Novo sistema técnico de transporte introduzido nos rios da Amazônia através da Companhia de Navegação do Barão de Mauá; iii) isso possibilitou maior circulação, além das mercadorias, notavelmente a borracha, de pessoas e informação. Novas ideias começaram a *circular* embaladas pelos novos imigrantes sejam eles europeus ou mesmo de mascates de origem hebraica e árabe que começaram a explorar os comércios nos regatões<sup>13</sup> e, por fim, na estrutura fundiária que através da Lei de Terras dá acesso à terra e, logo, aos seringais, a um substrato importante da elite. (BRINGEL, 2015, p. 47 grifos do autor)

Acerca dos “ares da modernização” que, por si só já é imbricado de uma lógica eurocêntrica, masculina, branca e cristã, o processo colonizador já havia ido longe o suficiente para não voltar atrás e deixar marcas profundas naquela sociedade, a ponto dessa lógica ser instituída como norma. O que se segue são novas formas do capital continuar se reproduzindo, isto é, de garantir as condições da sua realização que estarão fortemente ligadas à reprodução de relações pretéritas.

Um exemplo notável da permanência da lógica colonizadora e do enrijecido sistema de opressão daquele contexto, é a Lei de Terras de 1850. O autor é assertivo ao dizer que a Lei permitiu um substrato importante da elite (se referindo aos castanhais no sudeste do Pará), porque o artigo primeiro restringiu à compra a propriedade da terra, enquanto o artigo segundo proibiu a posse. Isto significa dizer que, homens e mulheres na condição de arrendatários, agregados, ou recém libertos, não tiveram acesso à

---

<sup>13</sup> “Embarcações cheias de mercadorias que eram oferecidas nos mais distantes rincões da Amazônia para populações que não tinham acesso ao comércio nas cidades” (BRINGEL, 2015, p. 47)

propriedade da terra, tornando-se, portanto, um mecanismo fundamental para a manutenção da norma vigente, com agudização da desigualdade social e com notável efeito sobre a classe camponesa. Isso está em Bosi (1992, p. 21), ao afirmar que “contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capital comercial, assanhada com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados.”

A abolição da escravidão nada significou para o rompimento das relações de propriedade constituídas a partir do domínio fundiário associadas a esse sistema econômico e social. Os antigos escravos continuaram presos à terra dos seus ex-senhores e os seus descendentes transformaram-se em agregados, obrigados a pagar a renda da terra, somando-se aos mais antigos arrendatários. (ACEVEDO MARIN, 2000, p. 23)

Assim, estamos diante de quatro fatores importantes para a realidade do/nordeste paraense, que são: i) conservação da estrutura colonizadora que se montou deste o século 17, quando os portugueses chegaram nesta parte da Amazônia; ii) a fragmentação territorial (BRINGEL, 2015); iii) a formação de um campesinato diverso, subordinado e às sombras do capital mercantil (ACEVEDO MARIN, 2000) e iv) o fenômeno da renda da terra.

Neste ínterim, é possível concluir que o campesinato ao qual nos deparamos, tanto a partir da literatura científica quanto das observações empíricas, incide sobre um processo constante de recriação das suas formas materiais de realização, inseridas em um contexto maior de contradições e expropriação.

O capitalismo, em suas fases evolutivas, se depara constantemente não só com a classe camponesa, mas com a questão agrária resultante do encontro e movimento de ambas lógicas que, em última instância, têm caminhado juntas, uma dentro da outra.

A partir disso, compreendemos que a reprodução desse campesinato está no bojo do desenvolvimento capitalista e das contradições a ele inerentes. Coadunamos, portanto, com o que formulou Luxemburgo (1976), para a qual o capitalismo impescinde de forças produtivas não capitalistas para sua reprodução, operando, assim, de forma desigual e contraditória.

Percebemos, não obstante, que o capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não-capitalistas. [...]. Mas, de um modo ou de outro, de fato, a acumulação do capital como processo histórico depende, em muitos aspectos, de camadas e formas sociais não-capitalistas. [...]. No sentido da doutrina marxista, a solução é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um

meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; avança em constante troca de matéria com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio (LUXEMBURGO, 1976, p. 314-315).

Essa compreensão nos leva à outra, a de que o desenvolvimento capitalista está, ao nível mais elementar, intimamente ligado à existência desse tipo de força produtiva, notadamente as que estão, no nível mais básico, ligadas diretamente à natureza e aos recursos materiais apropriados por esse sistema – a terra, por exemplo. Apesar da simbiose existente entre lógicas distintas, e por vezes antagônicas, da razão de ser do capital e das formas não capitalistas, especialmente na fase atual em que o capital exerce forte influência sobre a sociedade moderna, o campesinato é compreendido aqui como diverso, com níveis de autonomia e que se reproduz socialmente dentro das contradições do modo de produção vigente.

Assim, negamo-nos a tese de um campo sem camponês em amplo contexto, e à descampesinização operada pela territorialização do agronegócio do dendê, em específico, como defendida por Nahum e Bastos (2014).

Ao camponês – como também ao indígena – são atribuídos o duvidoso prestígio da permanência e o discutível mérito da quietude. Os agricultores domésticos e suas comunidades são vistos como relíquias de tempos passados e esse fato tende a ser considerado uma virtude. A condição camponesa não é uma repetição, mas uma mudança; um modo específico de mudança. Há uma tendência em querer ver o produtor doméstico enraizado em alguma tradição ou comunidade agrária sempre idênticas como se um simples desvio de sua parte fosse um sinal de que ele estivesse se corrompido. Na realidade, são poucos os espaços sociais que apresentam tanta plasticidade quanto o rural (VERGÉS, 2011, p. 75).

Como vimos, o processo colonial que se realizou a partir do século 17 no nordeste paraense estabeleceu uma heterogeneidade dos sujeitos, todavia, de permanência do campesinato, quando não, condicionando sua própria Existência.

A realidade que encontramos em Tomé-Açu traz muitos traços desse processo histórico. Seu campesinato se constituiu sobre uma gama de formas de “acesso” e uso da terra – seu maior meio de produção; que persiste até os dias atuais e sendo esta sua especificidade no âmbito do desenvolvimento do capital nessa região, tendo em vista o seu caráter predatório.

O capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro. Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas – este é o meio histórico da acumulação de

capital – surge, então, o impulso irresistível do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades. (LUXEMBURGO, 1976, p. 315).

Portanto, a atuação do capital, desde essa fase colonial até os dias atuais tem se alicerçado na apropriação e controle da natureza, da terra – em certo nível – e das formas socioeconômicas não tipicamente capitalistas.

Tratamos até este momento da primeira frente de colonização que se deu através dos rios. Nesta, a figura do colonizador estava associada ao do desbravador e o seu trabalho era de reconhecimento das áreas da Coroa, bem como impor as normas do absolutismo reinol e estabelecer o mandonismo. É desta fase, também, a estruturação fundiária, como podemos observar ainda hoje, e a gênese do campesinato regional. Além disso, como vimos, é deste momento da história que começa a se delinear a relação entre o urbano e o rural no nordeste paraense, que vai se acentuar e tomar outros contornos a partir da segunda metade do século 19, com uma nova frente de colonização, agora por terra firme.

### 2.1.2 *A ferrovia Belém-Bragança (1875-1965): a colonização como iniciativa oficial*

Na segunda metade do século 19 se dá início a uma nova fase da colonização no nordeste paraense, agora se efetivando por terra, diferindo do processo precedente. No seu interior ainda permanecem importantes relações, como a que se estabelece com Belém – portanto uma estreita relação do rural com o urbano – e as definições do campesinato nesta parte do estado.

Segundo Égler (1961), Belém irradiava demandas, enquanto centro urbano, que eram motivos de preocupação para o governo, especialmente em relação à falta de alimentos. Para a autora este foi o principal motivo da instalação do processo de colonização dirigida e da construção da estrada de ferro que ligava Belém ao município de Bragança, no extremo nordeste paraense.

A exuberância da mata virgem impressionava os governantes fazendo-os cogitar em transformar a fictícia uberidade das terras florestais num manancial para o abastecimento de Belém. Assim, a última quarta parte do século vai assistir ao desenvolvimento de uma nova iniciativa oficial – a colonização. (ÉGLER, 1961, p. 77)

Para a autora, junta-se a isso, “a convergência das necessidades paralelas – ligação efetiva com o Maranhão e a conquista eficiente do sertão intermediário – levou o governo a cogitar da solução magna: a construção de uma estrada de ferro.” (ÉGLER, 1961, p. 77).

A lei 809 de 06 de abril de 1874 concedia a uma empresa ou companhia os direitos de construção da estrada de ferro Belém-Bragança pelo prazo de 40 anos, devendo esta estabelecer na área o assentamento de 10.000 colonos e suas famílias (TAVARES, 2008). Criou-se uma fundação chamada Fundação Paraense de Imigração, que foi responsável por fomentar e orientar a imigração para o estado. Houve nessa época um surto na chegada de imigrantes de diferentes nacionalidades.

Esta colonização é contemporânea às colonizações internacionais no sudeste e sul do Brasil, com a gênese do colonato ali, da substituição da mão-de-obra escravizada e do projeto eugênico de construção nacional. Todavia, a partir das fontes consultadas, não é possível afirmar cabalmente que se trata dos mesmos moldes que estavam se dando no contexto nacional.

A colonização do Nordeste Paraense através da ferrovia, guarda algumas especificidades. Não houve nessa região da Amazônia o sistema de parceria ou subordinação dos camponeses estrangeiros. Os estrangeiros que chegavam recebiam títulos de terra e incentivos do Estado para a produção, portanto não estavam ligados a latifúndios (ÉGLER, 1961; PENTEADO, 1967); o objetivo da colonização, que era internacional e nacional, segundo os governos da época, era de ocupação do território, entre o Pará e o Maranhão, e produção agrícola, notadamente para abastecer o mercado da cidade de Belém; era um projeto muito oneroso para o erário, os estrangeiros vindos de países como Espanha, Itália, França, Suécia, Bélgica, Estados Unidos e Cuba, precisavam de assistência constante para lidar com as condições precárias da região, como a ausência de infraestrutura básica, além de não alavancarem a produção agrícola, como era de interesse do Estado (PENTEADO, 1967). Consta em Penteado (1967) a seguinte afirmação: “se no sul são chamados os imigrantes para manter e desenvolver culturas já existentes e conhecidas, como as do café, tem eles no norte, que criar, por assim dizer, hábitos de lavoura sedentária” (PENTEADO, 1967, p. 112), por meio dessa narrativa já podemos estabelecer pelo menos uma diferença entre essas colonizações.

A partir do trabalho desse autor, é possível saber que muitos dos estrangeiros, diante da realidade da região a ser colonizada, preferiram ficar na cidade e se ocuparem da atividade do comércio, por exemplo, que se consolidara durante o ciclo da borracha, portanto nem camponeses se tornavam, indo contra os objetivos do governo. A colonização estrangeira fracassou, restando os “colonos” nacionais, especialmente potiguar e cearenses (ÉGLER, 1961; PENTEADO, 1967).

Uma ligação entre Belém (PA) e São Luís (MA) se tornou uma demanda desde muito cedo, logo depois da fundação de Belém, ainda no início do século 17, pois, além de ser uma forma de controle sobre o território, era necessário manter uma ligação entre esses dois principais centros portugueses em toda a região.

Faz parte daquele contexto, no início do século 17, a presença marcante da Coroa portuguesa em ações para garantir o domínio territorial diante da presença de franceses, ingleses, espanhóis, entre outros em terras coloniais. Uma dessas ações é a chegada no Brasil dos açorianos que, em diáspora, chegam à Amazônia por volta do ano de 1676 (FAGUNDES, 2012). Segundo a autora eles foram levados para o Grão-Pará para servirem como mão de obra em plantações.

Bragança surge em 1634, ainda como Sousa do Caeté, no caminho que fez Pedro Teixeira e seu grupo para chegar ao Maranhão por terra. O objetivo era criar uma ligação entre os dois centros da época. Tendo o mesmo nome de uma cidade no nordeste de Portugal, Bragança é um símbolo da colonização portuguesa no interior do Brasil, perceptível em alguns aspectos, como em sua arquitetura, para citar um exemplo.

No seguinte fragmento, Penteado (1967) expressa um pensamento colonial, sobre a condição de Bragança naquele contexto e do encontro com os açorianos nesta parte da Amazônia, ao dizer

Na extremidade oriental da Região Bragantina, teria existido um modesto núcleo indígena, encontrado por Pedro Teixeira, na sua famosa viagem por terra de Belém ao Maranhão; em 1634, junto ao rio Caeté, por iniciativa de Gaspar de Souza. Seu isolamento trouxe-lhe acentuada decadência, sustada em 1753 graças aos trabalhos de Mendonça Furtado que, nesse ano, nela localizou imigrantes originários dos Açores. Completamente abandonada e entregue a sua própria sorte, a atual Bragança passou por fase de grande dificuldade, vivendo de suas lavouras, que não encontravam mercado consumidor próximo (PENTEADO, 1967, p. 106)

O autor, em seu livro *Problemas de Colonização e Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará* (1967), citando um relatório de Ambrósio Leitão da Cunha, diz que a região bragantina possui “solos fertilíssimos, que se prestam para todos os gêneros de culturas e onde a comarca contem seus mais ricos campos de criação” (CUNHA, 1858 apud PENTEADO, 1967, pp. 106-107).

A construção de núcleos coloniais no Pará tinha o objetivo de atender a demanda de produtos da província e como estratégia para o desenvolvimento da economia regional para deixar de importar de outras províncias (NUNES, 2014).

Em seu relatório, Cunha (1858) apud Penteado (1967) lamenta a situação em que se encontrava a agricultura no Pará naquela época, tendo até mesmo que importar milho, achando solução na colonização estrangeira para o desenvolvimento de atividades agrícolas e dinamização da economia com o escoamento da produção para Belém.

Em 1872 a população estrangeira no Pará era de 6.659 em 1920 passa para 22.083, tendo um percentual constante em torno de 2,0% da população do estado. No Amazonas em 1872 a população estrangeira perfazia um total de 2.199, passando para 16.936 em 1920, respectivamente (4,66%) e (2,25%) da população do estado, o que indicaria uma grande afluência de imigrantes nesses estados, mesmo com a economia de borracha em crise. (EMMI, 2008, p. 83)

Todavia, segundo Égler (1961), muitos abandonaram as colônias, em boa razão por não haver estruturas de suporte para fixação permanente para esses novos moradores. Naquele momento, foi incentivada a migração de cearenses para essas colônias na área de influência da ferrovia, as colônias passam a ter um número crescente de migrantes nacionais depois da seca que atingiu fortemente o nordeste brasileiro em 1897. Porém, ao menor sinal de reversão do quadro de seca, muitos retornaram de onde vieram (ÉGLER, 1961; PENTEADO, 1967).

Égler (1961), demonstra em seu estudo que a produção das colônias, inicialmente, era, especialmente, de cereais como o arroz e o milho, plantados nas primeiras áreas derrubadas, que a princípio apresentam um solo rico em matéria orgânica, mas que depois das primeiras colheitas se transforma em um solo desgastado e parco em nutrientes, o que resulta em uma baixa e insatisfatória produção destes cereais que requerem condições opostas para o seu desenvolvimento. Por este motivo, as produções que se destacaram foram da mandioca e de aguardente.

A mandioca é uma cultura de poucas exigências, produz mesmo em solos fracos e seu produto comercial – a farinha – é largamente aceita no mercado. A aguardente, por sua vez, apesar de ter um custo elevado, compensa por requerer uma quantidade baixa de cana-de-açúcar para sua produção e por sua ampla aceitação no comércio (ÉGLER, 1961). A autora cita também outras culturas que se sobressaíam nas colônias: cacau, fumo, algodão, seringueira, e até mesmo o café.

Toda esta produção agrícola das colônias poderia ser beneficiada nos burgos agrícolas criados pela lei 583 de 1898, que consistiam em

[...] estabelecimentos industriais de agricultura, fundados em virtude de concessões do governo, com o fim de facilitar e auxiliar a criação e o desenvolvimento de pequenas propriedades rurais, ligadas à

propriedade central, na qual maquinismos aperfeiçoados permitissem aos agricultores beneficiar os seus produtos, mediante os seus contratos de parceria e os preços de tabelas aprovados pelo governo (CRUZ, 1958 apud ÉGLER, 1961, p. 82)

Do ponto de vista produtivo, os burgos agrícolas exerciam, em certa medida, um ordenamento territorial acautelado pelo Estado interessado na efetivação do projeto colonizador da área em questão. Todavia, houve insucesso neste acompanhamento por parte do Estado que decorreu na emancipação dos burgos, tornando-se, então, próprias colônias, por conta da centralidade territorial que acomodavam (ÉGLER, 1961). Algumas dessas colônias vieram a se tornar municípios.

A autora enfatiza que, naquele contexto, a preocupação das colônias era a construção de retiros (casas de produção da farinha), para o beneficiamento da mandioca e, quando possível, da produção de aguardente e de rapadura.

É possível concluir, por meio dessas fontes, que a produção agrícola de base camponesa, bem como a disposição espacial do campesinato em todo o nordeste paraense esteve, em princípio, ligada à ação dirigida do Estado e de seus interesses, nesse caso da efetivação dos projetos de colonização e produção de comida.

Porém, este mesmo campesinato permaneceu, ressaltando as possíveis alterações no que produziam e como produziam, existindo, não sem esforço, portanto, (re)existindo nas condições que ora se apresentavam. Tanto é que, se valendo de áreas de grande densidade florestal e de terras devolutas, passam a explorar madeira para a produção de carvão vegetal (lenha), dando toque a vida cotidiana e a auto sustentação.

Em seu estudo, Égler (1961) enfatiza a diversidade da produção agrícola no nordeste paraense, a ponto de citar uma subdivisão econômica da zona bragantina, no nordeste do estado. Nesse mesmo estudo, a autora cita que à época os dois produtos comerciais de maior importância eram a pimenta-do-reino e as fibras, aquela introduzida pela imigração japonesa que, a seu turno, desempenhou significativa mudança na organização do espaço, compondo também a classe camponesa na região, bem como da própria formação territorial de Tomé-Açu. A autora registra no município de Acará, no ano de 1956, 764.737 pés de pimenta-do-reino, que correspondem a mais de 300 mil do segundo colocado, o município de Ananindeua.

Naquele período, meados do século 20, ficou claro que o projeto de colonização dirigida do nordeste paraense não obteve êxito. Porém, a frente pioneira<sup>14</sup> de camponeses e agropecuaristas aconteceu, num contexto de substituição da ferrovia por rodovias estaduais e federais. São tempos de relativa aceleração e dinamização econômica na região, notadamente a partir da década de 1960, com a intervenção militar na Amazônia.

O modal rodoviário vai ganhando importância em detrimento da ferrovia e do projeto estatal a ela ligado. A rodovia vai significar mais uma fase da tão apregoada modernização para a Amazônia, é por meio dela que chegaram os “homens sem-terra” para a “terra sem homens”, portanto, operando um intenso processo migratório e chegada de serviços e mercadorias, além do incremento de cidades e vilas (CONCEIÇÃO, 2002)

No nordeste paraense, a apropriação capitalista às margens das estradas acentua-se com a implementação da agropecuária que, irá se contrapor às comunidades camponesas, alicerçadas pelo regime do trabalho familiar e alinhado à agricultura itinerante.” (SOUSA, 2018, p. 60).

É nesse contexto que Tomé-Açu se emancipou do município de Acará e passa a ser internacionalmente conhecido pela produção de pimenta-do-reino que, em princípio, esteve monopolizada pelos colonos japoneses, mas em seguida foi disseminada por todo município e na maioria das unidades camponesas.

Destacamos, a seguir, os passos e a importância que a imigração japonesa, teve sobre a formação territorial de Tomé-Açu.

### 2.1.3 *A imigração japonesa e suas contribuições para a formação territorial de Tomé-Açu*

A primeira tentativa de aproximação entre Brasil e o Japão, no final do século 19, pôs o Brasil, a Amazônia e, especialmente o estado do Pará, na cena da imigração internacional nipônica. Tomé-Açu sofreu grande influência na produção agrícola e colocou o Pará, mais uma vez, no cenário econômico mundial, por meio da produção de pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.) que foi introduzida por esses imigrantes.

Em 1892 foi assinado um decreto brasileiro que permitiu a imigração japonesa e no ano de 1895 é firmado o Tratado de Amizade Comercio e Navegação Japão-Brasil (MUTO, 2010; CASTRO, 1954). Vindos para o Brasil na tentativa de suprir a falta de mão de obra nas lavouras de café no estado de São Paulo, chegam no porto de Santos, no

---

<sup>14</sup> A frente pioneira é entendida a partir de Martins (1997), tratando-se de introdução da dimensão econômica, do mercado protagonizado por empresários, fazendeiros, camponeses etc., propriedade privada da terra. Porém, essa ocupação também traz em sua esteira o caráter demográfico ligado à posse da terra por camponeses migrantes (posseiros) e conforma, em certa medida, a dimensão social, cultural e política no/do nordeste paraense que foge à delimitação do projeto de colonização almejado pelo Estado.

dia 18 de junho de 1908, oitocentas pessoas, das quais 781 já sob contratos (MUTO, 2010).

A partir de 1924 com a proibição da imigração japonesa para os Estados Unidos e para o Peru, o Brasil torna-se o principal canal da imigração nipônica e também um grande parceiro comercial e estratégico para o Japão que desde os anos de 1950 introduzem empresas de máquinas pesadas, motores, madeiras, além de grandes pactos como a extração de minério na Serra dos Carajás, a construção da UHE de Tucuruí e da planta da fábrica de alumínio Albrás/Alunorte, todos empreendimentos no estado do Pará (MUTO, 2010).

A introdução ordenada de japoneses na Amazônia começa com negociações entre o governo paraense e a embaixada japonesa no Brasil a partir de 1923. Em 1925, o governador do Pará, Dionísio Bentes destina uma área de 500 mil hectares para criação de uma colônia no estado tendo como intenção seu desenvolvimento com a ajuda dos japoneses (MUTO, 2010; ISHIZU, 2007).

A região amazônica nesse período experimentava o gosto amargo do declínio econômico do extrativismo gumífero, provocado pelo deslocamento do eixo produtivo para o Sudeste asiático. As autoridades brasileiras nutriam grandes esperanças de que, a partir da imigração japonesa, pudessem ser criadas alternativas produtivas que permitissem revitalizar a economia regional. (HOMMA et al, 2011, p. 26).

Outro fator era o chamado “problema da Amazônia” que consistia na visão de uma região enquanto área gigantesca mal aproveitada e longe do desenvolvimento. A imigração japonesa foi considerada, naquele contexto, a chance de “prosperidade da região” e de sanar “o problema industrial e econômico” (ISHIZU, 2007, p. 56).

A imigração japonesa na Amazônia sofreu pressões contrárias de parte da população, mas era de total interesse dos governadores do Pará e do estado do Amazonas, não medindo esforços para que fosse bem-sucedida, afinal os governantes apostavam que a presença nipônica era a chave para o desenvolvimento de áreas específicas, como o nordeste paraense, por exemplo.

Depois da “missão japonesa”, como ficou conhecido o grupo de profissionais japoneses encarregados de encontrar a melhor área para assentar a colônia no Pará, o que hoje compreende-se dentro do município de Tomé-Açu, entre os rios Acará e Acará-mirim, era uma terra fértil e favorável a navegação, área de 500 mil hectares que então foi cedida pelo governo (MUTO, 2010). O dia 22 de setembro de 1929 é a data da chegada do primeiro contingente de japoneses à colônia de Tomé-Açu (antiga colônia do Acará,

como era conhecida), sob tutela da empresa japonesa *Nantaku* responsável por assentar as famílias (MUTO, 2010). Segundo a Associação Cultural de Tomé-Açu (2001 apud MUTO, 2010) nos primeiros anos os imigrantes concentraram esforços na produção de arroz e hortaliças que ganhou impulso a partir de 1931 com a criação da Cooperativa de Verduras do Acará que comercializava os produtos em Belém, visando a independência econômica daqueles colonos.

A organização dos agricultores japoneses para a comercialização da produção agrícola é a vanguarda do cooperativismo em Tomé-Açu. Um bom exemplo é a da Cooperativa Mista Agrícola de Tomé-Açu (CAMTA), criada oficialmente em 1949, que passou dificuldades na decadência da pimenta do reino a partir da década de 1970, mas superou a crise investindo no beneficiamento de polpa de frutas.

A produção agrícola dos japoneses em Tomé-Açu se torna notória em nível internacional a partir da produção de pimenta-do-reino, que chega em 1933 ao município, mesma década em que a colônia passou por grandes dificuldades devido doenças tropicais como a malária que forçou muitos a abandonarem a colônia e se dirigirem para cidades próximas como Belém ou para o estado de São Paulo (MUTO, 2010).

Logo em seguida ao final da segunda guerra mundial a produção de pimenta-do-reino em Tomé-Açu teve grande elevação, chegando a ser uma das principais no cenário mundial no qual o preço subiu vertiginosamente pela falta de oferta das ilhas do pacífico sul que declaram independência abandonando os plantios que era em sua maioria de chineses.

Reiko Muto (2010), realizou pesquisa densa sobre a imigração japonesa na Amazônia. Para a autora a diferença entre os colonos da Amazônia e os do Sudeste do país, que eram trabalhadores temporários, os da Amazônia (com colônia também no estado do Amazonas) podiam plantar em sua propriedade sob tutela da empresa responsável pela colônia que loteou a terra e ordenou a ocupação pelas famílias. Isto significa a gênese de uma certa autonomia para as famílias que tempos mais tarde se torna muito importante quando a empresa decreta falência e abandona a colônia.

As décadas de 1950 e 1960 marcaram o *boom* da pimenta-do-reino no mercado mundial, como registra a ACTA (2001 apud MUTO, 2010), que em 1940 era de US\$ 90,20/t passa para US\$ 3.724,60/t em 1951. Esse sucesso consolidou a figura dos japoneses como agricultores de sucesso, em boa parte pela iniciação do sistema NPK ((N) Nitrogênio, (P) Fósforo, (K) potássio) na agricultura e o uso de maquinários em solos de terra firme e pouca fertilidade (HOMMA, 2007).

Entretanto, na década de 1970, assistiu-se o declínio dos pimentais atacados pelo fungo *Fusarium* que passou a devastar as áreas dessa monocultura. O decaimento foi tamanho que se tornou necessário alternativas produtivas para as famílias. Entra em cena os Sistemas Agroflorestais (SAF's), que consistem em consórcio de culturas agrícolas com espécies arbóreas, é antônimo do monocultivo e contribui para a diversidade biológica, captura de carbono e ameniza as limitações para a atividade agrícola (EMBRAPA, 2004; KATO et al [s. d.]). Barros et al. (2011) nos lembra que os sistemas agroflorestais já eram empregados pelos indígenas, caboclos e ribeirinhos e que o que os nipônicos fizeram foi introduzir este sistema nas áreas dos pimentais em declínio. Segundo os autores, em Tomé-Açu são “formandos basicamente pelos cultivos de pimenta-do-reino, cacauzeiro, açaizeiro e cupuaçuzeiro, combinados entre si e/ou com espécies frutíferas e florestais” (BARROS et al., 2011, p. 306). Nesse sentido, é possível afirmar que essa diversidade produtiva faz parte de uma herança cabocla, isto é, dos sujeitos da Amazônia, notadamente dos ribeirinhos.

A fotografia a seguir (Figura 2) representa o momento de opulência da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, durante a década de 1950, nela está um colono japonês ao lado da sua plantação.

**Figura 2: Pimenta-do-reino na colônia agrícola Tomé-Açu (PA), 1955**



Fonte: IBGE, 2018

Com o passar dos anos, os exemplos de sucesso entre os japoneses foram sendo gradativamente incorporados pelos camponeses brasileiros de origem não japonesa, tanto a produção de pimenta-do-reino quando o uso do sistema agroflorestal é bem difundido em propriedades rurais do município.

Atualmente o município é conhecido internacionalmente pelo uso dos SAF's, que por sua vez, acabam tendo particularidades a depender dos cultivos, da propriedade etc., caracterizando este sistema com certa elasticidade, podendo ser modificado de tempos em tempos, dando ao agricultor uma certa flexibilidade produtiva, segurança e autonomia.

A figura 3 traz três imagens colhidas em campo em uma propriedade cuja produção está baseada no SAF. Nas imagens é possível observar o consorciamento de espécies, neste caso imagem a), do cacau e açaí; do experimento como o desenvolvimento das chamadas “estacas vivas” para a pimenta-do-reino (imagem b) e de uma área de pesquisa em parceria com a EMBRAPA para a recuperação de copa de cupuaçuzeiro (imagem c).

Durante a estadia em campo, foi possível perceber que esse sistema de produção continua sendo constantemente incentivado e ensinado aos agricultores, por meio de palestras em eventos, minicursos e oficinas com abordagens teóricas e práticas, a exemplo dos oferecidos pelo IDEFLOR.

**Figura 3: Propriedade com o SAF e área de pesquisa**



Fonte: Trabalho de campo. Fotos: autor (07/07/2018)

Criado pela lei nº 6.963, de 16 de abril de 2007, o Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR), visa exercer a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, contribuir para a produção e para o desenvolvimento da cadeia produtiva florestal. Nesse sentido, o Instituto lançou um projeto de recuperação de áreas alteradas/degradadas, a partir da implantação dos “SAF’s comerciais” que objetiva a inserção do agricultor na economia de base florestal (IDEFLOR, 2013).

A imigração japonesa foi responsável por inserir ainda mais diversidade ao campesinato amazônico. Foi por meio da cultura alimentar japonesa que os belenenses, por exemplo, passam a inserir as verduras e legumes à mesa. Foram eles que trouxeram a pimenta-do-reino de Singapura para o município e a popularizaram entre os produtores de média e pequena propriedade, o que de longe foi sua maior contribuição para Tomé-Açu.

É importante salientar alguns pontos de diferença entre os colonos japoneses e os colonos nacionais – além, é claro, das culturais e linguísticas –, uma delas é os *muras*<sup>15</sup> japoneses, que em princípio não permitem intercâmbios entre esses dois perfis de colonos; o fato de muitos japoneses já terem um nível de instrução elevada; de terem recebido fortes incentivos para estabelecer a colônia e prosperarem economicamente; por terem acesso à propriedade da terra, pois fazia parte da política de colonização operado pela empresa responsável. Esses fatores contribuíram significativamente para ordenamento e êxito da colonização japonesa e para sua ascensão econômica. Atualmente, muitos são grandes empresários agrícolas e influentes politicamente.

Em Tomé-Açu, a atividade agrícola planejada no início era o cultivo de arroz e cacau, mas, como não houve êxito, resolveram experimentar o cultivo da pimenta-do-reino, cujo sucesso levou o estado do Pará a exportar o produto. Pode-se dizer que o sucesso foi em grande parte atribuído ao modo de organização dos japoneses através do cooperativismo que provém das formas de organização espacial e social relacionadas ao *mura*. Além das culturas citadas anteriormente, os japoneses também introduziram na Amazônia várias espécies frutíferas como o mangostão e o rambotã. Assim, os Japoneses através de sua contribuição, principalmente no setor agrícola, fazem parte da história da agricultura amazônica (ibid.). Embora pouco numerosos e ainda fortemente dependentes do espírito do *mura*, como ainda ocorre em outros lugares no resto do país, a população japonesa da Amazônia adquiriu características regionais próprias, contribuindo à distinção de uma região no interior do Brasil. (SHIMIZU, 2010, p. 166 grifos da autora)

---

<sup>15</sup> “[...] aldeias rurais, onde existe uma ligação intrínseca entre o habitante e o lugar.” (SHIMIZU, 2010, p. 154)

Organizados em cooperativas e associações, os primeiros japoneses e seus descendentes enfrentaram grandes desafios na comercialização de seus produtos, especialmente no início do estabelecimento da colônia em que o transporte era feito exclusivamente pelo rio. Escoar a produção para Belém requeria horas em um barco, mas essas problemáticas foram superadas ao longo do tempo e seus êxitos servem até hoje de exemplo para muitos camponeses entrevistados, que veem nos nipônicos um exemplo de persistência e inovação no campo em Tomé-Açu.

A consolidação da colônia japonesa em Tomé-Açu é concomitante à ascensão do modal rodoviária na região, portanto, um momento da história em que a circulação de pessoas, mercadorias, informações se torna acelerada e dinâmica. É desse contexto, década de 1970, “a política de modernização da Amazônia, através da qual se introduziu a nova pecuária” (LOUREIRO, 2004, p. 273), com a explosão de fazendas que passam a se incorporar nos terrenos agrícolas, especialmente às margens da rodovia (CONCEIÇÃO, 2002).

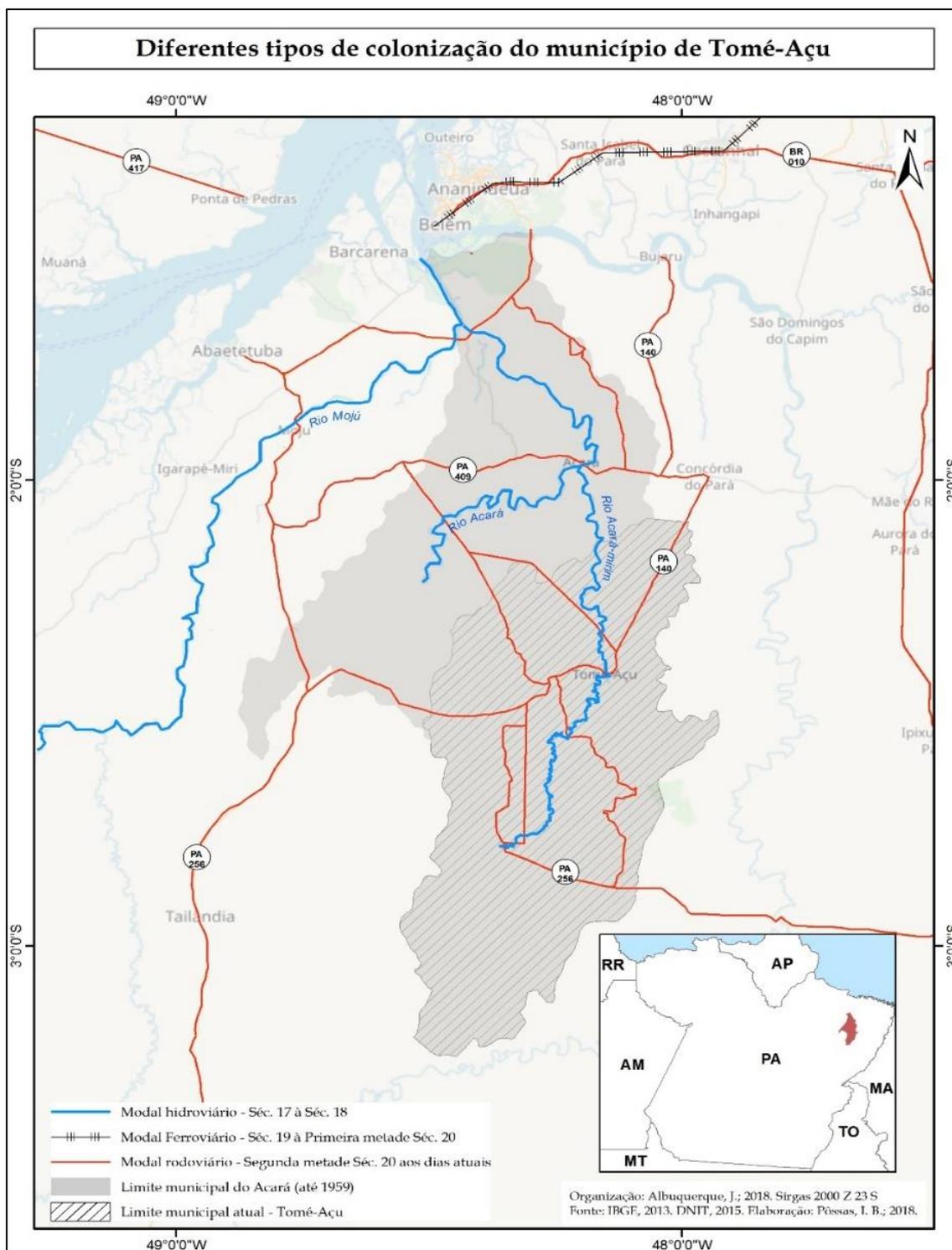
Na figura 4, apresentamos um mapa síntese dos modais que contribuíram para a formação territorial de Tomé-Açu. Referimo-nos à colonização através dos rios, ferrovia e rodovia na região.

Como vimos, até meados do século passado, a região em que está situado o município pesquisado, sofreu diferentes processos de colonização que deixou, cada uma, especificidades nesse espaço.

Conforme Moraes (2001), a colonização é uma forma de domínio territorial e de exploração dos seus recursos com aspectos de dominância e violência. A partir da coexistência de diferentes sujeitos e suas territorialidades em um território, podemos afirmar que se instala uma disputa por esse território, porque há ao mesmo tempo formas de apropriação e uso, sendo aquela o ato de ser apropriar do que não é seu com fins lucrativos, neste caso, e este como sendo a valoração da coisa em si como satisfação imediata.

O mapa a seguir (Figura 4), demonstra, de forma sintética, os três principais modais que contribuíram na colonização da mesorregião Nordeste Paraense e do município de Tomé-Açu.

**Figura 4: Mapa dos diferentes tipos de colonização do município de Tomé-Açu**



A partir da segunda metade do século 20, a política de modernização da Amazônia vai ser sentida na região por meio da reatualização do conflito, especialmente no âmbito da disputa de terras entre posseiros e grandes latifundiários que vieram para Amazônia

em busca da riqueza e do desenvolvimento propagandeados pelo governo, a partir da abertura das estradas na região, como pode ser visto no mapa (FIGURA 4).

## 2.2 A DISPUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO EM TOMÉ-AÇU

De antemão buscaremos conceituar a categoria território para em seguida tratarmos de sua disputa, entendendo que a lógica capitalista coexiste com a não-capitalista e de que o território é locus privilegiado da materialização dessa aparente contradição espacial.

A Geografia nos indica alguns apontamentos, limitados, todavia, fundamentais pelos quais buscamos respostas. Nesse ínterim, o território dentro de uma abordagem geográfica – que não é imutável, muito menos universal – nos parece dar conta da árdua tarefa de elucidar processos cada vez mais complexos de apropriação e uso do espaço, sem banalizar tal categoria ou indistintamente ampliar sua capilaridade conceitual, buscamos não uma *fetichização* do conceito, mas sua adequada utilização para fins analíticos. Dessa maneira, passamos a trazer alguns elementos que nos aproximam da realidade estudada e vivenciada nesta pesquisa.

Pretendemos ir além da polissemia a que o território é submetido – inclusive dentro da própria ciência geográfica – para a compreensão de que ao falarmos de território estamos, primordialmente, falando de um tipo de apropriação do espaço geográfico, sendo este “o onde” no qual encontramos as relações sociais, isto é, a matéria de que fala Santos (1978), entretanto é denso e verdadeiramente social, como afirma Souza (2013), ou ainda, “o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, reprodução da sociedade” de que fala Corrêa (2000, p. 26). Isso significa dizer que o espaço é anterior ao território e, este último, se estabelece ou surge a partir de um tipo de apropriação daquele, em que sempre se fará presente uma relação de poder, de mando. Esta é a chave central. Isso fica claro em Raffestin (1993, p. 144) quando afirma que “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder.”

Para Souza (1995, p. 78) “o território é fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Souza (2013) deixa bem claro que esta é uma primeira e necessária aproximação, porém insuficiente. O autor esclarece que o território possui uma feição material, entretanto não se pode confundi-lo com uma porção terrestre ou com o que ele chama de substrato espacial material, e parte para a compreensão de uma projeção das relações sociais de poder ou um campo de forças.

É possível que resida na feição material do espaço e na forma de sua apropriação, e em seu uso, a singularidade de um território, uma identidade, um *signo*. Longe de um determinismo das formas, a reprodução humana e sua relação com a natureza, e fazendo parte desta natureza, não é alienígena ao meio natural. Por exemplo, ao falarmos de Amazônia não podemos olvidar ao fato de que a reprodução de um grande número dos que aqui estão, no passado e agora, tem uma forte ligação com os rios e a floresta – obviamente a Amazônia não é só isso – há tipos específicos de atividades econômicas ligadas à natureza fazendo parte do próprio homem estando este no espaço rural ou urbano; isto vai refletir – não condicionar – suas relações sociais, em suas representações, referências, comida, indumentária, linguagem, meio de transporte etc. Afinal, o que seria de um ribeirinho sem o rio? Para citar um exemplo. Queremos dizer com isso, que a feição material não determina, mas sim qualifica uma forma de apropriação do espaço, e quando pensamos no surgimento de territórios na Amazônia está subjacente as microescalas de poder local, bem como a imposição de lógicas exógenas ao local.

A partir do que foi exposto; o território é, a partir do espaço, como afirma Raffestin, produto das relações sociais, se constituindo em um campo de forças, do qual fala Souza (2013) e, inegavelmente, possui uma feição natural sem circunscrever-se à ela. O território, assim, diz respeito ao momento histórico ao qual atravessamos e, sobre este, ganha definição nas palavras de Oliveira (2002) quando diz compreender o território

Como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo modo/de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, como produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

A partir da assertiva deste autor é possível compreender no espaço a feição da história, isto é, as implicações do presente momento histórico e de suas particularidades. Ao tratarmos do nordeste paraense, do capitalismo no campo e de sua lógica de atuação, o território como *produto concreto da luta de classes* vai traduzir as formas de atuação capitalista na região. Aqui reside as contradições e, inegavelmente, as disputas. O *modus operandi* dá o tom da territorialização, isto é uma maneira de territorializar-se. O autor completa ainda, ao dizer

O processo de construção do **território** é, pois, simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a

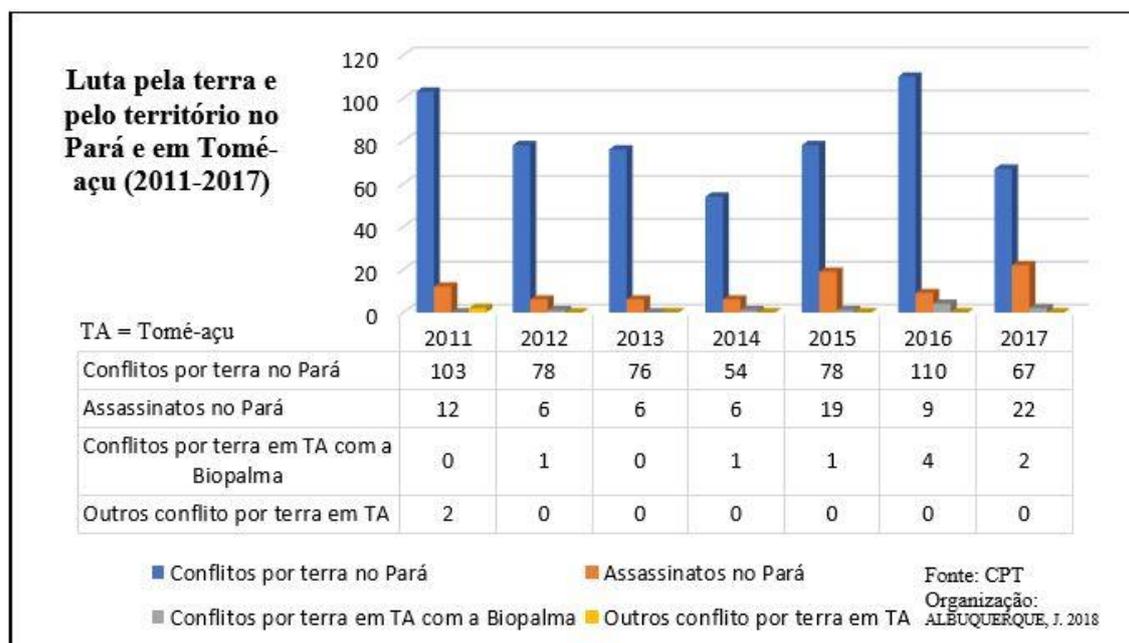
sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do **território** é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2008, p. 6) (*grifos do autor*)

Em se tratando da questão agrária na Amazônia, comumente tratam-se de sobreposições espaciais que não são harmônicas, ou seja, reside o conflito nos múltiplos processos sociais de territorialização (PORTO-GONÇALVES, 2006). Ao pensarmos em lógicas divergentes, como é o caso pesquisado do campesinato e do agronegócio do dendê, estamos aceitando a existência de divergentes relações sociais, logo de distintas territorialidades em um mesmo território (FERNANDES, 2008); temos, então, a disputa pelo território, que no neoliberalismo ganha nuances mais complexas especialmente quando olhamos para a atuação do Estado moderno burguês. Isso ficará mais evidente ao tratarmos, em outro capítulo, das políticas públicas, do agronegócio do dendê e do campesinato. A partir de Sousa (2018), podemos afirmar que existe uma disputa pelo território entre o campesinato e o agronegócio do dendê no nordeste paraense, que chegou a tons dramáticos como os nove episódios de conflitos, registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre os anos de 2011 e 2017, envolvendo quilombolas, indígenas e a Biopalma (CPT, 2016), incrementando os números de conflitos no estado do Pará.

Segundo o Ministério Público do Estado do Pará (MPE), a área é território quilombola e está em processo de reconhecimento pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Parte desta área era reivindicada pela Empresa BIOVALE (uma empresa da Vale S.A.), para o plantio de Dendê. Os quilombolas que ocupavam esta parte passaram a receber ameaças, que partiam, sobretudo, de quem estava interessado em vender as terras para a Biovale e que encontravam oposição dos que defendiam a área como território quilombola. (CPT, 2012, p. 127)

O gráfico 3 traz uma série histórica (2011-2017) da luta pela terra e pelo território no Pará e em Tomé-Açu, com destaque para os conflitos envolvendo camponeses e a empresa Biopalma no município.

**Gráfico 3: Luta pela terra e pelo território no Pará e em Tomé-Açu (2011-2017)**



Fonte: Cadernos de Conflitos, CPT. Elaboração: autor

A territorialização massiva do agronegócio do dendê, a partir das políticas para o agrocombustível, traz para o campo paraense mais uma forma de territorialidade do capital que se instala por diferentes maneiras, por exemplo, territorializando-se, *stricto sensu*, por meio da compra de terras na região ou monopolizando<sup>16</sup> o território por meio das formas de arrendamento da terra e da integração de unidades camponesas à essa agroindústria que passa a subordinar as formas camponesas para seu desenvolvimento e, ainda, pela captura da renda da terra.

No entanto, como vimos, a disputa pelo território é anterior a chegada do dendê pois se insere desde o contexto do Brasil colônia com os processos de ocupação da terra e colonização do território, fragmentando-o e produzindo novos territórios.

Chamamos atenção para um conflito na década de 1980 que marcou a disputa por terra em Tomé-Açu e contribuiu significativamente para a consolidação da organização sindical dos trabalhadores rurais no município e, por conseguinte, resultou em efeitos sobre o campesinato na região; trata-se do conflito fundiário na então fazenda Colatina

<sup>16</sup> Os conceitos de territorialização do monopólio e monopolização do território pelo capital vêm de Oliveira (2004), em que a monopolização se dá por meio da integração à agroindústria do dendê, ou seja, no momento em que a empresa não imobiliza capital na compra da terra, mas captura renda da terra e a territorialização, por sua vez, acontece por meio da compra da terra com consequente expansão das áreas plantadas da empresa que, em alguns casos, provocaram e provocam o cercamento de unidade camponesas, ou a saída desses sujeitos para outros espaço como a cidade ou o próprio campo.

que vitimou brutalmente Benedito Alves Bandeira (Benezinho), no dia 04 de julho de 1984.

Apesar da área em questão pertencer ao município de Acará, por se encontrar no limite com Tomé-Açu, fez com que Benezinho, enquanto presidente do STTR de Tomé-Açu, assumisse a defesa das setenta famílias da área que estavam vendo suas terras serem tomadas pelo avanço do gado do capixaba Acrino Breda, dono da fazenda Colatina (Ver Anexo 1). Segundo fontes colhidas por Melo et al. (2012), Acrino tentou comprar o silêncio do líder sindical, mas sem êxito mandou assassiná-lo.

O assassinato de Benezinho comoveu toda a região, milhares de pessoas ficaram em polvorosas e indignadas com aquela situação, o que resultou na morte, por linchamento, dos três pistoleiros acusados (SACRAMENTO, 2015).

Segundo Sacramento (2009), Benezinho era sensível às necessidades da classe trabalhadora o que o fez dar início à Comunidade Eclesial de Base (CEB). Isso desencadeou uma série de ações e conquistas, como: a construção de estradas, ramais, educação, saúde e até mesmo melhoria na comercialização de produtos dos camponeses.

O líder sindical é considerado, até hoje, um lutador do povo e mártir que deve servir de exemplo para a população local, grata por tudo que ele realizou em prol dos mais necessitados. Isso foi possível observar na missa em sua memória, realizada em 04 de julho de 2018 na comunidade São José (Km 21-Tomé-Açu), a qual participamos.

Essa disputa e seu trágico desfecho resultou, quatro anos mais tarde, na criação da colônia Benedito Alves Bandeira na área em litígio. Esse contexto é marcado pelo avanço da agropecuária no município e pela reedição do “desenvolvimento regional na Amazônia”.

O avanço de atividades capitalistas sobre o espaço rural tem exercido uma pressão sobre o território e empurrado territorialidades camponesas e indígenas, assim como redefinidos relações de trabalho no campo. A lógica e a forma com que vem se dando esse processo não pode esperar nada a menos do que um campo de contradições e resistências.

No caso da territorialização do dendê não é diferente, como analisado por Sousa (2018).

Apesar da tímida participação na balança comercial do estado do Pará, o agronegócio do dendê tem gerado uma disputa territorial no espaço agrário paraense, materializado no antagonismo entre a agricultura camponesa e o cultivo da palma. Nos municípios de Acará, Bujaru e Concórdia do Pará, engendram-se novas relações produtivas e de

trabalho, destacando-se como uma das principais atividades agrícolas, conjuntamente com a produção da mandioca, a pimenta-do-reino e o cultivo/extração do açáí. (SOUSA, 2018, p. 69)

Com isso, as agroindústrias do dendê aportam em um território já em disputa, acentuando-as sob novas matizes e contribuindo na consolidação da fronteira, há muito aberta, de expansão do capital.

### 2.3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA MUNICIPAL COMO REFLEXO DAS TENSÕES HISTÓRICAS

Os distintos processos de colonização que o nordeste paraense sofreu, foram suficientes para moldar uma estrutura fundiária concentrada, desde as incursões através dos rios da região até sua agudização na segunda metade do século 20 com a espacialização das rodovias e as políticas de desenvolvimento regional ligadas à modernização conservadora que, de alguma forma, sempre pairou sobre a Amazônia.

Porém, esta é uma realidade histórica do Brasil, pois a terra está aprisionada nas mãos de poucos e, como se não bastasse essa injustiça, continua se concentrando ainda mais, como mostra uma matéria jornalista da Carta Capital de 06/01/2015.

Os dados do Incra diagnosticam esse cenário de expansão da concentração de terras. Em 2003, 58 mil propriedades concentravam 133 milhões de hectares improdutivos. Em 2010, eram 69,2 mil propriedades improdutivas, controlando 228 milhões de hectares.

A matéria afirma que essa expansão não tem se dado por compra de terras, mas pela ocupação de áreas indígenas, zonas de proteção ambiental ou por grilagem (CARTA CAPITAL, 2015). Esse cenário ratifica a forma predatória com que os privilégios têm se mantido no país, contribuindo para a expropriação de populações e para a desigualdade social.

Em relação a Tomé-Açu, ao analisar os dados do INCRA, é possível observar o quadro geral de como está posta a propriedade da terra no município. Apesar do intervalo de uma década nos dizer pouco, é possível observar uma tendência a cerca dessa questão, especialmente por ser tratar de um intervalo em que se instala o monocultivo do dendê em larga escala, por isso a relevância dos seguintes dados.

**Quadro 2: A propriedade da terra em Tomé-Açu (2003-2013)**

<b>A propriedade da terra em Tomé-Açu medida pelos imóveis - 2003/2013</b>									
Classificação do Imóveis*	<b>2003</b>				<b>2013</b>				Crescimento da Área %
	Número	%	Área (ha)	%	Número	%	Área (ha)	%	
1. Minifúndio	1.529	66,1	39.077	9,3	1.751	64	44.649,12	7,67	14,2
2. Pequena Propriedade	589	25,5	47.913	11,4	658	23,7	52.229,39	8,98	9
3. Média Propriedade	90	3,9	37.090	8,8	176	6,4	82.695,20	14,22	122
4. Grande Propriedade	102	4,4	295.616	70,1	130	4,7	393.840,30	67,75	33,2
5. Situação não informada	3	0,1	1.827	0,4	33	1,2	8.077,78	1,38	342
<b>TOTAL</b>	<b>2.313</b>	<b>100</b>	<b>421.523</b>	<b>100</b>	<b>2.748</b>	<b>100</b>	<b>581.491,79</b>	<b>100</b>	<b>37,9</b>

Fonte: INCRA. Organização: autor, 2018

Percebe-se que houve um aumento do número de estabelecimentos, notadamente do minifúndio, nesse período, bem como um acréscimo de 37,9% das áreas nesses dez anos, o que vai ao encontro dos dados mais gerais do Brasil que mostram um aumento da área cadastrada nos últimos anos e que pode estar ligado a vários fatores, desde o esforço oficial no cadastramento, passando pela exigência dos bancos pelo CCIR para liberação de financiamentos, até mesmo o processo de grilagem de terras. No intervalo em evidência, o crescimento da área dos imóveis com situação não informada cresceu 342%.

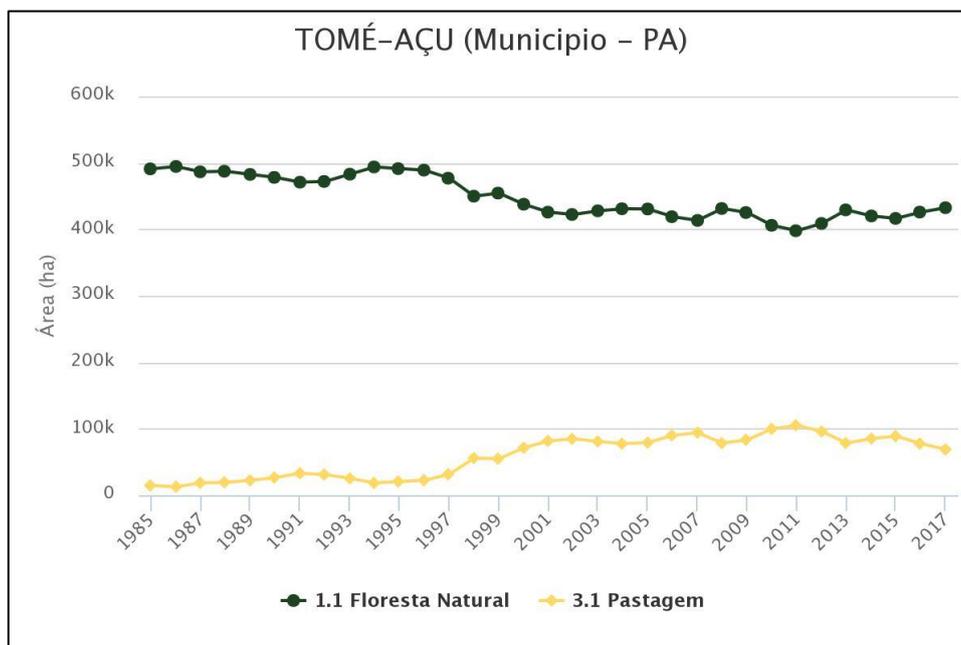
Esses dados de 2013 mostram, no quadro geral, uma terra concentrada na mão de poucos, pois a grande propriedade, que não é 5 % do número total de imóveis, concentra quase 68 % das terras, ao passo que o minifúndio representa 64% do número de imóveis, mas ocupa menos de 8% das terras.

Em trânsito pelo campo foi possível perceber esse afloramento de minifúndios demonstrado em números pelo INCRA. O minifúndio era o universo da camponesa de 34 anos L. S. N, juntamente com seus pais e sete irmãos, até ser forçada a migrar em busca de uma terra para si em que possa trabalhar, segundo ela “a terra dos meus pais é muito pequena pra muita gente”<sup>17</sup>. Esse universo torna-se mais dramático pelo avanço das atividades de um grande agropecuarista para dentro das terras da família.

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 31/07/2018

O avanço da agropecuária é um fator de destaque no campo municipal. O gráfico 4, elaborado pelo projeto MapBiomias, demonstra a diminuição da floresta natural e o avanço de áreas de pastagem no município entre os anos de 1987 e 2017.

**Gráfico 4: Área de floresta natural e pastagem em Tomé-Açu (1985-2017)**



Fonte: MapBiomias. Elaboração: MapBiomias

**Figura 5: Fazenda de gado às margens da estrada**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (21/12/2017)

Atualmente a entrevistada mora em uma recente ocupação dentro da área de reserva florestal de uma empresa de dendê.

Essa realidade no campo de Tomé-Açu é inaugurada com a chegada e territorialização das empresas do dendê. Em entrevista, o secretário do SINTRAF municipal afirma que a entidade está acompanhando dois casos de ocupação dentro de áreas da empresa Biopalma. Em entrevista, relata o contexto que se segue atualmente.

Aqui onde tá devastado ela (a empresa) plantou dendê, aqui onde ela tinha mata ela deixou como reserva, eles (camponeses) estão invadindo a reserva. Aí eles (camponeses) vem no sindicato pra ver, a gente acaba indo nos órgãos competentes, coloca o GPS e a maioria das áreas eles (órgãos) estão detectando que não está legalizada no nome da firma, pelo contrário, aqui dentro a gente encontra alguns títulos pequenos aqui por dentro (área da empresa) no nome dos agricultores, ex dono, antigos donos com títulos definitivos. Então tem áreas que a firma tem consciência que ela não legalizou, não deu tempo de legalizar e ela tá abrindo mão. (Laerci Ferreira. Entrevista realizada em 31/07/2018)

A partir desse relato, é possível identificar a velocidade com que se deu o processo de territorialização do dendê nesse município, inclusive ignorando a legalidade, já que há, segundo o entrevistado, títulos de terra válidos de outrem dentro das áreas que a empresa diz serem suas. Segundo o secretário, atualmente existem doze áreas da empresa Biopalma ocupadas por famílias; segundo ele, essas famílias saíram do campo para a cidade e agora estão buscando formas de retornar para a terra.

Essa situação nos indica uma volta para o campo para aqueles que o deixaram por diferentes razões e uma oportunidade para quem mora na cidade e busca no campo melhores condições de vida, tendo em vista que muitos têm origem camponesa e sabem que a terra é um meio de produção que possibilita comida e certa comercialização.

Assim, esses são alguns aspectos da questão agrária no município, especialmente ligados a chegada das empresas do dendê, a qual trataremos de forma mais detalhada no capítulo seguinte.

---

**3. A CHEGADA DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ E DAS POLÍTICAS DOS  
AGROCOMBUSTÍVEIS NA AMAZÔNIA PARAENSE**

---

A gente entendeu que era bem-vindo, além do emprego que ia gerar na região, emprego renda. Então a gente acabou achando interessante. Mas não deixa de falar também que isso aconteceu. Teve por outro lado o negativo que foi a questão ambiental. A gente sabe que muitos agricultores venderam suas terras e vieram, foram se empregar na firma, além do uso de venenos que eles utilizam. Inundou muitos igarapés, inclusive ali tem uma aldeia que chegaram a fazer exame na água, a água tava contaminada. Então isso foi danos ambientais. Então, a gente avalia bom a chegada do dendê, mas por outro lado trouxe danos também pro ambiente. (Secretário do SIINTRAF, Laerci Ferreira. Entrevistado em 31/07/2018)

Na última década, a territorialização do dendê no nordeste paraense tem operado mudanças significativas nos espaços rural e urbano, com reflexos imediatos na paisagem dos municípios, tendo em vista a velocidade com que se deu a compra de terras por empresas do setor e a inserção de unidades camponesas na cadeia de produção da palma de óleo. São mudanças nas relações de trabalho, com a terra, nas unidades integradas e nas não integradas à agroindústria.

Arelado ao discurso do desenvolvimento – este há muito um conceito esvaziado que tem servido de mero artifício retórico – e da inserção econômica dos camponeses no bojo maior de reprodução do capital energético, que nos últimos quarenta anos a partir da crise mundial do petróleo emplacou uma tendência de diversificação da matriz energética, investindo em formas alternativas para produzir energia, o dendê tem tomado força no campo paraense, em vista dos distintos incentivos estatais afim de satisfazer as demandas desse setor.

Porém, o direcionamento tomado por esse setor o leva a refazer as trilhas dos grandes projetos gestados para a Amazônia, aqueles da reprodução do capital e do recrudescimento das estruturas sociais já vigentes. Aqui está em vigor uma Amazônia dos gabinetes, dos fazedores de políticas, uma espécie de região palco que recebe projetos de ordenamento e espoliação.

Neste capítulo, pretendemos analisar, de antemão, o contexto pelo qual o agronegócio do dendê vai ser gestado e reproduzido na Amazônia paraense e, em seguida, nos debruçar sobre o impulsionamento dessa atividade agrícola capitalista por meio das políticas dos agrocombustíveis e da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria do dendê.

### 3.1 O DENDÊ COMO MAIS UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PARA A AMAZÔNIA

As primeiras sementes do dendezeiro (*Elaeis guineensis Jacq.*) vieram para o Brasil embarcadas em navios negreiros vindos da África e, em seguida, alguns colonizadores portugueses começaram a estabelecer plantios no estado da Bahia com fins comerciais (CARNEIRO, 1964; VOEKS, 1997).

A introdução do dendê no Pará data da década de 1950 por meio de pesquisas de aptidão climática realizadas pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN), precursor da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em seguida, houve um conjunto de políticas para tornar essa oleaginosa uma alternativa para o desenvolvimento rural regional (SANTOS et al., 1998), que vão desde publicações de estudos sobre o dendê, como de Pires (1953) citado por Homma (2016) até a consolidação, em 1967, de uma parceria entre a SUDAM e o *Institut de Recherches Pour Les Huiles et Les Oleagineux* (IRHO), cujo objetivo era estabelecer o cultivo do dendê em escala comercial (SANTOS et al., 1998).

É nesse contexto que, a partir de 1980, como aponta Macedo (2012), há uma aliança entre o Estado e o capital privado, resultando numa significativa expansão dos plantios desta palmeira sob o signo do mercado e como alternativa de investimento na Amazônia, sob a retórica do chamado “desenvolvimento sustentável”. É a partir desse contexto, portanto, que os grandes plantios passam a ser uma realidade cada vez mais comum no espaço agrário paraense, especialmente em municípios como Moju, Acará, Tailândia, Tomé-Açú, Concórdia do Pará etc. sob domínios de empresas como a Agropalma, Archer Daniels Midland Company (ADM), Marborges, Palmasa, Dentauá, Belém Bioenergia, Biopalma (Vale) etc.

Cruz (2006) elenca alguns elementos que tornaram o dendê um projeto de Estado para o desenvolvimento econômico da Amazônia, são eles: as condições edafoclimáticas favoráveis a implantação dos plantios, a demanda crescente pelo óleo no mercado mundial, demanda brasileira pelo óleo não atendida pela produção interna e o contexto político e econômico pós-1964 baseado na implantação de agroindústrias e ocupação da Amazônia. Por isso, o dendê recebeu diversos incentivos creditícios do governo federal e estadual. Constituindo-se, portanto, como um projeto econômico.

Ao entorno desse projeto, já desde a década de 1960, se estabeleceu o discurso de que geraria muitos empregos, de que ocuparia áreas degradadas da Amazônia e de que

esta se tornaria um polo mundial de produção de palma, que a redimiria de seu atraso e a colocaria na esteira do desenvolvimento (CRUZ, 2006).

Em Furlan Júnior et al. (2006), é possível perceber a defesa que se montou ao entorno do dendezeiro quase como um redentor da Amazônia e de sua população, quando dizem

Nunca, desde o fim do ciclo da borracha, a Amazônia teve uma oportunidade como esta, de criação de um sólido segmento agroindustrial que permitirá a melhoria da qualidade de vida de sua população. A cultura de dendezeiro, além das vantagens de mercado, cria condições para recuperação de áreas alteradas. São poucas as opções econômicas que oferecem uma garantia de renda permanente para a população amazônica sem agredir o meio ambiente. A cultura de dendezeiro se apresenta como uma opção excelente e com grande capacidade para geração de empregos e renda, pois cada dez hectares plantados criam um emprego direto. O dendezeiro pode ser cultivado em solos pobres, como é a maioria dos solos na Amazônia e em áreas desmatadas e degradadas, estabelecendo rapidamente uma cobertura arbórea, imitando a floresta tropical, protegendo o solo contra lixiviação e erosão, restaurando, assim o balanço hídrico climatológico e contribuindo para a fixação de CO<sub>2</sub> e liberação de O<sub>2</sub> (FURLAN JÚNIOR et al., 2006, p. 78)

Nesse sentido, é possível perceber que a Amazônia historicamente tem sido, via de regra, um espaço economicamente focalizado e conhecida por seus "ciclos econômicos ou de exploração" (drogas do sertão, borracha, castanha, garimpo, pecuária etc.), ou melhor, processos contínuos de subtração, implementados ao longo dos anos. Para Loureiro (2009) é uma região que paradoxalmente tem sido vítima de sua própria riqueza.

Desde o período colonial aos dias atuais, a Amazônia brasileira esteve inserida de modo desfavorável no mundo ocidental, ocupando a condição de um simples *locus* privilegiado de exploração de matérias-primas de toda a ordem – de gente a produtos naturais – e de acumulação de riqueza pelos países centrais (LOUREIRO, 2009, 34).

Por meio do processo colonial, a Amazônia tem assumido um lugar na Divisão Internacional do Trabalho de *locus* privilegiado da exploração da natureza. O Estado e seu modelo de desenvolvimento, é peça chave para compreendermos que sobre a Amazônia, historicamente, existem forças do capital que primaram por um tipo de modernização que tem em seu cerne o protagonismo do próprio capital em distintas relações sociais e de dominação de diferentes espaços. No passado e no presente a Amazônia esteve submetida à relações de ordenação/dominação, geralmente, sob a premissa de “conquistá-la”, “modernizá-la” e “integrá-la”. É possível concluir que o padrão hegemônico sobre a Amazônia tem em sua essência o modelo colonizador que

tem perpassado durante a história e reverbera na contemporaneidade em grande parte das ações estatais e em todas as inserções do capital<sup>18</sup>, que se dão de diversas maneiras, sobre os territórios na Amazônia.

Ainda é comum um olhar sobre a Amazônia que desconsidera a existência de territórios e grupos sociais singulares com materialidades, identidades e culturas próprias. Ao longo do percurso histórico tem se sobressaído a natureza (recurso) como sinônimo de Amazônia. Cruz (2006, p. 24), ao se referir a esta visão naturalista, diz haver uma invisibilização das populações “tradicionais” e de seus processos, dando lugar a “uma geografia das ausências e uma história de silêncios”.

O lugar que a Amazônia tem ocupado é forjado ideologicamente, é a periferia, o afastado, atrasado, subdesenvolvido, tradicional etc., está aquém do desenvolvimento (capitalista) material que o *resto* dos espaços, no modo de produção capitalista, têm alcançado ao longo da história e, por essa razão, passível à dominação e integração à norma, à modernidade.

Estamos de acordo com Porto-Gonçalves quando diz que

[...] a própria configuração da Amazônia é uma construção erguida no bojo da ordem mundial que se foi desenhando com o colonialismo, com o imperialismo e, também, nos marcos do processo de reorganização societária em curso que, ao apontar para uma nova escala de organização territorial – o planeta, a terra, o globo, o mundo – põe em xeque as velhas formas de organização territorial, sobretudo o Estado Territorial Moderno. (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 14)

Sousa Santos (2004) designa isto de monocultura do tempo linear, ao passo que para Massey (2004) é conceber o espaço em termos temporais. O atraso da Amazônia em relação ao mundo (moderno) é uma clara subtração espacial do outrem, negando-lhe sua alteridade e imponto um *modus operandi* único (MASSEY, 2004).

Esta forma de pensar se expressa nas ideias de desenvolvimento, modernização e crescimento que compõe a cosmovisão da modernidade ocidental (CRUZ, 2006). Neste caso, o desenvolvimento passa a ser um signo do presente, da modernidade. A lógica desenvolvimentista, intrinsecamente ligada à atuação do capitalismo, com frequência vem sendo reproduzida pelas agências econômicas, empresas e o próprio Estado, por

---

<sup>18</sup> Ao falarmos em capital estamos tratando do poder econômico da sociedade burguesa. (MÉSZÁROS, 2002). Por tanto, a partir deste autor, o poder e o comando, este último em certos sentidos como é o caso do comando sobre o trabalho, são condições essenciais para a existência e operacionalização do capital dentro de uma dada ordem social, neste caso, da burguesa.

meio de um processo histórico acompanhado de danos em série ao campo, às cidades, para as florestas, aos rios e a degradação do próprio homem.

No passado e na contemporaneidade a Amazônia é predileta da manutenção e reprodução do capital mundializado, como um espaço de expansão de atividades econômica, de espoliação territorial, de populações e do meio ambiente. Isto dá corpo à acumulação por espoliação da qual elucida Harvey (2004), em que grandes corporações mundializadas, juntamente com ações da OMC, FMI, BID, entre outras, implementam um “novo imperialismo” sobre os espaços (para o capital) mundo afora (HARVEY, 2004, p. 148). Não podemos olvidar que este processo de modernização imposto se deu com base na exploração do trabalho indígena e escravo, dessa forma, tem relação direta com a “a colonialidade que atravessa o sistema mundo desde seus primórdios até hoje” (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p. 20). É uma modernidade que continuamente reproduz o velho apenas com novos rótulos.

Esse contexto marca o tempo histórico mediado pelo capital (MARTINS, 1997)<sup>19</sup>, forjando pseudos blocos concisos da natureza e de gentes na rolagem da esteira da incorporação e desenvolvimento capitalista. Sobre isso, Martins (1997) nos leva a perceber a existência do tempo único/universal atrelado ao desenvolvimento capitalista, que imposto, ignora os diferentes tempos históricos dos sujeitos.

[...] não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da história. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mandado do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre o litígio entre os seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações (MARTINS, 1997, p. 159).

---

<sup>19</sup> Cf.: José de Souza Martins, *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* (1997). Esta obra conta com trabalhos de campo em diferentes partes da Amazônia, traz reflexões de cunho sociológico e antropológico essenciais para a compreensão da multiplicidade e das relações que se estabelecem com o desencontro de diferentes grupos em áreas de fronteira. Nesta obra está contemplada uma análise singular dos conflitos na Amazônia.

Estamos diante de pacotes prontos e programados para negar a alteridade e modificar significativamente os lugares onde chegam.

Nesse sentido, os propagados projetos de desenvolvimento reproduzem e mantêm a lógica da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Segundo esse autor, a colonialidade não se esgota no colonialismo, forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles europeias sobre suas colônias; expressa, mais que isso, um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizadas no mundo contemporâneo (QUIJANO, 2005).

O agronegócio do dendê na Amazônia, é muito mais que a expansão de uma monocultura, é, na verdade, uma face da territorialização do capital inserida em uma edição social-ambiental-sustentável da fronteira amazônica, no plano ideal, mas que na verdade subordina a natureza e o campesinato como forma de garantir as condições de reprodução ampliada do capital, no plano real.

No plano ideal, o agronegócio do dendê no Pará está revestido pelo discurso de cuidado com a natureza e de responsabilidade social, encaixando-se no paradigma para o qual a fronteira passa a ser “tecnológico-ecológica ou sócio-ambiental” na qual o futuro precisa ser levado em consideração (CRUZ, 2006, p. 83).

Para o novo modo de produzir, a natureza se valoriza como capital de realização futura; para as populações nativas e movimentos ambientalistas ela tem fonte e meio de vida, enquanto é ainda base essencial de recursos para segmentos produtores e para a sociedade brasileira em geral (BECKER, 1996, p. 226).

Assim, o setor da palma tem erigido um ambicioso projeto econômico na Amazônia, com o discurso de que é para a Amazônia. Isso significa dizer que a lógica de territorialização das empresas do dendê já carrega em si um processo histórico de dominação e sujeição das relações espaciais onde aportam, pois não se desvincularam do *modus operandis* com que atuam tais projetos na Amazônia, aprisionando a terra, cooptando as estruturas público e privadas e subordinando os grupos sociais em sua área de influência.

A extração de óleo de palma representa uma atividade econômica importante em diversos países tropicais e no Brasil pode ser considerada uma excelente opção agroindustrial para ocupação da Amazônia por caracterizar-se como um sistema agrícola

ecologicamente estável, altamente valorizado e com produção sustentada. (MAPA, 2018, p. 08)

É sob essa perspectiva que o setor da palma ganha visibilidade nacional, a partir de 2005, por meio dos programas para o agrocombustível e com a inserção da agricultura camponesa à agroindústria do dendê.

### 3.2 A AGROINDÚSTRIA E A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA

A partir da segunda metade do século 20, a atividade agropecuária começa a dar sinais de mudanças que são vigentes até os dias atuais. O processo de reestruturação produtiva começa a modificar as relações de trabalho, o aparato produtivo e, conseqüentemente, há uma mudança do próprio espaço rural. O contexto que se segue é o da chamada modernização da agricultura.

Na década de 1950, nos Estados Unidos, John Davis e Ray Goldberg em uma conferência inauguram a ideia do *Agribusiness* (traduzido para o Brasil como Complexo Agroindustrial-CAI), que consistia, basicamente, tomar a atividade agropecuária como parte de um complexo que envolve outros setores da economia como indústria e serviços (BORGES, 2006), ou seja, a atividade agropecuária é tida como um subsistema (SZMRECSÁNYI, 1984).

Nesta perspectiva estritamente ancorada na construção do *agribusiness* formulada por Davis e Goldberg (1957), que é, na verdade, de maneira geral, a tentativa de explicar, por meio de um conceito, o contexto norte americano da época, *agribusiness* seria

[...] a soma de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de insumos dos estabelecimentos rurais; as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrários e os itens feitos a partir deles (DAVIS e GOLDBERG, 1957, p. 85, tradução nossa).<sup>20</sup>

Para Graziano da Silva (1991) os autores norte-americanos encaram a atividade agropecuária como residual, uma vez que perde a centralidade dando lugar às decisões “de fora para dentro”.

Na França esse novo contexto vai ser traduzido por Malassis (1973 apud BORGES, 2006) como Sistema Agroalimentar (*filière*) que, segundo Graziano da Silva (1991) vai enfatizar a dimensão da história, tomando a nova conjuntura como uma fase do

---

<sup>20</sup> "Agribusiness is the sum total of all operations involved in the manufacture and distribution of farm supplies; production operations on the farm; and the storage, processing and distribution of farm commodities and items made from them" (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 85).

desenvolvimento capitalista no campo no qual a agricultura se industrializa. Dessa forma, o surgimento da agroindústria se confunde com o próprio surgimento do complexo, já que estão imbricados, fazendo parte da mesma lógica que junta em um todo diferentes atividades e setores.

A realidade norte-americana e francesa foram definidas por essas duas formulações teóricas. No Brasil vai se cunhar o termo “agronegócio”, para o qual cabe ressalvas, já que se trata de uma realidade específica.

No Brasil, o processo histórico, a estrutura agrária e os poderes locais não podem de forma alguma serem esquecidos quando se trata dos espaços rurais. Isso dá o tom do desenvolvimento do agronegócio brasileiro em especial.

Assim, Delgado (2012) adverte que agronegócio não é a tradução literal de *agribusiness*.

[...] agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2012, p. 94).

Este autor acredita haver no país na contemporaneidade um:

[...] novo pacto da economia política do agronegócio”, costurado pela “articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais perseguindo lucro e renda da terra” (DELGADO, 2012, p. 109).

Sobre a junção dos segmentos agropecuário, industrial e de serviços, Müller (1989), entende como o próprio complexo agroindustrial (CAI), no qual este é ao mesmo tempo uma unidade de análise para a agricultura vinculada à indústria. Para esse autor, no desenvolvimento brasileiro do CAI a dependência interna, ou seja, dentro do universo do CAI é tamanha a ponto da agricultura não só depender da agroindústria e das variações do mercado, mas da indústria de insumos e maquinários agrícolas. Isso leva a uma “agropecuária industrializada” (AURÉLIO NETO, 2016, p. 36) na qual o agropecuarista precisa se “modernizar” para atender a demanda.

Embora as formulações gestadas no estrangeiro para explicar as tendências na agricultura tenham sido importantes marcos explicativos, não é possível sua transposição espacial, isto quer dizer, uma aplicação *ipsis litteris* para a realidade brasileira.

O uso do conceito *agribusiness*, ou CAI, serve como sustentáculo de um discurso político que é apropriado por grupos de interesses, visando

mostrar sua importância econômica para o país. Assim, ao se fazer estudos sobre o CAI, ou *agribusiness*, são reunidos subsetores que não são próximos ou não têm relações intersetoriais fortes ou exclusivas com a atividade agropecuária, e tais análises servem apenas como elemento para reforçar o peso político do setor de *agribusiness* (e de seus agentes e interessados) ou do CAI no contexto nacional, em busca de incentivos e investimentos (BORGES, 2006, p. 26).

No Brasil, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), foi fundamental para a efetivação da política de agroindustrialização do campo (ESPÍNDOLA, 1999). Nesse contexto, o Estado participou como agente direto da consolidação dos grupos agroindustriais e o endividamento dos “pequenos produtores” se tornou parte estruturante desse processo. O crédito oficial subsidiado é elemento “lynchpin” (peça chave) da modernização que aponta para a necessidade de absorção de insumos e incremento da produtividade.

[...] o crédito rural subsidiado foi o mais importante instrumento de que lançou mão o Estado brasileiro da época para promover a chamada modernização de nossas atividades agropecuárias. Da mesma forma, já foi devidamente enfatizada que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 238).

Guimarães (1979) resume um pouco do que foi esse contexto.

A dependência da agricultura à indústria não era um fenômeno isolado do quadro geral, em que se sobressaíam, da parte da indústria, um ritmo acelerado de centralização e concentração de capitais, do lado da agricultura, a necessidade de maiores recursos financeiros para atender, por meio do crédito, aos novos investimentos. Uma das consequências disso seria o endividamento dos agricultores ao sistema bancário, cujo papel dominante na economia capitalista assumia proporções cada vez mais amplas, ao fim do século passado. (GUIMARÃES, 1979, p. 95).

Uma das consequências desse processo é a integração produtiva de unidades de produção camponesa por meio dos contratos de fornecimento de uma determinada matéria-prima (NOGUEIRA; JESUS, 2013). No excerto a seguir, Espíndola explica como funcionava no estado de Santa Catarina com a agroindústria avícola.

As pequenas unidades familiares foram, nesse momento de mudanças, forçadas a adotar estratégias de reprodução de suínos e aves baseadas no sistema de integração. Os pequenos produtores receberam assistência técnica e insumos por parte dos órgãos especializados das empresas (Departamento de Fomento) e de órgãos estaduais ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (ACARESC). Ao final, o pequeno produtor vende os animais à empresa, sendo então descontados os insumos adiantados. As relações entre empresas e produtores, vale frisar, envolvem a garantia de compra pelos abatedouros de porcos e aves. Evidentemente, aí o produtor integrado é obrigado a cumprir as

orientações técnicas, adquirindo rações, pintos, medicamentos e vacinas das empresas processadoras. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104)

O autor é sintético ao afirmar que

A adoção do sistema de integração faz parte do projeto modernizante da agricultura brasileira, com o objetivo explícito do aumento da produção e da produtividade agrícola; do estabelecimento de novas relações de produção e da dissolução da estrutura produtiva rural auto-suficiente, mediante a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, isto é, do aumento considerável da composição orgânica do capital. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 104)

No Brasil, na década de 1970, houve grandes atualizações com a reestruturação produtiva no setor primário, a incorporação de tecnologias e distintas formas de flexibilização na produção passaram a estar presente nas cadeias produtivas das empresas (NOGUEIRA; JESUS, 2013)

Nessas cadeias produtivas os agricultores passam a exercer um papel importante, ao mesmo tempo que criam uma dependência desse sistema de relações assimétricas (PICANÇA FILHO; MARIN, 2012). Esses autores definem integração produtiva como

[...] uma forma de articulação vertical entre agroindústrias e produtores agropecuários, em que o processo de produção é organizado industrialmente, com aplicação de tecnologia e capital. Os produtores integrados são aqueles que recebem insumos ou orientações técnicas de uma agroindústria, com o objetivo de produção de matéria-prima e, em contrapartida, ficam obrigados a vender a produção para a referida empresa (PICANÇA FILHO; MARIN, 2012, p. 195).

A partir de Guimarães (1979), é possível observar que o contexto que se seguia era de mudança de estágio na agricultura, uma busca por outro patamar de desenvolvimento e alcance, uma busca pela acumulação de capital.

“A integração é uma modalidade de centralização de capitais; é um meio pelo qual uma unidade econômica qualquer se une a outras para alcançar um grau mais elevado de acumulação de capitais e, portanto, uma rentabilidade econômica superior.” (GUIMARÃES, 1979, p. 99).

Para Espíndola (1999), há na esteira da integração do campesinato um processo crescente de subordinação para o capital.

[...] podemos afirmar que existem três conjuntos de questões sobre a intensidade e a forma de subordinação do capital ao pequeno produtor: 1) a pequena produção familiar acaba tornando-se um apêndice do capital à medida que se capitaliza; 2) ela se subordina ao capital através da transferência da renda da terra ao capital industrial e financeiro; 3) subordina-se formalmente ao capital, pois o mesmo não expropria completamente o camponês de seus meios de produção, porém domina

o processo produtivo. Ao nosso ver, esses processos acima descritos são faces da mesma moeda, ocorrendo, às vezes, simultaneamente. (ESPÍNDOLA, 1999, p. 107)

O aspecto da subordinação por dentro da estrutura dessa cadeia é observado também por Amin e Vergopoulos (1977), quando dizem

Dominado desta forma, o produtor de troca é desprovido do controle real de seus meios de produção. Continua, formalmente, proprietário tradicional do solo e proprietário no sentido burguês, individual, dos equipamentos; mas não é livre para produzir ou fazer escolhas baseadas na comparação de preços. Não é, pois, na verdade, um produtor mercante. Sua remuneração não comporta nem a contrapartida por sua propriedade da terra – a renda fundiária – nem “remuneração” por seu “capital” mas fica reduzida, pela dominação do capital, ao nível do valor da força de trabalho, ou menos a nível inferior. Os ganhos de produtividade, ocasionados pela introdução dos progressos anunciados pelos serviços de divulgação, lhes são rapidamente tomados pela deteriorização dos preços. Os resultados desta situação são conhecidos: desperdício de solos submetidos à exploração de minérios, resistência dos camponeses à “modernização” proposta etc. um camponês reduzido a esta condição é um semiproletário: proletário, porque é submetido à dominação do capital que o explora e tira dele a mais-valia; semiproletário, porque conserva a aparência de um produtor mercantil livre. Objetivamente proletarizado, o camponês permanece, no plano de sua consciência de classe, um pequeno produtor (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 38)

Nesse sentido, o sistema de integração produtiva é entendido pela metáfora “uma prisão de portas abertas” que consta em Nogueira e Jesus (2013, p. 137), em que essa “parceria” favorece o capital das agroindústrias por meio da subordinação e a extração de mais-valia. Assim, na integração à cadeia do dendê há o mesmo padrão de “aprisionamento”, porém agora com o respaldo oficial da política pública para o setor dos agrocombustíveis e o ideário da sustentabilidade, impresso especialmente no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

### 3.3 O PNPB E O PSOP

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel<sup>21</sup> (PNPB), entrou em vigor a partir de 2005 com o objetivo de diversificar a matriz energética brasileira em gradativa substituição aos combustíveis fósseis e a integração de unidades camponesas na esteira

---

<sup>21</sup> Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005 que estabeleceu percentuais mínimos de adição de biodiesel ao diesel mineral.

desse novo mercado. Esse programa foi uma resposta brasileira ao contexto que se seguia de preocupação ambiental e desenvolvimento econômico em nível mundial<sup>22</sup>.

Diante desse novo contexto geopolítico mundial relacionado à questão ambiental, busca-se de alguma forma adotar um novo paradigma de desenvolvimento, agora sustentável, que não nega as contradições do desenvolvimento, mas vê a importância e a possibilidade de se buscar uma conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental. (COUTO *et al.*, 2012, p. 2)

O PNPB foi o responsável por inserir no país o biodiesel<sup>23</sup> como uma matriz energética e trouxe consigo alguns princípios, tais como: 1) política de inclusão social; 2) aproveitamento das oleaginosas de acordo com as diversidades regionais; 3) segurança de abastecimento para o novo combustível; 4) garantia de qualidade para o consumidor; 5) busca de competitividade frente ao diesel de petróleo (BRASIL, 2004).

Nesse ínterim, do ponto de vista geoestratégico e do discurso hegemônico, o dendê é a escolha mais adequada para a região Norte, especialmente por causa das condições edafoclimáticas favoráveis da região, especialmente na mesorregião Nordeste Paraense e por ser um setor já presente na região.

Outro programa que vai ao encontro dessa perspectiva da sustentabilidade, porém revestido fortemente pelo discurso do desenvolvimento local, é o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), criado em 2010. Nesse mesmo ano, no dia 6 de maio, foi lançado pelo então presidente Lula, na cidade de Tomé-Açu, o Plano Palma Verde com o intuito de estimular a produção de dendê no estado do Pará. Esse momento teve grande repercussão entre os camponeses e entre os empresários desse setor. Para Córdoba *et al.* (2018), o lançamento do PSOP dá início ao segundo ciclo de expansão do dendê no Pará, conciliando os modelos capitalista e camponês de agricultura na região.

O governo do PT viu no PSOP uma oportunidade para desenvolver o biodiesel, gerar inclusão social apoiando os agricultores familiares marginalizados, e de conciliar dois modelos de desenvolvimento: a agricultura familiar e o agronegócio. O agronegócio foi incentivado a participar do PSOP para legitimar o desenvolvimento da monocultura da palma e para criar as condições materiais para sua expansão (acesso a recursos, especialmente acesso à terra e mão de obra). Agricultores familiares, em contraste, foram encorajados a participar pelas

---

<sup>22</sup> Igualmente o Proálcool, em 1975, já trazia consigo essa preocupação na diversificação energética em substituição a dependência do petróleo, bem como do desenvolvimento das indústrias canavieiras no país.

<sup>23</sup> Este é um termo utilizado para combustível biodegradável gerado a partir de óleos vegetais ou gorduras animais. Sua nomenclatura é estratégica pois incute um discurso ideológico de desenvolvimento sustentável, de responsabilidade com a vida no âmbito de um setor capitalista de produção de energia e subordinação de formas não capitalistas.

promessas do PT de reverter desigualdades históricas nas zonas rurais, abordando questões cruciais como a titulação de terras e acesso à terra, além da inclusão de organizações de agricultores e o empoderamento dos agricultores. (CÓRDOBA et al., 2018, p. 154 Tradução nossa<sup>24</sup>)

De fato, a presença e o discurso, do então presidente Lula, na ocasião, repercutiu em confiança de ambos os lados, empresários e camponeses, conforme levantado nas entrevistas. Entretanto, com o passar do tempo, esse projeto começa a mostrar suas assimetrias intrínsecas, especialmente, no controle dos contratos, sem a presença das entidades representativas, entre outros. Um projeto dessa envergadura e de tamanha ambição, tentando unir sujeitos diametralmente opostos historicamente, logo começa a expor suas contradições e as disputas começam a surgir. Por outro lado, pode-se considerar que o projeto avança em termos de preocupação ambiental, ao menos em sua escritura oficial.

O PSOP privilegia as áreas chamadas de antropizadas e proíbe a supressão de áreas nativas, áreas de proteção, terras indígenas e quilombolas. Possui cinco destacados instrumentos que balizam suas ações, quais sejam:

1. Crédito rural para agricultores familiares onde os produtores que obtiverem recursos do programa terão 14 anos para pagar, com seis anos de carência. As taxas de juros variam de 2% para agricultores familiares a 6,75% para outros produtores. Os agricultores familiares interessados em ingressar na cadeia produtiva poderão se beneficiar do PRONAF ECO, que lhes permite empréstimos de até R\$ 80 mil reais (oito mil por hectares). Durante o prazo em que o agricultor familiar espera a palma produzir, o que pode durar até cinco anos, ele conta com a remuneração pela sua mão de obra. O crédito só é fornecido aos produtores que já tiverem firmado contrato com empresas processadoras de óleo de palma. Para regulamentar esta participação, o programa estipulou um limite de 10 hectares de dendê para a agricultura familiar. Com isso, o Governo Federal espera que pequenos produtores não abandonem outras culturas alimentares. Demais produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas), associações e cooperativas, poderão acessar o PSOP.
2. Investimentos em pesquisa e inovação com o repasse de R\$ 60 milhões para o melhoramento genético de mudas e parcerias internacionais com institutos de excelência em óleo de palma.
3. Qualificação da assistência técnica sobre a cultura de óleo de palma e desenvolvimento rural sustentável na região Amazônica. Com um investimento inicial de quase R\$ 300 mil do Ministério do

---

<sup>24</sup> The PT government saw the PPSOP project as an opportunity to develop biodiesel, generate social inclusion by supporting marginalized family farmers, and to reconcile two contrasting development models: family farming and agribusiness. Agribusiness was motivated to participate in PPSOP to legitimize the development of palm monoculture and to create the material conditions for expansion (access to resources, especially land and labor). Family farmers, by contrast, were encouraged to participate by PT promises of reversing historical inequalities in rural areas by addressing crucial issues such as land titling and land access, and the inclusion of farmers' organizations and farmers' empowerment. (CÓRDOBA, D.; et al., 2018, p. 154)

Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado o Programa de Qualificação de Agentes da Assistência Técnica e Extensão Rural para a Cultura do Dendê na Região Amazônica, promovido pela Embrapa Amazônia Oriental, com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER).

4. Zoneamento Agroecológico que autorizou o cultivo de óleo de palma em 13,6% da área apta, avaliada em 31,8 milhões de hectares ou 3,7% da área total do território brasileiro. O plantio de palma está restrito às áreas desmatadas até 2007, ano referência utilizado nos mapeamentos do Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE). Para facilitar os investimentos, nas áreas identificadas pelo ZAE, o tamanho da reserva legal exigida foi reduzido das atuais 80% para a Amazônia, para 50%. Isso, em projetos de palma, reduz o volume de investimento para recompor a vegetação em áreas que tenham sido desmatadas no passado.

5. Criação da Câmara Setorial de Óleo de Palma, composta por representantes do Governo Federal (Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, EMBRAPA e Casa Civil) e representantes dos produtores de óleo de palma, trabalhadores e consumidores. A Câmara será responsável por regular e fiscalizar a cadeia produtiva. (DROUVOT; DROUVOT, 2012, p. 5-6)

Drouvot e Drouvot (2012) analisam o PSOP como um instrumento que vem de *fora para dentro*, pois é uma iniciativa do Governo Federal e por ser a política empresarial que comanda as modalidades contratuais, ou seja, são grandes empresas como a Petrobrás e a Vale que controlam, por exemplo, a seleção dos agricultores camponeses que vão ou não entrar no programa. Assim, para esses autores, o caso do PSOP faz parte de “políticas que tem como objetivo que o local possa aproveitar dos impulsos externos ao desenvolvimento. Nessa condição, o desenvolvimento local ocorreria de “fora para dentro” ou em outros termos, “de cima para baixo”. (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO apud DROUVOT; DROUVOT, 2012, p. 2)

Assim, o PSOP é uma daquelas políticas públicas que se enquadram em uma perspectiva, conhecida na literatura, como *top-down* (de cima para baixo), na qual as decisões são tomadas por autoridades, órgãos ou hierarquias superiores que detêm o controle do processo, decidindo como serão implantadas e quais direções as políticas tomarão. Ou seja, existe os *tomadores* das decisões que, inevitavelmente, encaminham os rumos da política, estando estes presentes ou não durante o processo de planejamento de tal política, o que nos leva a outro ponto, que é, em alguns casos, a separação do processo de formulação e implementação de uma política pública que, segundo esse autor, é um dos principais motivos que levam à derrocada essas ações.

Uma das maiores premissas do programa é o chamado “desenvolvimento local sustentável”, isto é, tendo em vista sua estrutura *top-down* o local aqui é, no processo todo, a parte mais ao final, onde incide o que foi programado.

Nota-se que o desenvolvimento, a seu turno, consta com frequência nos discursos socioeconômicos, aparecendo, quase sempre, como um artifício legitimador dos planos e das ações. Foi com esse caráter que o “desenvolvimento” chegou a Amazônia, mais especificamente, a partir da década de 1970, com intervenção acentuada do Estado e significativo implemento do capital em ações orquestrada a partir de fora. Poderíamos dizer que a lógica *top-down* não se restringe ao entendimento de funcionamento de uma política pública, mas, também, como age o modelo hegemônico embasado no capital, lógica essa que pode ser observada nas distintas escalas. Assim, se inscreve o “desenvolvimento local” reforçando a dinâmica de acumulação do capital, avançado nas estratégias de controle social (GÓMEZ, 2002).

Os dois programas em questão marcam uma importante divisão espaço temporal da produção de dendê no Pará. Antes dessas políticas do agrocombustível a produção estava pulverizada em municípios da região metropolitana de Belém, com exceção das áreas da Agropalma, e tiveram destaque regional no final da década de 1980 e durante 1990. Segundo Macedo e Sousa (2015), é a partir do PNPB, do PSOP e da chegada da Biopalma, viabilizada por esses programas, que a produção regional ganha destaque nacional.

Em Macedo e Sousa (2015), a territorialização do dendê no Nordeste paraense desempenha um reordenamento do uso do território, também uma pressão sobre os territórios em que os camponeses estão. Os autores destacam em sua investigação que essa territorialização é marcada por:

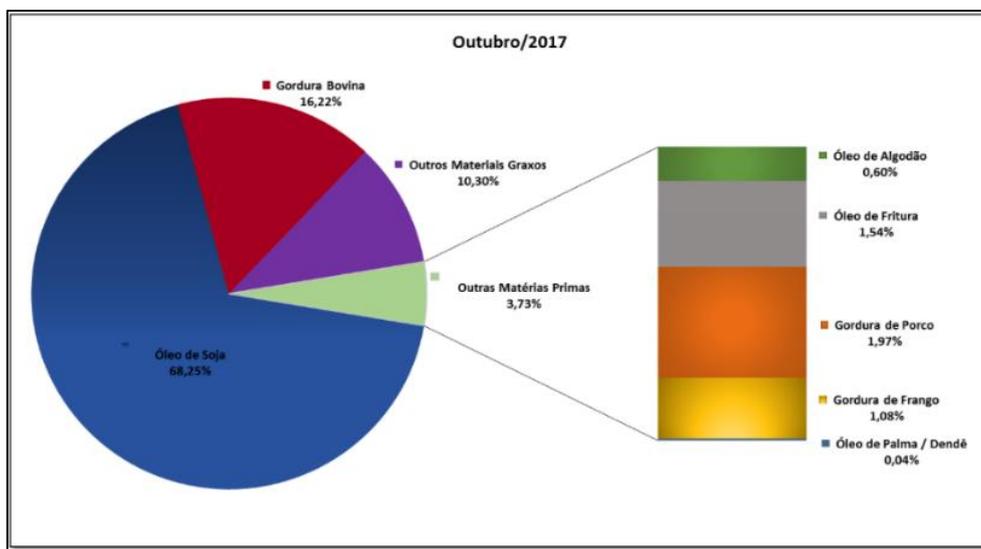
“[...] formação de um mercado de terras; a superexploração do trabalho, a fuga do trabalho da roça (familiar) para os campos do dendê (trabalho assalariado) e a conseqüente diminuição da roça e da produção, além dos problemas ambientais, materializados na poluição dos rios e igarapés por insumos e agrotóxicos.” (MACEDO; SOUSA, 2015, p. 313-314)

Outro fator importante de destaque é que, apesar da demanda pelo agrocombustível está em crescente no mundo, isso não se reflete necessariamente em sua maior produção, porque a destinação do óleo de palma, por exemplo, é definida conforme os preços ora praticados. Isto é, opta-se sempre pelo que mais dá lucro, produzir o

agrocombustível ou destinar para a indústria alimentícia, nunca o que causa menos prejuízo ambiental ou maior inclusão social.

A produção do agrocombustível a partir do óleo de dendê é irrisória, não alcança 1%, conforme demonstra os dados da ANP.

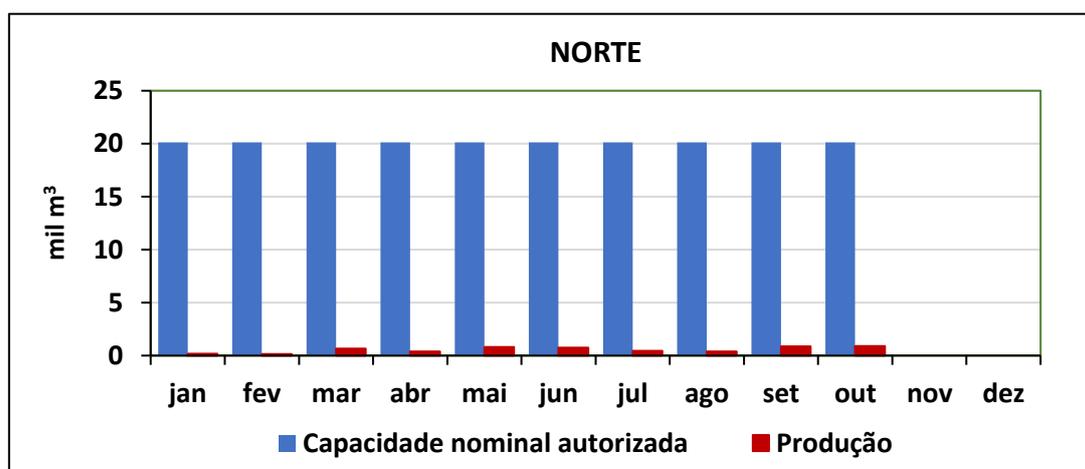
**Gráfico 5: Matérias-primas utilizadas na produção dos agrocombustíveis, outubro de 2017**



Fonte: ANP, 2018. Organização: ANP

Outro dado relevante é a capacidade de produção do agrocombustível em toda região Norte que, mais uma vez, não chega a 1% da capacidade permitida para a região, conforme demonstra o gráfico 6. Significa dizer que a produção está extremamente à baixo do que poderia estar produzindo.

**Gráfico 6: Capacidade autorizada e produção do agrocombustível na região Norte em 2017**



Fonte: ANP, 2018. Organização: autor

A capacidade autorizada na região Norte foi de 20.130 m<sup>3</sup> por mês em 2017, sendo que em outubro alcançou 908 m<sup>3</sup>, maior número do ano, ou seja, não se chega a 1.000 m<sup>3</sup>.

Portanto, podemos afirmar, com base nesses números, que o estado do Pará não produz o biodiesel a partir do dendê. Sua produção é, majoritariamente, de óleo comestível, se inserindo, desse modo, no bojo das relações comandadas pelos *players* desse setor em nível mundial, tendo em vista que este óleo vegetal é o mais consumido no mundo.

Segundo a Coordenação-Geral de Agroecologia e Energias Renováveis (CGAER/SAF), que pertence a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)<sup>25</sup>, a empresa Agropalma era a única que possuía o SCS no Pará, todavia não manifestou interesse em mantê-lo porque destina sua produção para a alimentação humana. Essa empresa possui certificação da RSPO e com isso consegue melhores vantagens econômicas quando destina sua produção para o consumo humano.

Outro dado que corrobora com essa assertiva está no quadro 3 que mostra os principais países compradores do óleo de palma brasileiro nos anos de 2015 e 2016.

**Quadro 3: Principais países compradores do óleo de palma brasileiro (2015-2016)**

<b>País</b>	<b>2015</b>	<b>País</b>	<b>2016</b>
	<b>Peso (Kg)</b>		<b>Peso (Kg)</b>
Argentina	56.707	Itália	83.808
Alemanha	56.213	Alemanha	17.013
Itália	41.932	Países Baixos	15.720
Uruguai	37.932	Uruguai	10.962
Países Baixos	29.932	Paraguai	6.826
Colômbia	24.108	México	6.110
México	14.240	Argentina	3.252
Espanha	13.135	Portugal	2.076
Paraguai	1.388	Reino Unido	1.139
EUA	1.296	EUA	1.106
Reino Unido	903	Bolívia	908
Angola	778	Angola	644
Portugal	767	Colômbia	360
Japão	492	Nova Zelândia	95

<sup>25</sup> Informações obtidas por meio do pedido de informação e-SIC NUP 5480000939201734 (SIC-SEAD/CC/PR)

Bolívia	301	Japão	82
Emir. Árabes Un.	275	Espanha	72
Nova Zelândia	99	Emir. Árabes Un.	0
<b>Total</b>	<b>280.498</b>		<b>150.173</b>

Fonte: Agrostat, 2018. Organização: autor

Nesse sentido, os planos e programas para o dendê aparecem como políticas gestadas e controladas pelas empresas a partir de fora do local, suas gêneses estão ligadas à demandas do mercado mundial de óleos vegetais e da inserção da Amazônia, mais uma vez, no circuito mundial de reprodução do capital.

### 3.4 AS EMPRESAS QUE ATUAM EM TOMÉ-AÇU

A produção de dendê em Tomé-Açu, segundo o IBGE, está presente pelo menos desde 1989, notadamente em médias e grandes propriedades de famílias nipônicas. Era uma produção sem tanta expressão comercializada com a Agropalma em Tailândia.

A produção começa a ganhar destaque justamente no âmbito das políticas do agrocombustível e do Plano Palma Verde, com fortes incentivos para o desenvolvimento do setor da palma no nordeste paraense.

As empresas que se instalam no município são: Biopalma da Amazônia S.A. e Belém Bioenergia (BBB), aquela em 2009/2010 e esta, em 2011.

A história da Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento, Indústria e Comércio começa com a sua fundação, em 2007. Em 2009, inicia-se o consórcio entre a Vale (41%) e a Biopalma da Amazônia (59%) para produção de óleo de palma. No ano de 2011, a Vale assume 70% da empresa. No ano seguinte, dá início à primeira unidade extratora de óleo e, graças ao trabalho sério que executa na área, recebe o Prêmio Sustainable Biofuels 2012 (biocombustíveis sustentáveis). Atualmente, a participação societária divide-se da seguinte forma: 0,65% Bio Participações S.A., 1,23% MSP Fundo em Participações e 98,12% Vale S.A. (BIOPALMA, 2016).

Segundo o Instituto Observatório Social (2014), o interesse da Biopalma/Vale era produzir o agrocombustível a partir do dendê para usar em suas 216 locomotivas que transportam minérios de ferro do Pará até São Luís (MA). Para Sousa (2018), esse interesse da empresa está dentro do processo de reprimarização da economia brasileira, em que a produção de agrocombustíveis está ligada a satisfação de demandas do mercado internacional de outros importantes produtos, especialmente o minério e a soja.

Segundo a Biopalma, mencionado em Sousa (2018), até dezembro de 2016, a empresa abrangia uma área de 56.487 mil ha de dendê plantado em terras próprias e 6.500 mil ha nas unidades camponesas, perfazendo um total de 650 famílias em todos os polos de atuação da empresa, o que abrange dez municípios, entre eles Tomé-Açu.

Conforme dito anteriormente, o óleo de palma não tem sido destinado para a produção do agrocombustível, mas para a indústria alimentícia. Sousa (2018) afirma que o agronegócio do dendê no nordeste paraense cresce sob a lógica produtiva e comercial do óleo de palma (óleo comestível). Em 2014, haviam 1.442 famílias camponesas produzindo dendê sob contrato com empresas como a ADM, BBB e Biopalma, que juntas concentravam 81,1% desses contratos (BRANDÃO; SCHONEVELD, 2015).

Prestes a chegada da Biopalma na região, começa uma corrida pela compra de terras, vão se juntando pequenos lotes até formar uma grande propriedade que eram então vendidas para a empresa. Esse processo foi tão rápido que atropelou algumas etapas legais. Em conversa com o secretário do SINTRAF, como mencionado no fim do capítulo anterior, foi nos relatado que a empresa comprou grandes áreas em que existem títulos definitivos de pequenas propriedades.

Teve um cidadão, ele saiu comprando uma certa área aqui e ali, comprou do Pedro, do Joaquim, do Antônio e foi comprando e aí pegou e vendeu pra firma. Então ele era uma espécie de atravessador. (Entrevistado Laerci Ferreira, 31/07/2018)

A empresa, a princípio, primou pela compra de terras, tendendo a territorializar-se, ou seja, uma territorialização do monopólio (OLIVEIRA, 2004). Esse processo gerou e gera conflitos até os dias atuais. Um entrevistado nos conta a respeito de um episódio de conflito com a Biopalma no Km 12 da PA 140 em que o fazendeiro vendeu sua propriedade ocupada por famílias para a empresa. Na ocasião houve tensão entre a empresa e essas famílias com incendiamento de máquinas da empresa pelos ocupantes.

Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses. Todavia, a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas. (FERNANDES, 2008, p. 17)

Segundo o entrevistado foi a partir daquele contexto (2010/2011) que a empresa buscou ajuda do SINTRAF para começar os contratos de terceirização da sua produção em terras camponesas, dando início ao processo de monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2014), em que a empresa não precisa imobilizar capital com a compra de terras e transfere parte de sua produção para a responsabilidade de algumas famílias, ou, em outro caso, arrendam terras, como faz a empresa BBB.

A BBB é resultado de uma junção da Petrobrás com a portuguesa Galp. Seus primeiros plantios são de 2011 em áreas arrendadas e em “parceria” com a agricultura camponesa. Segundo a empresa, atualmente estão com 36.800 ha de plantios próprios, 3.000 ha em unidades camponesas e 340 ha em áreas de outras empresas, totalizando 40.140 ha, dos quais 18.300 ha estão no polo de Tomé-Açu<sup>26</sup>.

Os arrendamentos fundiários para a produção de óleo de palma têm sido um instrumento utilizado principalmente pelas empresas ADM e Petrobrás Biocombustível, mediante contratos de 25 anos, prorrogáveis por igual período, e as terras envolvidas nessas operações de mercado normalmente são antigas fazendas, numa indicação clara de migração do capital agrário e agroindustrial entre incentivos fiscais e econômico financeiros propugnados por políticas públicas (SILVA et al., 2016, p. 178)

Mecanismos como o arrendamento no município resultaram, igualmente, em uma corrida pela compra de terra por terceiros o que exerce uma pressão sobre o preço da terra, bem como sua concentração.

### 3.5 INTEGRAÇÃO DE UNIDADES CAMPONESAS À AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ

No caso da integração pelo PNPB, há particularidades que a difere de outros exemplos de integração produtiva no Brasil. Abramovay e Magalhães (2007) afirmam que nessa integração há a participação dos sindicatos, tanto na seleção dos agricultores quanto subsidiando a atuação das empresas. “[...] Os sindicatos não são apenas organizações de defesa dos interesses dos agricultores, mas participantes ativos na formulação e na execução dos contratos” (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 20).

[...] as empresas apostam numa visão de responsabilidade social na qual os benefícios sociais da incorporação de agricultores familiares a sua rede de fornecedores responde diretamente aos seus interesses econômicos e suas estratégias de negócios, ao mesmo tempo em que os interesses políticos das organizações sindicais que participam do PNPB

<sup>26</sup> Dados recuperados do site da empresa, acessado em 18/08/2018 através do link <http://www.belembioenergia.com.br/sobre/>

se concretizam, não através da contestação ao agronegócio, mas exatamente na via oposta, na sua habilidade de mobilizar o capital político e social para a ampliar a participação da sua base social no mercado e de construir em conjunto com as empresas as condições para que se consolide a viabilidade econômica dessa relação. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 30).

A integração<sup>27</sup> de unidades camponesas à agroindústria do agrocombustível iniciou-se em 2005 com o PNPB por meio do Selo Combustível Social (SCS) que previa a chamada inclusão social da agricultura familiar com o objetivo de reduzir as diferenças regionais (BRASIL, 2011).

A empresa que possui o SCS garante vantagens como redução de impostos, melhores condições de financiamentos além de poder se autopromover no mercado por possuir o selo, mas para tudo isso precisa cumprir com alguns requisitos, tais como celebrar contrato, oferecer assistência e capacitação técnica, garantir a compra da produção dos camponeses integrados, entre outros.

Pela primeira vez, a agricultura camponesa foi incluída em um programa de produção através de uma política nacional. Este é o item do PNPB denominado “competitividade e inclusão social” com a criação do “Selo Combustível Social”, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esta política foi elaborada a partir da lógica da “integração” um dos princípios dos parâmetros do paradigma do capitalismo agrário. O subsídio que o governo oferece ao sistema industrial do agronegócio, na compra de uma quantidade definida pelo MDA, contribui para a manutenção da subordinação da produção camponesa ao agronegócio. O controle do processo de produção e comercialização é do agronegócio, que vem realizando investimentos em pesquisas e tecnologia para a produção em grande escala de culturas para o agrocombustível (FERNANDES et al., 2011, p. 6).

Algo parecido com essa política já vinha sendo experimentado pelo projeto da Agropalma em Moju, nos qual celebrou contrato com pequenos e médios produtores que plantaram e comercializaram dendê com a referida empresa (VIEIRA, 2015).

A integração de unidades camponesas, por meio das políticas do agrocombustível, reserva a particularidade de possuir, ao menos do ponto de vista do discurso ao entorno desse projeto, um forte apelo social, por ser “uma grande oportunidade de inserção das

---

<sup>27</sup> Entre os anos de 2002 e 2005, no Pará, um projeto piloto da empresa Agropalma em parceria com o governo do estado, Prefeitura municipal de Moju e o Banco da Amazônia (BASA) estabeleceu uma área de 1.500 hectares de dendezeiros em 150 lotes familiares (CRUZ, 2006). Segundo o autor é um projeto pioneiro de integração de unidades de produção familiar à agroindústria do dendê que refletia uma política estratégica dessa empresa em assegurar oferta de frutos frescos, estabelecer parceria e estimular a plantação de dendê.

mais de quatro milhões de famílias de agricultoras e de assentados da reforma agrária na cadeia de produção do biodiesel no Brasil.” (BRASIL, 2011, p. 6).

Peixoto (2016), ao analisar o contexto goiano acerca do PNPB, afirma que suas características poderiam colaborar na reprodução sociocultural e econômica da agricultura camponesa, todavia suas prerrogativas institucionais não se concretizam de forma efetiva, ficando apenas na retórica oficial.

Ao observarmos os dados oficiais que dizem respeito ao SCS e, especificamente ao que concerne a produção do agrocombustível do dendê, podemos concluir que esse artifício institucional voltado para a chamada inclusão social da agricultura camponesa na produção de energia, não avançou e permanece apresentando resultados distantes dos propagandeados pelas empresas e pelo governo. Atualmente não há nenhuma empresa de dendê com o SCS.

Segundo a Associação dos Produtores dos Produtores de Palma, em 2014, 1.124 agricultores camponeses estavam integrados à cadeia produtiva da oleaginosa, o que corresponde a um total de 30.461 hectares perfazendo 15% da área total plantada em 2014 (ABRAPALMA, 2014).

A partir da incursão em campo foi possível obter informações com camponeses integrados de como se deu o primeiro contato com a empresa. Esse contato difere entre as duas empresas que têm esse contrato no município estudado. A BBB optou por reuniões em comunidades<sup>28</sup>, ocasião em que funcionários explicaram o projeto, apresentaram vídeos relacionados ao dendê, falaram da produtividade e dos ganhos com o projeto, em seguida coletaram dados pessoais dos interessados, bem como o tamanho de suas propriedades. A presença de representantes do STTR era comum nessas reuniões.

Já os funcionários da Biopalma foram de casa em casa buscando adesões ao projeto, sempre mostrando vídeos temáticos e tratando da produtividade do dendê.

Nesse tempo era o M. que andou de casa em casa mostrando como era, mostraram vídeo, produção, aí a gente se interessou né? Teve uma equipe que foi visitar a Agropalma. Foi em 2010 que eles andaram por aí fazendo esse serviço pra implantar em 2011, então tudo começou em 2010 (R. M. Entrevistado em 05/07/2018).

Para conseguir adesões aos projetos e acesso aos camponeses e comunidades, as empresas recorreram ao STTR, especialmente, em busca de aproximar o projeto aos possíveis interessados.

---

<sup>28</sup> Informação colhida em entrevista com agricultores integrados na comunidade Bodega, em 07/06/2018

Em entrevista com representantes do STTR não foi possível definir um posicionamento categórico deles acerca dos projetos do dendê no município, mas sabe-se que participaram da maioria das reuniões iniciais com os camponeses e os advertiam sobre o contrato de 30 anos que é longo demais, além disso, o projeto acompanha um grande endividamento bancário, o que poderia pôr em questão o orçamento familiar, que significa prejudica-lo substancialmente.

Ao analisarmos o contrato (ANEXO 2), podemos observar que se trata de um prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado. No (ANEXO 3) está a Cédula de Crédito Bancário (CCB) de um agricultor camponês integrado em que consta especificações muito claras para a destinação dos valores liberados.

A emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf<sup>29</sup> ficou, em sua grande maioria, a cargo do novo sindicato que surge nesse período, o SINTRAF, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

Interessante notar que o contexto, a partir de 2010, em que os projetos de integração às agroindústrias do dendê começam a se efetivar de fato, coincide com a criação de dois novos sindicatos no município intimamente ligados às empresas do dendê, o SINTRAF, que traz em sua nomenclatura a “agricultura familiar”, agregando a maioria dos camponeses integrados e o Sindicato dos Assalariados Rurais, que atualmente conta com cerca de 700 associados e que, em sua maioria, são assalariados na BBB e Biopalma exercendo a função de rural palma<sup>30</sup>.

A implementação desses projetos de integração em Tomé-Açu deixou evidente um território permeado de conflitualidades, de tensões e disputas. Os contratos foram fechados à revelia das entidades representativas, firmados individualmente com cada camponês. Essa foi uma queixa recorrente do STTR percebida em campo e foi um elemento igualmente destacado por Sampaio (2014) em Tomé-Açu.

Sampaio (2014) registrou em sua pesquisa que houve uma certa mobilização em defesa da presença de uma usina esmagadora e uma refinadora de dendê em Tomé-Açu, depois da rumores de que a Biopalma iria transferir estas obras para o município de Acará. Segundo o autor, a prefeitura e a população local tinham interesse nesses empreendimentos por entender que trariam empregos e arrecadação de impostos para Tomé-Açu.

---

<sup>29</sup> A DAP é requisito necessário para a adesão ao projeto do dendê.

<sup>30</sup> O rural palma exerce suas atividades diretamente nas plantações, sua função é podar, colher, limpar área etc.

Por outro lado, em campo no dia 04/07/2018, na missa que celebrava a memória do líder Benezinho, na comunidade do Km 22, o padre afirmou que “o dendê é uma peste”. Isso demonstra claramente um posicionamento contrário por parte da igreja católica em relação a presença do dendê no espaço rural do município. Interessante registrar que nessa mesma ocasião estavam camponeses integrados à cadeia do dendê, o que estabeleceu um certo ambiente de desconforto e entreolhares.

Isso demonstra que a territorialização do dendê tem gerado efeitos que vão além da unidade camponesa, estão na comunidade, nas relações intrapessoais dos grupos domésticos das localidades onde essa monocultura foi assentada, é o assunto das rodas de conversas e até mesmo do currículo oficial escolar do município.

A perspectiva trazida pela integração ao dendê é propagandeada quase como se fosse a redenção para o campesinato local, os projetos apresentados em vídeos e falas dos agentes empresariais acerca dos ganhos com a produção remontam discursos da modernização. É possível que esse discurso seja o elo entre os diferentes projetos de integração produtiva presente no Brasil. Para alguns autores essa é uma oportunidade de modernizar-se e de aumentar a renda, contribuindo para a economia do país (GRAZIANO; NAVARRO, 2005), para outros, significa formas negativas de trabalho e comprometimento da autonomia dos camponeses, por meio da subordinação à lógica empresarial (PICANÇA FILHO; MARIN, 2012; NOGUEIRA; JESUS, 2013).

Essa relação é observada por Velho (1976), para o qual o campesinato cumpre papel fundamental na concepção de uma fronteira de reprodução capitalista baseada na especificidade camponesa (COSTA, 2012) – das relações não tipicamente capitalistas.

Esta via de desenvolvimento tardia do capitalismo tem sido marcada pela forte presença da instância política na condução de uma acumulação primitiva garantida por mecanismos extraeconômicos de colonialismo interno. Acumulação primitiva que, por seu turno, se processa concomitantemente com a acumulação propriamente capitalista e realiza-se, basicamente, às custas do campesinato que é mantido como forma subordinada de produção. (COSTA, 2012, p. 211).

A integração à cadeia produtiva dessa oleaginosa tem sido uma das formas de viabilidade do agronegócio no nordeste paraense, via pela qual se dá a monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2015)

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas

monopolistas mundiais operam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o *controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory)*, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. Isto quer dizer também, que estabelecem alianças de classes entre aqueles que produzem de fato no campo, geralmente os nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras (OLIVEIRA, 2015, p. 242-243).

Para Backhouse (2013), o aumento das áreas dessa oleaginosa no Pará está no âmbito do fenômeno *green grabbing*, uma forma de legitimar a privatização da terra por meio do discurso da sustentabilidade. Além disso, a integração das unidades camponesas à agroindústria da palma tem significado um importante ganho para esse setor, conforme evidencia Backhouse (2013).

Através da agricultura familiar por contrato as empresas do setor de óleo de palma se veem em condição de fazer recair sobre os próprios agricultores os riscos da produção (infestações, pragas, safras baixas, etc.), o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista e mesmo as oscilações do preço da *commodity* no mercado internacional. Tudo isso sem precisar comprar terras ou pagar o salário mínimo fixado por lei. Os altos investimentos iniciais, a compra de mudas e agrotóxicos, assim como o período de espera dos três primeiros anos (quando as palmas ainda não dão frutos) são financiados via empréstimos contraídos pelos próprios produtores familiares junto ao governo. O risco que aqui se insinua é o de se produzir um dissimulado processo de apropriação de terras por parte das empresas (BACKHOUSE, 2013, p. 21)

Importante salientar que essa integração, que dá as bases da monopolização do território e corresponde à uma estratégia de enriquecimento do setor, também tem se caracterizado pelo monopólio da exploração, e em certo nível um controle, do trabalho de toda família. Melhor dizendo, é feito um contrato, mas quem trabalha é a família toda para dar conta do trabalho extenuante.

Essa relação entre as empresas e o campesinato local, estabelece a subordinação, o comprometimento da autonomia camponesa e a extração da renda da terra das unidades de produção familiar camponesas. Esses fenômenos dão bases para entender que a reprodução capitalista se dá concomitante à *(RE) Existência* da classe camponesa, do trabalho de base familiar. Não aceitamos, portanto, a ideia do campo como sendo um elemento puramente do espaço econômico e a da especialização da agricultura camponesa no interior dos CAI's e, conseqüentemente, sua extinção.

Ao contrário

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2004, p. 35-36).

Em verdade,

Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo ou continuar-se – à ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

A subordinação do campesinato local aqui é entendida em duas frentes, primeiro é uma forma contraditória do desenvolvimento capitalista, como já visto, e, em segundo, está ligada a dependência que os camponeses criam em relação aos insumos, mudas, adubo, empréstimos bancários e assistência técnica que estão no pacote do projeto, todavia essa dependência está longe de fazer parte da constituição desse campesinato, portanto falamos de uma subordinação parcial.

Os camponeses produtores de agrocombustíveis têm pouca capacidade de intervenção no estabelecimento de preços forjados num contexto macroeconômico vinculado a esquemas globais de produção de mercadorias. A dependência de insumos, serviços, assistência técnica e conhecimentos produzidos por empresas capitalistas nacionais e internacionais também poderá ser responsável pela subordinação dos camponeses inseridos na cadeia produtiva de agroenergia. (FABRINI, 2010, p. 81)

Por sua vez, a autonomia na unidade doméstica é comprometida. O dendê exige um tempo próprio, o tempo da capina, o do rebaixo, o da adubação, o da colheita etc. A partir do terceiro ano quando o dendê começa a produzir, as datas das colheitas são marcadas pela empresa com o dia específico em que vai buscar a produção, o que ocorre na maioria das vezes no intervalo de quinze dias. Ou seja, o que controla o tempo é o relógio da empresa.

O dendê tem dia certo né? O dendê tem porque é programado pela empresa, eles marcam o dia da gente colher, é aquele dia né? Quinze em quinze dias”. (R. M. Entrevistado em 05/07/2018).

O calendário de colheita inviabiliza, por exemplo, o mutirão<sup>31</sup> entre os camponeses integrados, porque a empresa ajusta o tempo de colheita dos integrados para o mesmo dia em uma mesma localidade.

“Eles marcam tudo no mesmo dia, aí tem que cortar” (R. M. Entrevistado em 05/07/2018).

Esta realidade foi observada por nós em campo. Entretanto, em Sampaio (2014), o mutirão foi relatado como uma prática, mesmo que esporádica, empregada entre os agricultores camponeses integrados e não integrados em Tomé-Açu.

De fato, a produção de dendê da unidade camponesa é parte integrante da cadeia produtiva das empresas, porém às margens da legislação trabalhista e sem a proteção social. Muito semelhante ao que registrou Nogueira e Jesus (2013) na integração da cadeia de frangos.

Segundo Sampaio (2014), os contratos de parceria firmados entre as empresas e os camponeses integrados, alertam para a não utilização do trabalho de menores de 16 anos nos plantios de dendê e da não adoção de práticas de trabalhos degradantes ou análogas ao trabalho escravo, ou seja, em desconformidade com a legislação trabalhista. Na prática, entretanto, foi possível observar a utilização de trabalho infantil em uma unidade camponesa na fase de colheita do CFF de dendê, o que ocorre duas vezes ao mês. Segundo relato do entrevistado a presença da criança na colheita é constante sob a justificativa de que todos os braços masculinos da família ajudam no trabalho com o dendê.

Esse episódio, que se mostra constante, evidencia uma face da relação capital-trabalho no âmbito dessa integração produtiva das unidades camponesas em que o aumento do capital da empresa é proporcional ao aumento do trabalho nas unidades camponesas, e mais, revela o nível de imbricação paradoxal dessas duas relações, na qual há uma antítese aparente de ligação de relações distintas social e espacialmente, em vistas do trabalho se dá totalmente na unidade camponesa, mas ser alienado fora dali.

Outro fator destacado por Sampaio (2014), que põe ainda mais complexidade na relação capital-trabalho, é a aparente “concorrência” pela mão de obra. Melhor dizendo, com a chegada das empresas do dendê aumentou o número de empregados assalariados,

---

<sup>31</sup> “[...] ocorre em casos de doenças ou sinistro, quando todos os habitantes do bairro auxiliam a família a executar as tarefas de que não podem dar conta, seja porque um dos seus membros está incapacitado, seja pela impossibilidade de reparar adequadamente os danos causados por acidentes da natureza (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 34-35).

provocando a diminuição de pessoas sem ocupação que, por sua vez, eram, em especial, o público que trabalhava como diaristas em unidades camponesas integradas, de modo especial na fase de colheita quando o esforço laboral é mais exigido. Assim, não havendo pessoas desocupadas para “tirar uma diária”, o autor identificou que pode ocorrer mutirões para dar conta do serviço ou, no caso da impossibilidade de prosseguir com o trabalho no dendezal, a troca da titularidade do projeto de integração para um parente próximo.

Em campo foi relatado casos de incêndios em dendezais dos camponeses, pois a palha dessa palmeira é de fácil combustão o que contribui para o fácil alastramento das chamas. Nesses casos o prejuízo recai totalmente sobre os camponeses que agora têm o dendê como um empreendimento em sua terra e dele precisam tirar o dinheiro para quitar sua dívida no banco. Nesse sentido estamos diante de situações delicadas e de relações complexas no campo dessa integração que impõem novos desafios para esse campesinato.

A pressão sobre a mão-de-obra familiar e local, o surgimento de débitos antes inexistentes e a alteração da rotina de trabalho na unidade camponesa, são alguns exemplos de mudanças no cotidiano desses camponeses. É possível observar que tais mudanças não afetam somente as unidades integradas, de forma isolada, senão todo grupo doméstico ao entorno desses projetos. A comunidade camponesa, sendo o lugar por excelência da convivência do grupo camponês, funciona como uma espécie de vitrine dessas mudanças.

De antemão, é possível perceber que os camponeses não aderiram ao projeto em busca de lucro, mas como uma maneira de obter outro ganho para além dos que já advêm das culturas anteriores ao dendê na unidade de produção da família. Isso foi notado nas entrevistas e nas conversas informais. Nessas ocasiões nos foram reveladas formas sutis de resistência ao próprio projeto e às diretrizes empresariais, o que denota as contradições presentes no espaço rural do município. A seguir, buscamos demonstrar essas facetas detalhadamente a partir de um olhar interno às unidades camponesas pesquisadas.

---

**4 DENDÊ NA UNIDADE CAMPONESA: EFEITOS, CONTRADIÇÕES E  
RESISTÊNCIAS**

---

O propósito deste capítulo é analisar os efeitos socioeconômicos da integração das unidades camponesas analisadas à agroindústria do dendê, fazendo uma descrição dessas famílias e suas respectivas comunidades, perpassando por uma análise do funcionamento dessas unidades camponesas a partir da chegada dessa oleaginosa, bem como entender a situação em que se encontram no âmbito desse projeto, seus receios e perspectivas para com ele. Por fim, avaliamos as formas de realização do capital agroindustrial presentes no interior da organização camponesa, sujeitada na esteira do desenvolvimento do agronegócio do dendê em Tomé-Açu.

Para tal, nos valem do roteiro de entrevista que foi organizado de forma semiestruturada o que possibilitou a obtenção de informações de caráter mais objetivo, mas permitiu igualmente obter informações mais gerais, possibilitando uma análise das ações cotidianas dos entrevistados, das estratégias e ações desenvolvidas no interior do projeto e para além disso.

Foram entrevistadas 10 (dez) famílias camponesas integradas ao dendê, por meio do roteiro de entrevista que se encontra no apêndice 01. Nele, buscamos, a princípio, uma identificação do sujeito e da composição de sua família, perpassando por como está organizada a unidade camponesa, as culturas presentes e as formas de consumo e comercialização, objetivando montar seu perfil; em seguida, buscamos entender o funcionamento do trabalho nas unidades, enfatizando a divisão do tempo e o dispêndio de esforço para realização do trabalho, aqui objetivamos compreender a dimensão da autonomia do trabalho; depois procuramos caracterizar e analisar a chegada do projeto do dendê e seus desdobramentos na unidade camponesa, perseguindo entender os limites e possibilidades que esse projeto trouxe para essas famílias; por fim, buscamos entender as perspectivas que estão ao redor da atividade agrícola, para com o projeto e para além dele.

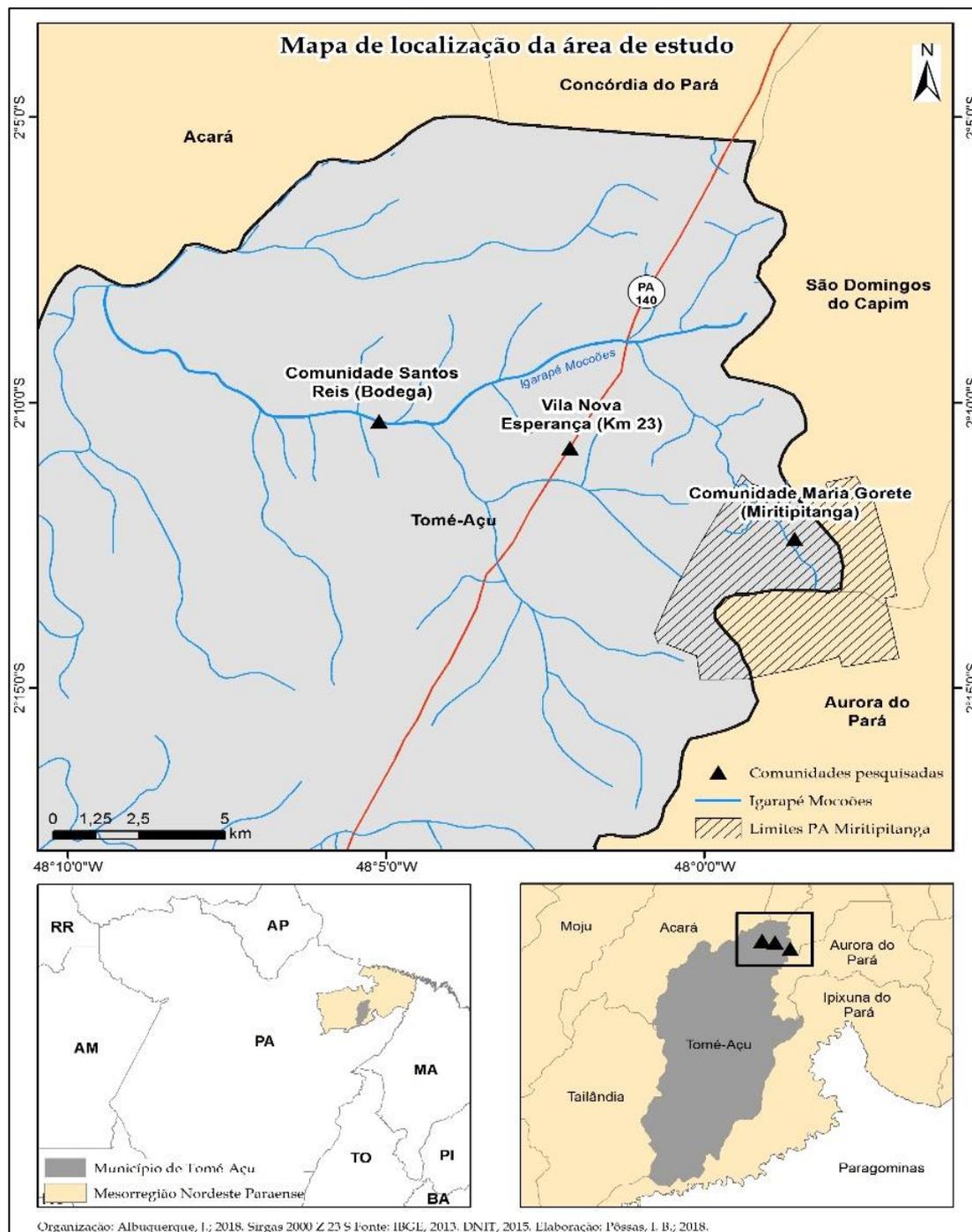
#### 4.1. AS COMUNIDADES PESQUISADAS

A comunidade é um elemento central no modo de vida camponês. Destruir suas comunidades é destruí-los por inteiro. Na comunidade há espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversário) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais). Tudo adquire significado e todos têm importância na comunidade camponesa. Nas comunidades camponesas as individualidades têm espaço. As que contrastam com o senso comum encontram meios de influir. Os discretos são notados. Não há anonimato na comunidade camponesa. Todos se conhecem. As relações de parentesco e vizinhança adquirem um papel determinante nas

relações sociais do mundo camponês. Nisto se distingue profundamente das culturas urbanas e suas mais variadas formas de expressão (GÖRGEN, 2016, p. 102).

A figura 6 (mapa), aponta a localização das comunidades investigadas. Nota-se que todas se encontram ao norte do município, sendo uma delas parte de um assentamento de reforma agrária (PA Miritipitanga) que extrapola os limites de Tomé-Açu, estando também nos municípios de São Domingos do Capim e Aurora do Pará.

**Figura 6: Mapa de localização da área de estudo**



Em ocasião do campo exploratório, nota-se que os projetos de dendê em unidades camponesas estão espalhados em diferentes partes ao longo da extensão territorial do município. Nossa escolha de estar mais ao norte era abarcar, na pesquisa, os desdobramentos da territorialização do dendê dentro do assentamento, um território da reforma agrária que, em princípio, receberia certa atenção do Estado, especialmente no tocante às políticas públicas. A pesquisa nas outras duas comunidades se dá em decorrência da proximidade entre elas e da estreita teia de relações sociais que as unem.

Nesse primeiro momento, buscamos caracterizar as comunidades em que estão as famílias pesquisadas. A proposta, além da caracterização, consiste em remontar a formação territorial dessas comunidades, identificando as relações estabelecidas pelas famílias e suas estratégias de resistências e reprodução ao longo do tempo.

Um ponto relevante de destaque é que, ao visitar algumas localidades como a comunidade Bodega, sempre me questionava “qual a razão dessas pessoas morarem tão longe da rodovia?”. Foi quando uma entrevistada revelou que a rodovia vem depois dos rios, de que as comunidades se organizaram espacialmente em função do rio e não da rodovia, que é posterior.

Isso revelou um preconceito, da nossa parte, a respeito dessas comunidades e de que era preciso livrar-se dessas concepções.

Os moradores que vivem há mais tempo no lugar, como na Bodega, estão mais próximos ao rio, ao passo que os mais novos estão cada vez mais próximos da rodovia, até por conta da praticidade de acessá-la. Já as outras comunidades visitadas, tem na rodovia, razão de suas existências. Por isso, trazem em suas nomenclaturas o prefixo “Km” (km 23).

Nota-se que nas localidades visitadas, a religião é um elemento muito importante nas relações de seus habitantes, chegando a ser uma dimensão da vida do grupo. Nessas comunidades o templo religioso quase sempre exerce uma centralidade no local.

Religiosidade na vida camponesa se caracteriza tanto como um instrumento sagrado, de devoção a santos, como um elemento que revigora o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo social. Além disso, a religiosidade em algumas comunidades camponesas tem sido uma ferramenta política de reivindicação de direitos sociais e políticos (MACEDO; SOUSA, 2016, p. 54).

Esse aspecto da religiosidade e da vida em comunidade é constantemente reforçado, inclusive nos cantos religiosos, como o que diz: “Eu sou feliz é na comunidade,

na comunidade eu sou feliz”); ouvido na casa de uma família que recebia a novena<sup>32</sup> católica.

Nesse sentido, a religiosidade se destaca como um elemento que reforça relações de solidariedade entre as famílias que compõe uma comunidade, fazendo parte do cotidiano e da organização dos grupos familiares camponeses aos quais tivemos contato.

#### *4.1.1. A comunidade Santos Reis (Bodega)*

Segundo relatos, a formação dessa comunidade e de outras pequenas localidades próximas é oriunda da instalação de escravizados em fuga dos engenhos de açúcar que existiam na região.

Essa comunidade fica às margens do Igarapé Mocoões e até a década de 1970 só podia ser acessada pelo rio. É reconhecida como Comunidade Santos Reis pelo grupo católico que forma a maioria, mas majoritariamente é reconhecida como Bodega, por ter havido ali um pequeno comércio às margens do Mocoões, que no passado exerceu certa centralidade na localidade, funcionando como um ponto de chegada e de relativa movimentação de pessoas e mercadorias. Ali era possível adquirir alguns produtos trazidos de canoa das cidades de Tomé-Açu e Acará. No passado, a ligação entre essa comunidade e as cidades se dava exclusivamente pelo rio. A partir da abertura da PA 140, em 1973, essa realidade começa a se modificar, em função da abertura de um caminho que ligou a comunidade à rodovia, que iria ser construída.

**Figura 7: Igreja dos Santos Reis**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: Autor (15/09/2018)

---

<sup>32</sup> Encontro religioso que geralmente acontece nas residências da comunidade, percorrendo-as durante alguns dias, marcando algum período mais notável da igreja como as campanhas da fraternidade e natal.

A informação que ia ser aberta uma estrada que levaria até Tomé-Açu, fez com que muitas famílias saíssem da Bodega e de pequenas localidades próximas e fossem ocupar terras devolutas às margens do pico de abertura da estrada. Segundo relato colhido em entrevista, após a abertura da estrada, grande parte dessas terras foram passadas para fazendeiros, que as trocavam por relógios ou animais, como bois e porcos. É possível concluir que, desde então, começa o processo de concentração fundiária nas mãos de fazendeiros ao longo da rodovia. Um entrevistado nos conta que Benezinho costumeiramente alertava, que de Tomé-Açu à Concordia do Pará haveriam dois donos de terra apenas, um do lado esquerdo, outro do direito da rodovia.

**Figura 8: Rodovia PA 140, Km 23**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (28/03/2018)

Ao caminhar pela comunidade se nota a proximidade entre as casas de familiares, quintais de diversos tamanhos onde notamos plantios de mandioca, pimenta-do-reino, frutas, além da criação de animais e a marcante presença dos retiros de fazer farinha. Em alguns quintais encontramos também os plantios de dendê, que em sua maioria estão sob contrato com a BBB. Na figura 9, pode-se observar o dendezal bem próximo à casa da família camponesa.

A comunidade possui um ramal relativamente trafegável durante o verão e não possui escola de ensino fundamental, os estudantes se deslocam diariamente de ônibus escolar para o Km 23 onde fica a escola Odil Pontes. Os camponeses enfrentam dificuldades para transportar sua produção, como a farinha, em razão do péssimo estado de conservação da ponte (Figura 10).

**Figura 9: Dendezal no quintal da família camponesa**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (15/09/2018)

**Figura 10: Ponte sobre o Rio Mocoões na Bodega**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (15/09/2018)

Nessa comunidade foram quatro idas a campo com conversas informais com os moradores, incluindo os mais velhos, registros fotográficos e entrevista semiestruturadas com dois agricultores camponeses integrados à cadeia produtiva da BBB e uma camponesa, à cadeia da Biopalma.

#### 4.1.2. A vila Nova Esperança (Km 23)

As margens da rodovia PA 140, essa vila exerce grande importância entre as comunidades próximas, notadamente por abrigar a escola de ensino infantil e fundamental “Odil Pontes”, onde dezenas de filhos de camponeses estudam. A escola nesse sentido, acaba se tornando um importante ponto de encontro entre as famílias, especialmente entre as mulheres, mães de estudantes que são maioria nas reuniões e eventos escolares.

**Figura 11: Escola Odil Pontes, Km 23**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (15/09/2018)

Na vila é fácil encontrar alguns pequenos comércios, campo de futebol e barbearia improvisada, além de queixas sobre a venda de drogas ilícitas ente alguns jovens e sobre furtos. A escola, inclusive, já teve diversos equipamentos furtados nos últimos anos, relata a coordenação.

É perceptível a grande presença de adultos jovens na composição dessa vila, além de casas com pequenos quintais. As atividades principais estão ligadas ao comércio, serviço público e agricultura.

Em 2004 alguns camponeses se juntaram em uma associação em busca de melhores condições de acesso aos programas de crédito e ATER. Criou-se, assim, a Associação dos Agricultores do Quarto Setor (ADAQS), que, a partir da chegada do dendê, desempenhou um papel de destaque em atrair o interesse das empresas, especialmente da Biopalma, em razão de ter um número expressivo de agricultores camponeses organizados e assim facilitar a efetivação dos projetos de integração.

**Figura 12: Igreja de São José, padroeiro da Vila**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (15/09/2018)

Nas casas mais afastadas do centro (escola), nota-se quintais maiores e alguns com plantações de dendê. Nessa comunidade foi realizada a estadia em campo, entre os meses de abril e setembro de 2018, com observações constantes à rotina da vila, com participação nos eventos comunitários, o que resultou em um número elevado de conversas informais com seus moradores, além de entrevista (uso do questionário) com quatro camponeses integrados à cadeia da Biopalma.

**Figura 13: Área plantada com dendê em 2012 no Km 23 no âmbito da integração à agroindústria**



Fonte: Google Earth, 2018. Acesso livre

#### 4.1.3. A comunidade Santa Maria Goretti (Assentamento Miritipitanga)

O assentamento é fruto da luta de várias famílias que junto com Benezinho conseguiram a desapropriação de uma grande fazenda durante a década de 1980. Segundo o INCRA, o assentamento é composto por 62 famílias e possui em torno de 20 famílias (32,5%) integradas ao dendê, segundo levantamento exploratório durante os trabalhos de campo.

Pelo que se apurou, no passado recente a atividade com a mandioca predominava nos lotes. Entretanto, com o desgaste natural do solo essa cultura foi gradativamente perdendo espaço nos quintais para outras produções, inclusive para o dendê. Conforme se nota nos relatos de moradores do assentamento a seguir: “A gente não tinha mandioca por causa da terra que apodrece a mandioca, a não ser plantar outras culturas, açaí, cacau essas coisas assim, né? [...]” (Entrevistada N. S. S. 01/08/2018).

Outro, assim diz:

Eu, meu pai a nossa família, a gente resolveu trabalhar como a maioria das famílias que trabalham com dendê, porque essa área aqui esse assentamento com já é muito velho, uns trinta anos, meu pai passou vinte e cinco anos trabalhando nesse terreno só com mandioca, aí já foi voltando nas áreas aí a terra parece que tá fraca. Não adianta a gente plantar muito, estraga antes de amadurecer, por isso que a aqui no lote a gente planta pouquinho mesmo (Entrevistado M. S. S. 01/08/2018)

Em trânsito pelo assentamento, percebemos uma grande quantidade de plantios de dendê em contraste com plantios de maniva (em menor quantidade), pimenta-do-reino e frutíferas.

No assentamento existe a ASMUM (Associação dos Moradores Unidos do Miritipitanga) e uma Cooperativa. Esta mantém uma “mini fábrica” (figura 14), como é conhecida pelos moradores, que beneficia poupa de frutas. Na ocasião de sua inauguração estivemos presentes e pudemos observar o quanto significou para essa comunidade sua instalação ali. Nessa ocasião, estavam presentes representantes do SINTRAF, Biopalma, Secretaria Municipal de Agricultura, ADEPARÁ, TFT, SENAI, entre outros.

**Figura 14: Inauguração da “mini fábrica” de polpa de frutas do PA Miritipitanga**



Fonte: Trabalho de campo, 09/04/2018. Foto: autor

No assentamento existe um viveiro de mudas de frutíferas e espécies arbóreas que é mantido pela ASMUM e ADAQS, em parceria com o IDEFLOR que tem difundido e estimulado o SAF, apesar de nos últimos meses ter estado ausente desse projeto, segundo alguns entrevistados. O mutirão é largamente acionado para os trabalhos no viveiro. Nas entrevistas, nota-se que o projeto do viveiro e a presença da “mini fábrica” no assentamento são aspectos muito positivos para o grupo, trazendo formas alternativas e melhoramento de renda, assim como maior sociabilidade entre os camponeses participantes.

Segundo a presidente da ASMUM, Nea Sousa, os desafios impostos para as famílias, são enormes, especialmente pela falta de informação sobre projetos e programas que o grupo pode acessar e pelo baixo nível de escolaridade de seus associados.

Do total de famílias assentadas, estima-se que 32,5 % mantenha plantações de dendê sob contrato com a Biopalma, de acordo com as informações colhidas nas entrevistas. Esse é um dado importante, demonstrando um número relevante que é facilmente notável na paisagem do assentamento, repleto de plantações dessa monocultura.

**Figura 15: Plantações de dendê no PA Miritipitanga**



Fonte: Trabalho de campo, 05/07/2018. Foto: autor

A adesão ao dendê no assentamento, entre 2010 e 2012, segundo as entrevistas, foi considerada uma alternativa, em razão da baixa fertilidade natural do solo para culturas como a mandioca e a ausência de interesses institucionais em dar suporte para as famílias, o que se percebe pela dificuldade em acessar os programas voltados para a agricultura camponesa. Mas esse não é o único problema no assentamento.

O Miritipitanga, historicamente, enfrenta sérios problemas em suas vicinais que prejudicam consideravelmente o tráfego de pessoas e o escoamento da produção. Por ser entrecortado por córregos d'água, na época de chuvas, o nível da água sobe e inunda boa parte das estradas. Outro fator é a falta de manutenção de pontes, como é o caso da apresentada na (Figura 16), que é um dos acessos ao assentamento.

Existem outras rotas de saída do assentamento até a PA 140, entretanto são mais distantes e encarecem qualquer transporte, inclusive o transporte escolar mantido pela prefeitura de Tomé-Açu para levar os estudantes para a escola “Odil Pontes” no Km 23.

**Figura 16: Ponte de acesso ao PA Miritipitanga**



Fonte: Trabalho de campo, 05/07/2018. Foto: autor

O assentamento possui o prédio de uma escola (Figura 17) que deixou de funcionar em 2014, em razão do baixo número de alunos e para extinguir as turmas do pré-I ao quinto ano do ensino fundamental em regime multisseriado, segundo uma professora que atuou ali.

O assentamento é fruto de uma desapropriação que ocorreu com base na luta das famílias assentadas para ter acesso à terra, enfrentando, portanto, a estrutura fundiária estabelecida, com a proeminência das grandes fazendas. Para essas famílias existem grandes gargalos que, a princípio podem parecer externalidades, mas que, na verdade, fazem parte de todo um contexto de enfrentamento e limites impostos à vida camponesa que se traduzem nessas precárias condições das estradas, das pontes, da falta de serviços educacionais, de saúde etc.

**Figura 17: Escola Benedito Alves Bandeira**

Fonte: Trabalho de campo, 05/07/2018. Foto: autor

Nesse sentido, presenciamos um contexto que vai além da conquista da terra (luta pela terra). Estamos, em verdade, face a um processo de luta pelo território em que se aglutinam tais tensões e disputas entre projetos antagônicos, em muitos casos. Portanto, diante de um processo mais amplo de luta, diluído no cotidiano camponês e que por vezes se arrefece diante das limitações impostas à classe camponesa pelo modelo que se propõe hegemônico. Finalmente, a permanência no território qualificada por uma base democrática e autônoma, é condição seminal para a emancipação camponesa dos ditames desse sistema e da classe patronal (OLIVEIRA, 2010).

O PA Miritipitanga é resultado de uma territorialização camponesa *stricto sensu* levada a cabo pela luta popular e pela política pública de reforma agrária que, nesse sentido, necessita ser cumprida e ampliada.

No levantamento de campo, constatamos que existem em torno de 20 famílias com o projeto de dendê dentro do assentamento. Esses projetos dentro do assentamento têm sido encarados como uma fonte de renda regular para as famílias, segundo os relatos colhidos, que se repetem ao dizer que a terra já não produz mandioca como no passado e de que a chegada do dendê é o advento de “mais fonte de renda para a família”.

Ali foram três incursões a campo e a realização de entrevista com três camponeses com projetos de dendê.

#### 4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Dos dez camponeses entrevistados, 7 são homens e 3 mulheres, todos titulares dos contratos. A média de idade é de 50,8 anos, sendo a menor idade 28 anos e a maior 73. Podemos considerar que os camponeses entrevistados possuem larga experiência com a agricultura, tendo em vista que todos trabalham desde a infância com a atividade e 7 deles têm mais de 50 anos de idade.

O grau de escolaridade dos entrevistados está no (Quadro 4). As razões por esses índices decorrem, segundo os entrevistados, da necessidade de ajudar os pais com o trabalho na roça desde muito cedo e a distância da escola.

**Quadro 4: Grau de escolaridades dos camponeses entrevistados**

Escolaridade	Quantidade
Ensino Fundamental Incompleto	7
Ensino Fundamental Completo	1
Ensino Médio Completo	1
Ensino Superior Completo	1

Fonte: Trabalho de campo. Organização: autor

Em média a composição das famílias é formada por 6,2 pessoas residentes na casa. Desse quadro, sete famílias são compostas por pais e filhos; duas famílias incluem netos; e uma, e mais numerosa das famílias, com 12 integrantes, inclui bisnetos.

Desse quadro de entrevistados (as), nove são filiados ao SINTRAF e apenas uma agricultora camponesa é filiada ao STTR. O que revela que a grande maioria dos camponeses sob esse contrato estão vinculados ao sindicato da agricultura familiar. Quando questionados a respeito da participação em entidades de representação como o sindicato, nove responderam apenas pagar a contribuição sindicato, sem uma efetiva participação política. Alguns inclusive estão filiados há pouco tempo, o que revela que se filiaram para estarem aptos a acessar o projeto com as empresas.

Metade dos entrevistados são filiados a ADAQS, associação presidida pelo senhor Acácio Moraes, agricultor camponês e participante do projeto de dendê. A ASMUM, por sua vez, associa dois desses agricultores camponeses com projetos do dendê. A ADAQS surgiu em 2004, segundo o presidente, para facilitar o acesso as políticas públicas, notadamente ao PRONAF e desempenhou relevante papel em “trazer esses projetos de dendê para a nossa região”, como revela o Sr. Moraes. A ASMUM, por sua vez, é mais antiga ainda, segundo informações inexatas.

As estratégias das empresas para chegarem até esses agricultores camponeses foram distintas, tendo como ponto em comum a presença dos sindicatos fazendo a intermediação. A Biopalma usou a estrutura do SINTRAF e a BBB, a do STTR. A primeira chegou a realizar visitas individualizadas em algumas casas e levou um grupo de camponeses para conhecer o projeto de integração, de 2002, da Agropalma na comunidade Arauaí, em Moju (PA). A Belém Bioenergia se valeu de reuniões nas comunidades em casas de moradores mais influentes no grupo.

Dos camponeses entrevistados, 9 possuem apenas um projeto, isso significa 10 hectares de dendê na propriedade (um caso desses tem 9 hectares ao invés dos 10); um agricultor camponês tem sob seu comando 4 projetos, um em seu nome, dois em nome de filhos e outro adquirido de um outro camponês que abandonou o plantio, segundo o comprador porque não “estava dando conta, estava só mato”.

Em relação ao camponês que tem 9 hectares ao invés dos 10, este revela que “Quando a gente piqueteou, tinha lá o gabarito e como fui eu mesmo que fui fazer aí eu tirei 20 centímetros (espaçamento entre as palmeiras)” [*Pesquisador*: Por que você fez isso?] “Era pra diminuir a área, meu lote é pequeno não dá bem um lote de 25 hectares.” (Entrevistado M. S. S., 01/08/2018)

Antes da chegada do dendê na unidade de produção camponesa, as principais culturas eram a mandioca e a pimenta-do-reino. De todos os entrevistados, apenas dois deixaram de cultivar mandioca, uma camponesa em razão do solo infértil e um camponês em razão da chegada do dendê na propriedade. De modo geral, percebeu-se que o que ocorreu foi uma redução das áreas destinadas ao plantio de mandioca em razão da chegada do dendê nessas unidades, esse mesmo fator também foi observado por Silva (2016).

O cultivo da mandioca é uma prática largamente empregada no recorte da pesquisa. A farinha de mandioca é talvez o principal produto camponês no/do nordeste paraense, é facilmente vendida e altamente consumida, fora e dentro da unidade camponesa.

O que me dá mais renda é o que eu chamo de ‘mãe de leite’, é a mandioca, porque é na hora. O cara tá precisando do real, tá liso pra caramba, ele bota um carro de mão na frente vai empurrando ou joga a cangalha na costa do animal, chega lá na roça, arranca, chega no retiro<sup>33</sup>, trata dela, joga no forno e quando é uma hora dessa (17h:00) se já tiver vendido, já tá com o dinheiro no bolso, é rapidinho. (Entrevistado J. M. E. 23/01/2018)

---

<sup>33</sup> Retiro ou casa de farinha é um pequeno local coberto sem paredes que geralmente fica no quintal da família camponesa. Ali acontece o processo de preparo das farinhas de mandioca e tapioca.

E continua dizendo, “eu chamo ‘mãe de leite’, porque o filho quando tá querendo mamar ele chora e a mãe já sabe e vai dar mama pra ele” (Entrevistado J. M. E. 23/01/2018).

[...] farinha chega um tempo que a gente tem que vender porque o dendê não dá o ano todinho, tem uma época que ele não dá nem pra manutenção dele, na entressafra [...] chega nesse período a gente tem que ter outra coisa pra se valer. (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018)

A pimenta-do-reino é outra cultura facilmente encontrada nos quintais desses camponeses, pode ser considerada uma cultura destinada à venda, uma lavoura comercial. Atualmente está sendo comercializada ao entorno de R\$ 5,80 o quilo da pimenta seca. No ano de 2017, nesse mesmo período, início do mês de agosto, o quilo estava sendo comercializado em torno de R\$ 8,50. O baixo preço dessa cultura tem sido um assunto recorrente nas rodas de conversas, que sempre apontam perspectivas de preços melhores no futuro. Essa realidade nos leva a entender que a produção camponesa não se restringe a uma produção consumida em sua totalidade na unidade doméstica. Existe evidentemente o autoconsumo, mas existe também uma produção comercial, como é o caso notadamente da pimenta-do-reino e uma parte de outras culturas para o mercado, portanto uma produção de excedentes, como está claro na perspectiva posta por Brandão (2007), ao dizer

Essa agricultura tradicional não é uma agricultura de consumo, mas uma agricultura de excedente. Seus produtores geram tanto os bens de consumo familiar quanto, e em múltiplos casos, principalmente o excedente que é destinado à troca e a venda em mercados vicinais, locais e mesmo regionais. Pequenos proprietários e produtores arrendatários de terra plantam e criam diretamente para o mercado e, em diferentes situações, tendem a tornar-se cativos produtores maiores ou mesmo de empresas que financiam a produção e detêm o poder de compra de seus produtos. (BRANDÃO, 2007, p. 45-46).

A partir dessa caracterização partiremos para uma análise relacionada às unidades camponesas.

#### 4.3. SOBRE A UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA

As propriedades da Bodega e Km 23 são frutos de ocupações espontâneas, aquela às margens do rio e esta às margens da rodovia. No PA Miritipitanga são lotes da reforma agrária que inicialmente eram de 25 hectares, mas com o processo de compra e venda entre os assentados, atualmente existem lotes com mais de 50 hectares. A compra e venda é a principal forma de aquisição de terra na região.

Como vimos, do ponto de vista histórico, o acesso à terra nessa região paraense não seu deu sem disputas. Se constitui, portanto, desde o princípio, por lutas de grupos subalternizados dentro da lógica de incorporação capitalista do território, como é o caso dos camponeses e dos indígenas, que mantêm distintas formas de resistência diante desse processo que se pretende hegemônico, mas sem o ser por completo, necessariamente, por imprescindir das relações não tipicamente capitalistas para sua reprodução (LUXEMBUGO, 1976).

No caso do campesinato, estratégias como a sujeição da renda da terra e uso de relações avessas à lógica estritamente capitalista, são exemplos do *modus operandi* com que essa classe tem se reproduzido na região. Logo, é importante ressaltar que “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista”, mas sim “da capacidade própria de se articular, enquanto classe” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 65).

A chegada do agronegócio do dendê, em sua segunda onda, reedita o discurso em torno do desenvolvimento para a Amazônia, cada vez mais imbuído pela modernização, enquanto discurso e ações de des-envolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2011). Mais uma vez a classe camponesa se encontra envolvida no desenrolar dessas relações que compõem o território em disputa no nordeste paraense.

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática a terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16)

A terra para esse campesinato sempre foi sinônimo de sua reprodução social, o que necessariamente perpassa por constantes mudanças, readaptações dentro de um certo contexto (ROCHA; ALMEIDA, 2013). A atuação da agroindústria do dendê e dos contratos de integração produtiva, tornam-se nítidas no campo ao separarem a produção da comercialização. Aquela, no âmbito da integração camponesa, está na unidade de produção da família integrada e dela se utiliza quase que por completo, e esta, sob comando da empresa e ligada aos imperativos do mercado externo cada vez mais concentrado e globalizados.

O trabalho familiar é predominantemente uma das bases da unidade camponesa, são os braços da família que dão conta da maioria dos afazeres. Com a chegada do dendê, esses braços passam a não serem suficientes, especialmente na safra dessa monocultura, sendo necessário a contratação de pessoas, geralmente uma ou no máximo duas, para a

colheita dos CFF. Das famílias consultadas, todas utilizam mão de obra familiar e, esporadicamente, pagam uma diária a alguém para se somar a família na tarefa.

[...] aumentou (o trabalho), a mão de obra aumentou muito, inclusive as famílias que têm pouca mão de obra, eles foram obrigados a contratar mão de obra de terceiros para ajudar, porque o campo é imenso, são dez hectares, né? E o agricultor tinha outra cultura pra cultivar, e por isso... o dandê consumia maior parte do tempo né?” (Laerci Ferreira, 31/07/2018)

O trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social deste grupo de pessoas. Em geral, cabe ao chefe da família a direção e o desempenho de atividade de derrubada e limpa das áreas destinadas ao plantio e à colheita nas roças. É igualmente de sua responsabilidade o trato com os animais domésticos de grande porte, cujo número e qualidade é sempre comparativamente inferior aos encontrados nas propriedades de um grande fazendeiro ou de uma empresa agropecuária (MOURA, 1988, p. 54).

Em estudo sobre o trabalho camponês, Tavares dos Santos (1984) chama atenção para o fato de o trabalho da família na unidade camponesa ter o valor de uso e esse uso que faz a importância de cada indivíduo no trabalho.

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor de uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 33).

E prossegue, ao dizer que “[...] desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família (TAVARES DOS SANTOS, 1984, p. 33).

Outro fator basilar na unidade camponesa é a própria terra. A terra para o campesinato é o seu lugar de viver e trabalhar, estando em um contexto em que a terra na região passa a ganhar gradativamente um valor monetário (valor de troca), enquanto que prevalece na unidade camponesa o valor de uso.

A propriedade camponesa em Tomé-Açu não é regida pela lógica de acumulação de capital, sua lógica está ancorada na tríade terra-trabalho-família estando, portanto vinculados à propriedade privada camponesa (terra de trabalho), sua reprodução econômica está vinculada à culturas de ciclo anual, como é o caso da mandioca e da

pimenta-do-reino, que são anteriores ao dendê, e garantida pela presença do trabalho familiar.

A figura 18 apresenta uma família em pleno trabalho no pimental. Nesta fotografia é possível notar a presença feminina, comum no trato com a pimenta-do-reino, e também a presença de outras espécies vegetais nos corredores formados pelas estacas da pimenta, que neste caso é ocupado pelo feijão.

**Figura 18: Família trabalhando na roça de pimenta-do-reino**



Fonte: Trabalho de campo, 08/03/2017. Foto: autor

A diminuição de membros da família, o que pode ocorrer por diferentes razões, afeta diretamente o cotidiano e o equilíbrio da unidade camponesa. É o que ocorreu com um dos entrevistados, que saiu para trabalhar em uma empresa e o irmão menor precisou assumir maior demanda de trabalho junto com o pai, tempos depois o irmão mais novo precisou sair do lote pra continuar os estudos em outro lugar e o irmão mais velho foi chamado pelo pai a largar o serviço na empresa e voltar para ajudá-lo no trabalho dentro do lote, que sozinho não seria capaz de realizar.

A presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articuladas de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o trabalho assalariado, ajuda mutua, e parceria aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo (OLIVEIRA, 1991, 56).

A figura 19 apresenta mais um momento do trabalho familiar em uma unidade camponesa. Nela a família está reunida para raspar a mandioca, um dos vários processos

que este tubérculo passa até se tornar farinha. Geralmente estes momentos de trabalho conjunto acontecem pela manhã e são preenchidos por conversas e risadas.

**Figura 19: Família raspando mandioca**



Fonte: Trabalho de campo, 22/12/2017. Foto: autor

Com a chegada do dendê na unidade camponesa, o trabalho passou a ser regulado por uma fina estratégia que envolvem as culturas presentes na terra e o dendê, além do tempo gasto e do esforço físico empregado. Sobre esses aspectos, trataremos no subcapítulo que versa sobre a autonomia e organização camponesa.

#### 4.4. ACESSO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Dos dez camponeses entrevistados, apenas um afirmou ter recebido assistência técnica antes da chegada do dendê. Esse entrevistado fez um financiamento para cultivar banana e recebeu assistência técnica de uma empresa privada<sup>34</sup> contratada pelo Banco da Amazônia (BASA), credor do financiamento.

Por outro lado, nenhum dos entrevistados teve, em momento algum, acesso à assistência técnica por parte do poder público; técnicos da EMATER nunca visitaram as propriedades em que estivemos. A única ATER oferecida atualmente para esses camponeses, é advinda do contrato de integração à agroindústria do dendê, que, segundo os entrevistados, foi bem mais presente nos três primeiros anos de vigência do contrato, fase em que o dendê não produz cachos, e agora que os projetos estão com cerca de 6 e 7 anos, a visita do técnico é rara.

---

<sup>34</sup> O entrevistado não recorda o nome da empresa.

Certos tempos pra cá, a gente fica cobrando eles, porque antes, em 2010, era direto, era bastante. Eles vinham atender a gente, estavam sempre com a gente. Depois que aumentou muito o grupo de associados do dendê, aí eles pararam mais, porque são várias pessoas, né? (N. S. S. Entrevistada em 01/08/2018)

Uma reclamação constante nas entrevistas é de que os técnicos fazem um papel de fiscalização da produção, buscando por desvios nas recomendações do contrato e da empresa para com a plantação, ao invés de dar ensinamentos e cursos relacionados a essa oleaginosa. Em entrevista, um camponês afirma que não recebe assistência técnica da Biopalma há cerca de dois anos. Vale ressaltar que a assistência técnica é um dos principais objetos do contrato firmado entre os camponeses e a empresa (no caso da Biopalma), devendo ser oferecida pela empresa, mas não há uma periodicidade determinada em contrato (Anexo 2).

No fragmento seguinte eis uma fala de um camponês reclamando a respeito dessa ausência da assistência técnica, ao dizer:

Se eles vissem mais o lado da gente um pouco. Porque eles tratam a gente, como eles falam, parceiros, que nós somos parceiros. Mais a questão da assistência técnica fosse mais presente com a gente isso seria muito bom, até as vezes pra gente fazer uma reclamação porque se for um talo comprido, um cacho inchado, eles marcam reunião, aparece uma galera. Mas na hora da gente fazer uma reivindicação pra eles é difícil. Os que vêm aqui falam “ah essa parte aí, não sei quem manda nisso”. Aí é difícil, a gente marca reunião com eles, eles não vêm [...]. (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018).

Na narrativa do entrevistado fica evidente esse caráter vigilante da empresa em relação às palmeiras e aos CFF entregues pelos camponeses, em que não pode haver talos compridos ou cachos inchados. Outro fator relevante é a atual falta de conversa da empresa com os camponeses, notadamente quando existem reivindicações por partes destes.

#### 4.5. A BALANÇA QUE MEDE O TRABALHO CAMPONÊS

A Biopalma e a BBB agem de forma diferente no momento de pesar os CFF das unidades camponesas. Ambas são alvos de reclamações.

A Biopalma, no momento que vai buscar a produção camponesa, pesa os frutos e entrega um recibo (Figura 20) em que consta o peso (visto somente pelo técnico em um visor dentro do caminhão), algumas informações sobre o agricultor camponês, o nome do técnico responsável e a próxima data em que o caminhão volta para buscar os CFF.

Figura 20: Recibo de coleta de frutos

**BIOPALMA**  
Uma empresa VALE

**RECIBO DE COLETA DE FRUTOS**

PREÇO CFF\_ABRIL/2018  
R\$ por tonelada  
Total bruto: R\$ \_\_\_\_\_

Nº DA CAIXA: \_\_\_\_\_  
POLO: CONCÓRDIA  
MOTORISTA: \_\_\_\_\_  
MTRICULA: \_\_\_\_\_  
PLACA: \_\_\_\_\_ KM INICIAL: \_\_\_\_\_ KM FINAL: \_\_\_\_\_ T.KM: \_\_\_\_\_  
INICIO COLHEITA: 18/04/18 FINAL COLHEITA: 18/04/18  
**DATA DA COLETA DOS FRUTOS:** 19/04/18  
PARCELA: \_\_\_\_\_ PRODUTOR: \_\_\_\_\_  
PESO: 2.837 kg Nº DE CACHOS: \_\_\_\_\_ HORA INICIAL: \_\_\_\_\_  
MTRICULA: \_\_\_\_\_ RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_  
ASS: PRODUTOR  
PRÓXIMA DATA: 02/05/18

Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (18/04/2018)

A BBB, por sua vez, não faz essa pesagem na frente do camponês, por não haver essa balança móvel. A empresa confere os cachos, dá uma estimativa do valor a ser recebido e então leva para pesar na indústria. Isso gera uma certa desconfiança nos camponeses, ao mesmo tempo que só lhes cabe confiar que a empresa está pagando pelo que leva em frutos.

A figura 21 é um registro do momento em que a balança da Biopalma pesa os CFF advindos da unidade camponesa, que ocorrem, geralmente, a cada 15 dias quando não há atraso da empresa.

Para nós, a balança é emblemática na relação empresa-camponês; sua razão de ser é mensurar, quantificar, não somente os cachos de dendê, mas também quantifica o trabalho daquela família. Pondo um preço, valorando em termos monetários o esforço familiar da unidade doméstica.

**Figura 21: Pesagem dos cachos de dendê em uma unidade camponesa**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor (16/05/2018)

A lógica empresarial da competitividade e de sempre ganhar mais, tem apresentado para os grupos domésticos um discurso que tem ganhado capilaridade nas rodas de conversa, especialmente quando estão falando sobre o projeto de outrem. Mencionam sobre a baixa produção de um, a “boa” produção de outro, usando a expressão “tá dando bem o dendê de fulano”. Chegam a criticar alguns que descumprem normas das empresas ou diminuem consideravelmente o trabalho nos dendezaís, o que provoca uma baixa produção e, em consequência, um menor incremento na renda doméstica.

“Tem agricultores que melhorou a qualidade de vida por ter um produto com garantia de mercado, né? E uma parceria aí que foi financiado, muito agricultores aí melhoraram. Assim por outro lado tem muitos agricultores que não evoluíram e aí, o que que diverge isso? É a questão do tratamento tem pessoas que não levou a sério. Agricultores que pegou, não cumpriu com a orientação técnica, pegou adubo vendeu, não cultivou de fato. Então esse aí não produziu. Produção muito baixa, abandonou o projeto, tem desses. Mas por outro lado, tem uns aí que plantam mais, aqueles plantios que estão abandonados, eles estão é comprando pra eles. Tem agricultor que fez financiamento para dez hectares, hoje tá com trinta hectares, comprou do colega que não dava conta, então se deu bem né, a gente vê que eles evoluíram bastante economicamente” (Entrevista Laerci Ferreira 31/07/2018)

O que podemos observar nessas rodas de conversas é que essas falas refletem uma preocupação em relação ao pagamento da dívida do financiamento da monocultura ao banco, o pagamento do projeto, que muitos ainda nem começaram a pagar, devido aos seis anos de carência. Os projetos de 2012 da Biopalma, que eram para começar a serem pagos em 2018, vão ganhar mais um ano do banco para iniciar o pagamento, em razão de

um laudo feito pela empresa e destinado ao banco atestando a baixa produção de muitos dendezais.

[...] muitos não vão pagar, os que não cultivaram corretamente não tem produção suficiente, esses não vão pagar, mas os que levaram a sério esses vão. Até porque esses que estão produzindo bem vão pagar porque tá amarrado no contrato assim, quando eles pegam vendem o fruto, a empresa repassa só o que é deles e o que é do banco já vai ficar retido no banco, então não tem como não pagar, né? (Entrevisto Laerci Ferreira, 31/07/2018).

Para os camponeses entrevistados, essa dívida vai ser paga, porque há condições de pagamento, segundo eles, nem que para isso seja necessário “vender uns porcos, boi”, como declarou um camponês. Vale ressaltar que um camponês entrevistado afirmou que a sua produção de dendê sempre dá uma quantidade satisfatória independentemente de estar na safra ou entressafra, porque a monocultura está plantada muito próxima de um córrego de rio, garantido suprimento de água para as palmeiras, enquanto os de muitos outros estão “plantados no seco”, como este diz.

Meu dendê aqui fica na área na beira do igarapé, então a diferença dele é pouca quando chega a entressafra, não tem muita queda, que nem dos outros aí. Onde é mais seco, tem lugar que não dá é nada” (Entrevistado G. C. P. R. Entrevista realizada em 02/08/2018).

A boa localização de algumas propriedades, como é o caso dessa supracitada, tem impacto significativo na produção de CFF. Isso cria uma disparidade considerável entre as unidades integradas à monocultura do dendê. Nesse caso, em especial, trata-se do camponês que possui quatro projetos, o que salta ainda mais em termos de produção quando comparado aos demais das comunidades circunvizinhas. Entretanto, neste caso, corresponde apenas a 10% do total de camponeses pesquisados.

Um outro assunto recorrente nas rodas de conversas é a falta de reajuste no preço pago por tonelada do fruto e a questionável política de preço praticado pela empresa.

O preço pago por tonelada é formado pela cotação média do preço do óleo de palma (*palm oil*) no mercado internacional, pela cotação média do dólar no mês anterior e, pela questionada “faixa de precificação escolhida” que é estipulada pelo setor financeiro da empresa, pelo menos no caso da Biopalma. Essas informações são repassadas para os camponeses com projetos por meio de informativos. Tivemos acesso a um desses informativos da Biopalma (Figura 22), mas não da BBB, se é que ela o tem.

**Figura 22: Boletim informativo da Biopalma para os agricultores camponeses**



Fonte: Trabalho de campo. Foto: autor

A falta de reajuste no preço da tonelada é um fator questionado em todas as entrevistas com os camponeses. O preço médio entre abril e agosto de 2018 é de R\$ 249,56/t pagos pela Biopalma. A BBB, no momento da realização do campo, pagou R\$ 258 por tonelada.

Eis o depoimento de um camponês a respeito dessa política de preço, ao dizer:

[...] e a questão também do preço, a precificação aí do produto, porque quando a gente implantou tudinho aqui, o combinado era que eles iam pagar o fruto da gente no preço de mercado, aí tem um negócio do dólar lá e tudo. Aí assim, desde quando a gente começou a vender o dendê que é duzentos e quarenta e nove, foi pra duzentos e cinquenta e três uma vez a tonelada. Eles dizem que é o negócio lá do dólar, mas nós sabemos que não é isso. Tem o preço do dólar, o valor, mas tem uma taxa escolhida que é eles que escolhe, né? E essa taxa quando o dólar sobe, eles abaixa essa taxa, e quando o dólar abaixa mais, eles aumenta um pouquinho essa taxa.” (Entrevistado M. S. S, entrevista realizada em 01/08/2018).

E continua, ao justificar a razão pela qual deve aumentar o preço pago pela tonelada de CFF, quando diz:

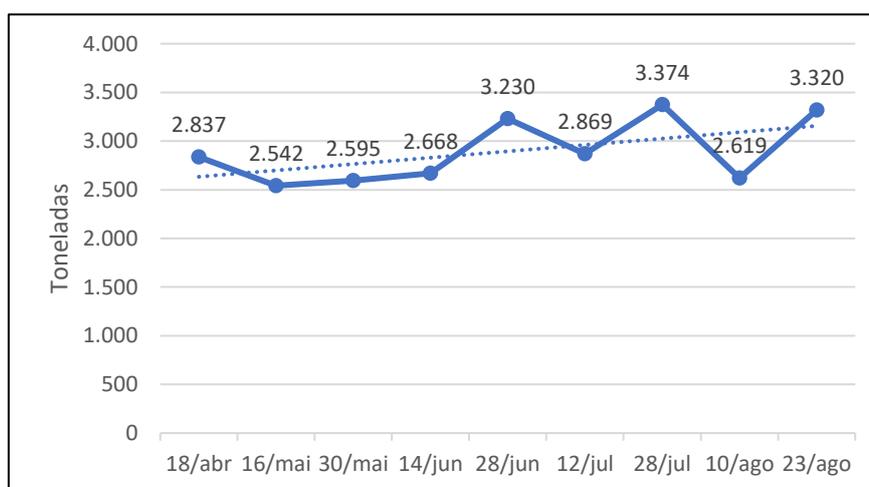
Tem que ver os custos que a gente tá aumento pra produzir pra entrega. A gente comprava adubo de um preço e agora veio de um outro preço já, aumentou [...] A diária quando a gente começou aqui, quarenta reais, trinta e cinco uma diária, seis sete anos atrás, agora o cara quer vir só se for sessenta. O pessoal que paga trator aí, agora o pessoal quer duzentos e vinte duzentos e trinta numa diária pra puxar [...] A questão do frete, o frete nunca reajustaram eu acho que é por causa disso, pra gente não ter que botar nosso ponto de vista em cima, acho que por isso que eles não aumentaram o preço do frete [...] também prazo de pagamento, quando a gente começou era dia cinco, depois mudou para

o dia dez, aí foi pro dia quinze, aí foi pro dia vinte e cinco e agora já tá no dia cinco do outro mês já. Aí fica difícil pra gente. Dia cinco a gente já tem receio de ir no banco porque as vezes só tem o dinheiro da ida.” (Entrevistado M. S. S, entrevista realizada em 01/08/2018)

O que nos chama atenção, não somente nesse depoimento, mas que se repete em outras entrevistas realizadas, é o grau de comprometimento que a economia doméstica tem assumido em relação ao pagamento do dendê, tendo em vista que esse pagamento tem atrasado e postergado constantemente, o que tem causado uma certa frustração nos camponeses que já contam com esse dinheiro que, em tese, estaria em dias certos na conta bancária. Isso evidencia uma característica dessa “integração” ao dendê, a assimetria na relação empresa-camponês, em que a empresa determina a hora do trabalho e a hora do pagamento à uma classe fundada na lógica da liberdade produtiva (liberdade de produzir na sua própria terra) e organizada conforme o tempo das espécies que cultivam.

O gráfico 7, demonstra o comportamento da produção de dendê, em toneladas, de uma unidade camponesa integrada à cadeia produtiva da Biopalma entre os meses de abril e agosto de 2018. Os dados do gráfico, são de um projeto de 2012, portanto com seis anos; nota-se uma leve tendência de crescimento na quantidade entregue a empresa. Essa tendência é reflexo do próprio ciclo produtivo da palmeira que é uma “[...] cultura permanente que inicia seu ciclo econômico produtivo no terceiro ano, atinge a plenitude de produção no oitavo ano e estende-se até o vigésimo quinto ano após o plantio” (MÜLLER, 1980, p. 7). Os camponeses têm conhecimento desse ciclo e mantêm boas expectativas para os próximos anos.

**Gráfico 7: Produção de dendê de uma unidade camponesa entre abril e agosto de 2018**



Fonte: Trabalho de campo. Organização: autor

Outro fator que influencia no peso é o uso adequado da adubação. Esse é um outro fator alvo de reclamação por parte da maioria simples dos entrevistados. A empresa é responsável por passar esse adubo e descontar seu preço no momento de pagar os camponeses por sua produção de dendê.

A empresa (Biopalma) que negocia com eles (empresa de adubo) a gente paga pra empresa (Biopalma), trinta por cento da produção quando a gente tá devendo. Quando a gente tem mil reais então paga trezentos [...] da produção. Quando ela deposita no banco, já deposita descontado, o frete, o adubo. (Entrevistado M. S. S, entrevista realizada em 01/08/2018)

Apesar de todos esses fatores e da pressão da empresa sobre os camponeses para produzirem bons CFF, alguns deles apontam em sentido contrário. Em campo, conversamos com camponeses integrados, que destinaram o adubo, que era para ser usado no dendê, para a pimenta-do-reino, ou o venderam, e que em um caso particular nos revela, paradoxalmente, uma resistência a essa monocultura, pois o camponês afirma:

Com o dinheiro do dendê eu ainda não comprei nem esse isqueiro aqui (me mostrando um isqueiro em sua mão), do dendê eu não peguei pra pagar um isqueiro que é quatro reais, com sinceridade. Por isso que eu abusei, vai pra porra, vou parar de mexer com essa porra (dendê), eu só tô me gastando, me acabando e num tô enxergando um centavo no bolso, já gastei sim do meu bolso; até um vizinho meu aqui disse: olha C\* pare de tirar do seu bolso, que não vai voltar pro teu bolso dinheiro do dendê. Disse tá certo, então eu parei. (Entrevistado J. M. E, entrevista realizada em 23/01/2018)

A partir desse depoimento, o entrevistado demonstra seu estado de insatisfação com o projeto, o que assevera um processo de abandono dessa monocultura; revelando uma importante disparidade entre o que é exigido pela empresa e o que esse camponês consegue entregar. Em outros casos a solução tem sido a venda do adubo ou até mesmo a venda do projeto para outros camponeses. Esse processo pode ser considerado uma forma de resistência cotidiana desse campesinato, tendo em vista que “para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, as formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível.” (SCOTT, 2002, p. 11).

Em outra ocasião do campo, observamos que a lógica do lucro não faz parte do cotidiano das unidades camponesas, por razões que estão diluídas no cotidiano dessas famílias, que hora ou outra sutilmente aparecem, como é o caso da doação de frutos de dendê para quem por acaso peça para fins como caçar. Os frutos do dendê são prediletos por animais silvestres, como pacas e cotias, razão que faz muitos caçadores pedirem os

frutos para produtores para servirem de isca, que simplesmente os dão. Noutra ocasião, presenciámos alguns cachos sendo dados como alimento para porcos.

Nesse sentido, apesar da capilaridade que o discurso da competição alcança entre os camponeses, no âmbito desse projeto de integração produtiva, não há, de fato, a introjeção dessa lógica na vida desse grupo. A partir disso, essas duas lógicas antagônicas contrastam-se, revelando que não há um processo de “especialização produtiva” camponesa a partir da chegada do dendê em Tomé-Açu, como defendido por Nahum e Bastos (2014, p. 478), por exemplo. A respeito disso, trataremos de forma mais detalhada no próximo subcapítulo que versa sobre a diversidade produtiva do campesinato no município.

#### 4.6. SOBRE A DIVERSIDADE PRODUTIVA CAMPONESA

Tomé-Açu é um município paraense que se destaca pelo amplo leque de culturas produzidas, tanto pela agricultura camponesa quanto pela comandada por capitalistas, donos de grandes propriedades de terras e que exploram mão de obra assalariada. Nesse tocante, reside grande contribuição da imigração japonesa, que trouxe novas culturas, notadamente as hortaliças e legumes, bem como inovações de técnicas agrícolas de incremento da produção. Com o passar dos anos esses conhecimentos foram sendo repassados para fora do círculo estritamente nipônico e foi sendo incorporado por outros grupos sociais que compõe o município.

A diversidade – histórica e econômica, étnica e produtiva – define a verdadeira face do campesinato. Tal fato poderia representar uma desvantagem quando o que estava em moda eram as classes uniformizadas, mas, em tempos de pluralismo, a diferença é a grande virtude. Grosso modo, o camponês seria o trabalhador rural autônomo e, portanto, com algum acesso a terra. [...] verifica-se que a maioria dos pequenos agricultores produz menos do que necessita para a sua subsistência e isso faz com que se dediquem, também, ao artesanato, ao comércio, e, sobretudo, ao trabalho assalariado (VERGÉS, 2011, p. 72).

O autor enfatiza formas outras do camponês se manter para além do seu trabalho agrícola, inclusive com atividades que não estão, necessariamente, ligadas à terra de maneira mais imediata, como é o caso do comércio, mencionado no trecho. Cabe ressaltar que nós não admitimos o termo “subsistência” no sentido de sub-existir, estar abaixo da existência, porque esse sentido escamoteia um entendimento de uma produção parca, que necessita ser superada em razão de, em algum sentido, manter a pobreza no campo. Essa interpretação vai de encontro à análise que fazemos da produção camponesa, a qual

entendemos diversa e comprometida com a auto sustentação do grupo familiar, em primeira instância e produção de excedente.

As espécies frutíferas são destaque na economia municipal, estando presentes de forma marcante nas unidades de produção, com destaque para o açaí, presente em 31,23% dos 3.051 estabelecimentos municipais; o cacau (21,33%) e o cupuaçu (21,12%) (IBGE, 2017). Com menor expressividade em relação a essas culturas, mais ainda sim além da produção de outros municípios do nordeste paraense, destacam-se: acerola, maracujá, graviola e a pitaita (IBGE, 2017). A mandioca, por sua vez, está presente em 48,75% dos estabelecimentos, segundo o IBGE (2017).

**Figura 23: Preparo da farinha em duas unidades camponesas integradas à cadeia do dendê**



Fonte: Trabalho de campo. Fotos: autor (esq. em 24/01/2018 e dir. em 10/07/2018)

Outro importante exemplo dessa diversidade é o sistema agroflorestal, como vimos, contribuição dada pelos japoneses, que aprimoraram e difundiram, notadamente a partir da disseminação do *Fusarium* que dizimou grande parte da monocultura da pimenta-do-reino durante a década de 1970 (HOMMA, 2004). O SAF é, em boa parte, responsável por essa diversidade produtiva no município, que conseguiu resgatar a produção de pimenta-do-reino, introduzindo novas técnicas de manejo e consorciamento, portanto consolidando-a como uma cultura tradicional que tem participado efetivamente na econômica camponesa, bem como implementando novas culturas, como é o caso da pitaita (*Hylocereus monacanthus*), entre as já conhecidas, e carro chefes do SAF: açaí, cupuaçu e cacau.

A respeito dessa diversidade e da contribuição camponesa à economia do município, segue um trecho transcrito da entrevista que obtivemos com o então secretário de agricultura, Cícero da Silva e Silva, em 09 de março de 2017.

Nesse período em que o Brasil inteiro, e nosso município não está fora disso, tá passando por uma crise econômica considerável, o pilar de

sustentação econômica hoje do nosso município, e como a gente vê, também do Brasil, é a agricultura. Prova disso a gente vê que, foi detectado aí nesse período das crises, que os agricultores, está provado que eles vem sustentando economicamente o município, que a gente teve o cuidado de fazer uma pesquisa nas lojas, comércios, revendedoras de motos, e, por incrível que pareça, quem tava comprando era agricultor e, ainda, maior parte é agricultor, autônomo, que vem vendendo a sua pimenta, o seu cacau, cupuaçu, açaí, enfim os produtos oriundos da agricultura. Os agricultores vêm contribuindo nisso.

E continua, ao dizer

Se não houvesse essa iniciativa de plantar há três, quatro anos atrás essas culturas (se referindo a atividade agrícola constante no município), hoje nós estaríamos no fundo do poço economicamente mais ainda. [...] A verdade é que grande parte da sustentação da cidade hoje, em grande parte, é em função dos agricultores que vem conseguindo manter o mercado aí com a compra e venda. Quando eles vêm trazem os produtos e quando retornam, levam um ventilador comprado numa loja, compram moto, carro.”

*Pesquisador:* Quais os produtos responsáveis por essa movimentação econômica?

A pimenta, muito embora hoje ela tenha caído de preço né? Hoje tá abaixo de quinze reais o quilo, pra tu vê, pra quem já passou de trinta (reais/kg), hoje já é uma queda muito considerável. Mas assim, a pimenta é considerável, mas sem desfazer das outras culturas, porque também tem o cacau, tem o cupu, tem o maracujá e o açaí, então esses fazem parte da complementação da arrecadação do meio agrícola.

*Pesquisador:* Essas produções estão nas grandes propriedades, como a dos japoneses que têm boas condições de produção, ou na pequena propriedade?

Exatamente no pequeno, porque tá no pequeno? Porque esses de um certo poder aquisitivo, como os japoneses, as vezes investes pra outros cantos, enquanto o pequeno, aquele que faz dois três sacos de farinha, aquele que tem uma, uma e meia tonelada de pimenta, aquele que produz [...] umas duas toneladas de cupu, é [...] meia tonelada de cacau. Então esse está mais direto no comércio local, ele vende e compra ao mesmo tempo.

Por meio da narrativa do então secretário, é possível constatar nitidamente que o campesinato tem um lugar de destaque na economia municipal. E, além disso, é uma produção diversa que concilia culturas de diferentes ciclos. É possível concluir, a partir disso, que a produção camponesa está longe de ser de “subsistência”, como explicamos anteriormente; e que o campesinato tem um lugar no setor produtivo, que é um lugar de importância e marcado pela diversidade produtiva.

Sobre a adesão do dendê afetar essa diversidade, o secretário do SINTRAF afirma:

Tem, e isso é preocupante. No início a gente falava nas reuniões: “olha gente, a gente gostaria que vocês aderissem o dendê como um cultura que vai se somar com as outras, vocês não podem deixar de plantar, deixar de cultivar cacau, açaí, maracujá, vocês tem que continuar diversificando”. Mas alguns deles deixaram de plantar mandioca e é só dendê, são a minoria, mas tem. É preocupante porque é monocultura, né? De repente não dá certo, aí o futuro econômico daquela família está comprometido, né? Se o dendê não der certo.

Os camponeses estão cientes dos desafios a eles impostos pelo mercado, bem como acompanhado, ao nível mais básico, os efeitos da economia. Um bom exemplo disso é a iniciativa que alguns pouco camponeses, inclusive alguns do grupo de entrevistados, tiveram de plantar, de forma reduzida, mamona (*Ricinus communis L.*) em suas propriedades para comercializar com uma empresa que abrirá no município vizinho, Concórdia do Pará, segundo eles, ou seja, mais uma cultura comercial.

Quando o secretário fala sobre o impacto no comércio advindo do campo atualmente, nos leva a entender que a realidade social da classe camponesa não pode estar atrelada eternamente a um passado – quase medieval – em que os camponeses não tinham acesso ao mercado, ou o tinham de forma muito precária. A sociedade atual impõe novos comportamentos e exige adaptações que variam entre espaços diferentes, como vimos o campesinato não é igual em todo o mundo.

A nossa pesquisa tem apontado que, para atingir a reprodução social, o campesinato engendra uma estratégia de sobrevivência mediante aos desafios vivenciados no campo. O alargamento das estradas e a extensão das redes de eletricidade pelo espaço agrário fomentaram o nascimento de um consumo camponês que antes se considerava dispensável. A partir da chegada da energia elétrica, os eletrodomésticos tornam-se realidade: a geladeira aumenta os gastos alimentares, a televisão cria hábitos de consumo, irá ser preciso um motor para processar os tubérculos da roça e para puxar água do poço. Com a abertura da estrada, almeja-se a compra de uma motocicleta, criando a necessidade de gasolina e de manutenção para o veículo. Esses novos elementos têm custos, requerem mais trabalho, exigindo que o campesinato busque rendas que complementem o orçamento familiar provido da agricultura temporária e permanente. (SOUSA, 2018, p. 22)

Finalmente, a realidade tem demonstrado que, apesar do avanço do dendê, seja pelo processo de territorialização ou por meio da monopolização do território, necessitando esta das relações não tipicamente capitalistas para acontecer, o campesinato continua se reproduzido, e, definitivamente, não por meio de uma “especialização produtiva”, que na verdade tem advogado por sua extinção. Nesse sentido, é imprescindível que o campesinato assuma o seu lugar para que a roda da economia

capitalista continue a girar, mesmo que, muitas vezes, lhe seja negada a alteridade e importância, talvez para que não se dê conta de sua importância e se mantenha sob relações de cooptação e sujeição.

#### 4.7. SOBRE A AUTONOMIA E ORGANIZAÇÃO CAMPONESA

Partimos do princípio que a autonomia e a liberdade camponesas são pares unidos que se baseiam fundamentalmente em trabalhar na própria terra e ter controle sobre o processo produtivo (MACEDO; SOUSA, 2015), o que significa autodeterminar o ritmo de trabalho e estar fora dos imperativos de um patrão, por exemplo (BOMBARDI, 2004).

Gomes (2018), em seu estudo de caso, identificou em Garrafão do Norte (PA) um aumento na autonomia dos camponeses que possuem projetos de dendê, entretanto, elenca um fator importante na elevação dessa autonomia que vai além desse projeto, que é o recebimento da terra, por meio do repasse intergeracional, para a realização de cultivos, o que permite que jovens camponeses deixem de trabalhar como diaristas ou assalariados em empresas de dendê e passem a viver do trabalho na unidade familiar.

Por outro lado, Sampaio (2014), identificou em seu estudo de caso em Tomé-Açu (PA) que, a partir da chegada dos projetos de dendê, houve uma redução da autonomia camponesa na realização dos afazeres dentro da unidade familiar.

Em nossa investigação nos aproximamos dessas duas análises. Nas conversas com os agricultores camponeses, foi nos dito que a partir do momento que o dendê começa a produzir constantemente, aproximadamente a partir dos seis anos que fora plantado, se monta uma rotina de trabalho que envolve as quinzenas de colheita do dendê e os tratos com as outras culturas, como a pimenta-do-reino e mandioca, que ficam nos intervalos dessas quinzenas. O dendê passa a ter uma certa prioridade, no tocante a organização do tempo, porque há um calendário de colheita determinado pela empresa e que precisa ser cumprido. Assim, as culturas alimentares e comerciais, como é o caso da mandioca e pimenta, estão no tempo “livre” do camponês integrado à agroindústria.

Na parte da colheita eu trabalho, na entressafra, eu trabalho segunda e terça. Eu corto segunda e terça eu carreo tudinho pra cá, coloco na caixa ou na rede, eles têm uma rede, pronto. Poda eu podar uma vez no ano só e faço rebaixo uma vez só no ano. Aí isso aí que pega mais tempo né porque é quarenta tarefa pro cara roçar. Aí a parte de adubação aí, passo adubo duas vezes no ano, dois dia de cada vez, em dois dias vai o adubo todinho, fica tranquilo, no início do inverno naquelas primeiras chuvas quando a gente vê que já vai cair a chuva, primeiro dá aquele serenozinho a gente arrocha o adubo [...] o resto do tempo a gente é livre

pra fazer outras coisas. (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018).

A determinação do tempo do trabalho camponês pela empresa, referente a monocultura do dendê, cria um calendário de colheita dessa monocultura. Os camponeses quando não estão nos dias que precisam trabalhar no dendezal, estão realizando outras tarefas da unidade, como é possível observar do depoimento do entrevistado M. S. S (01/08/2018).

Nos outros dias eu vou me virando por aqui, tenho uma roça acolá, eu vou trabalho um pouco pra lá. Aqui eu faço assim, de manhã quando o sol tá frio eu trabalho na parte que faz mais sol, quando é a tarde o sol é mais quente aí eu vou limpar um açail, tem uns pés de cacau acolá eu vou dar uma podada, eu crio uns porcos aí também.” (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018).

Essa determinação da empresa, com a imposição de um calendário, afeta diretamente na organização do tempo destinado a culturas alimentares, comerciais e ao manejo dos animais (criações), por isso podemos considerar, nesse sentido, que existe uma redução da liberdade e da autonomia desse camponês, no sentido de que não há uma autodeterminação e controle total do ritmo de trabalho, uma vez que esses sujeitos estão subordinados à lógica produtiva da empresa (PICANÇO FILHO; MARIN, 2012; NOGUEIRA; JESUS, 2013).

Por outro lado, assim como observado por Gomes (2018), o acesso à terra, mesmo que essa terra esteja com dendê, é um elemento fundamental para o sentimento de liberdade e autonomia para os camponeses. O autor dá exemplo a partir da transmissão da terra de pai para filho e a saída da condição de assalariado. Em nossa pesquisa estes elementos também se destacaram, como observado no depoimento de M.S. S. no qual fica claro os aspectos da liberdade e autonomia intrínsecos à terra.

Pra mim na parte do trabalho (trabalho assalariado na empresa Biopalma) mesmo eu gostei porque eu trabalhava no campo e pra mim eu não sei se daria certo eu trabalhar num escritório, lugar assim fechado, eu gosto de trabalhar no campo, com gente, com mato, com bicho. A parte que não é legal é parte da burocracia e também que a gente não se controla né, a gente tem que ir. Tem aquele dever, tem que ir, não pode faltar, tem aquele horário tem que cumprir horário. E aí aqui (lote) eu fico mais livre, fico livre. Igual você vê aqui eu posso largar meu trabalho lá (o entrevistado deixou um serviço que estava fazendo para participar da pesquisa), e numa empresa não pode. Não controlo assim o nosso tempo. (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018)

Reside na fala desse entrevistado uma predileção pelo trabalho no campo, notadamente em sua própria terra, o que significa uma certa negação à imposição de um

tempo único controlado pela lógica produtivista da empresa capitalista (SIMONETTI, 1999).

O dendê não exige somente colheita, há outros tratos como rebaixo, poda, adubação etc. Esses cuidados são exigidos pela empresa e, na medida do possível, os camponeses fazem o que podem, até mesmo porque tudo tem um certo custo, de trabalho e dinheiro – para quem pode pagar um diarista – e o tempo precisa ser dividido para o cuidado com as outras culturas. Quando perguntado quanto tempo requer para tratar da monocultura durante a semana, o camponês responde: “Ocupa muito, se a gente for dedicar o tempo mesmo só pra ele, não sobra nada, porque tem muito serviço lá.” (R. N. S. M. Entrevistado em 05/07/2018).

#### Outrossim afirma

Eu não pago muita diária aqui não. Tem pessoal aí que paga pra cortar, paga pra carrear, paga trator, e isso aí no final das contas [...] tem que pagar adubo, tem que pagar frete e aí tem mais o imposto o Funrural que o governo cobra, aí no final das contas não sobra quase nada mesmo. Aqui eu tenho meu burro, a minha carroça. Eu pago só um parente meu, irmão da minha mulher, ele vem e a gente dá conta de fazer o trabalho sozinho, a gente vai e corta. Porque se eu for ficar em casa só querendo administrar, não dá mesmo não, tem que fazer outra coisa pra cobrir, que uma diária o pessoal não mais cinquenta mais não (risos) já querem sessenta. Eles não trabalham do jeito que eu trabalho, o trabalho não é deles. (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018).

Um entrevistado afirma que os três primeiros anos do dendê são os que dão mais trabalho porque o “mato cresce junto com o dendê e tem que tá roçando o tempo todo” (A. S. M. 25/07/2018)

O pagamento de diárias se tornou mais comum a partir dos plantios de dendê, porque na pimenta-do-reino é exigido apenas na safra, por apenas um curto período durante o ano em casos de quantidades significativas. O calendário de colheita do dendê, de duas vezes ao mês, exige a presença do número de braços necessários para o trabalho naqueles dias programados, se alguém se ausentar, um filho por exemplo, é necessário pagar alguém para substituí-lo. Há casos de famílias pouco numerosas em que o patriarca está em idade avançada, nesses casos o pagamento de diárias é constante. Isso varia conforme a necessidade do núcleo familiar.

#### 4.8. A SUJEIÇÃO DA RENDA DA TERRA CAMPONESA AO CAPITAL

A partir do que expomos até aqui, é possível dizer que a expansão da atividade agroindústria da palma no nordeste paraense está no bojo da reprodução capitalista e, como vimos, essa reprodução necessita de relações não tipicamente capitalistas, como no caso em investigação, se tratando da sujeição da terra e do trabalho camponês. Partindo dessa premissa, com base em Martins (1979), é possível afirmar que o desenvolvimento da agroindústria do dendê, no âmbito das políticas dos agrocombustíveis incentivadas pelo Estado, tem em seu bojo a sujeição da renda territorial e, por conseguinte, possibilita a sujeição do próprio trabalho da família camponesa produtora dessa oleaginosa.

Para nós, esse processo tem se dado a partir da compra de terra pela empresa, portanto o processo de territorialização do monopólio, e pelo arrendamento de áreas e pela terceirização produtiva (integração) para a unidade camponesa, ou seja, pelo processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 2010). Em ambos os casos a renda da terra está presente, naquele com o pagamento adiantado e no caso da integração produtiva, pela sujeição de sua renda, como proprietários da terra, para o capital que se vale da terra e do trabalho da família camponesa, isto é, essa sujeição ocorre fora da unidade de trabalho, ela se concretiza no momento da comercialização, sem, portanto, expropriar os instrumentos de produção camponesa (MARTINS, 1979; OLIVEIRA, 2010).

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando somente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa bem distinta; estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1979, p. 26).

Assim, estamos diante de um intenso processo de apropriação de trabalho excedente (OLIVEIRA, 2007) e expropriação do trabalho não pago dos camponeses.

Com a subjugação da terra pelo capital as coisas se modificam, o excedente que o trabalho entrega já não é objeto que possa ser imediatamente consumido, a não ser na própria produção. O excedente é tempo de trabalho; é isso que interessa ao capitalista, porque é o trabalho que cria valor. Além do que esse excedente não é entregue ao proprietário da terra e sim ao proprietário do capital. É das mãos deste que aquele recebe a renda. (MARTINS, 1981, p. 163)

**Figura 24: Pai e filho trabalhando em meio ao dendê**



Fonte: Trabalho de campo, 04/04/2018. Foto: autor

A renda da terra camponesa é “sugada” nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E, na segunda, pelo capital comercial. Essa sujeição da renda da terra camponesa ao capital não significa de forma nenhuma que o camponês seja um trabalhador do capital, como se fosse um assalariado. (BOMBARDI, 2004, p. 253).

Nosso entendimento vai no sentido de que as empresas do dendê têm atuado, expandido seus lucros, por dentro das estruturas das políticas públicas voltadas para a classe camponesa, por meio da relação assimétrica que existe dentro da relação empresa-camponês e da lógica *top-down* em que a empresa determina quem vai ou não participar da cadeia de produção do dendê. Assim, há ao mesmo tempo uma integração e, em seu encaixe, uma exclusão de relevante número de camponeses e suas unidades dessa cadeia.

O campo realizado demonstra que as políticas dos agrocombustíveis, nas quais a expansão do dendê está ligada, estão servindo majoritariamente para estabelecer e dar segurança para o setor agroalimentar e não para a agricultura camponesa, pois entendemos que ela está desintegrada das outras dimensões da vida camponesa que são fundamentais para a emancipação de fato dessa classe, reconhecendo sua importância.

Assim, o Estado tem, há muitas décadas, desempenhado um papel de destaque na propulsão do dendê na Amazônia, canalizando estruturas para viabilizar mais um projeto de modernização para a Amazônia. Esse projeto tem se efetivado via monopolização do território pela agroindústria do dendê.

Nove dos entrevistados afirmam que houve uma melhora de renda a partir da integração com o dendê, sempre enfatizando que o dendê veio se somar as outras culturas já existentes na propriedade. Portanto, se consideram satisfeitos por isso.

Por outro lado, as reclamações constantes sobre a política de preço impostas aos camponeses, que estão em conexão com os imperativos do mercado global de commodities; a falta de assistência técnica, o atraso no frete dos CFF, a falta de cursos de capacitação, atraso na entrega de insumos, entre outros, são fatores que atualmente fazem parte do pacote dessa integração. O comando está com a empresa.

O entrevistado de maior idade assim se refere ao projeto

Eu tô arrependido de ter feito esse projeto porque estragou a minha terra, estragou a minha terra, [...] a área que está o dendê eu plantava mandioca, plantava maniva, plantava meu arrozinho. [...] eu já trabalhei até bastante (no dendê), agora parei. Tenho tanta fé em Deus no pai do céu que vai levando o dia de hoje que num vai deixar eu gastar um minuto lá (trabalhando no dendê). Me dá é raiva quando eu passo todo o dia que eu vou pra minha rocinha eu passo por dentro dele (dendezal), me dá raiva de olhar, não gostei não. (Entrevistado J. M. E. entrevista realizada em 23/01/2018)

Esse camponês diz que a área que está o dendê antes era destinada para culturas alimentares. A expansão de commodities, supostamente para os agrocombustíveis, pode por em risco a soberania alimentar, esse é um fator destacado por Oliveira (2011), ao afirmar que existe uma crise mundial de alimentos em curso, em função de políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos que tem diminuído os estoques.

Outro fator que acreditamos ser relevante é que as políticas do PNPB e SCS eram uma agenda importante do MDA que, depois do golpe de 2016, deixou de existir enquanto Ministério, afetando diretamente as políticas para a agricultura camponesa. O SCS fracassou no estado do Pará, não há sequer uma empresa com o Selo atualmente porque não existe interesse econômico em produzir o agrocombustível a partir do dendê.

Portanto, nesse quadro há a

[...] constatação de que a especificidade da acumulação do capital na agricultura brasileira tem sido dada pelo caráter desigual de sua realização, desigualdade manifestada nos planos econômico, político e ideológico. Mais ainda, tal desigualdade obedece a um padrão de combinação segundo o qual é a lógica do capital que se impõe a todos os processos, variando, todavia, os vínculos da subordinação e as formas dos processos sociais considerados. (TAVARES DOS SANTOS, 1981, p. 1).

E em meio a isso, entendemos que

O trabalho camponês está subordinado, formalmente, ao capital, a medida que este estabelece um conjunto de determinações sobre seu processo de trabalho, sem contudo chegar a expropriá-lo completamente. Por uma parte, o capital subordina o processo de trabalho do camponês tal como ele existe, reproduzindo sua singularidade: o camponês permanece proprietário da terra e dos outros meios de produção; continua a utilização da força de trabalho familiar e o baixo nível de mecanização das atividades agrícolas; mantêm-se, ainda, a produção direta de meios de vida e a produção simples de mercadorias (TAVARES DOS SANTOS, 1981, p. 2).

#### 4.9. O QUE MUDOU COM O DENDÊ?

A seguir, trechos de entrevistas com dois camponeses com o dendê sobre as mudanças e perspectivas para com o projeto, que resume de forma geral, como a integração tem sido compreendida entre esses camponeses.

Rapaz, mudou muito olha, muda a responsabilidade da gente, tem que entregar [...] E a renda da gente melhorou um pouco, um pouco bastante, é tipo uma garantia, uma garantia que no final do mês vai ter lá pra comprar o leite pro menino, melhorou muito, financeiro. (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018)

[...] eu digo que houve uma melhora, a gente não precisa trabalhar tanto como a gente trabalhava antes pra adquirir o próprio sustento, né? A gente trabalhava nesse tempo (2011) a renda era fazer farinha, o cara tinha que fazer farinha toda semana pra comprar comida, então tinha que fazer farinha. E a farinha nessa época, muita gente fazia farinha, então tinha muita farinha, o preço lá embaixo. Aí quem não trabalhou com farinha não sabe, mas quem trabalha sabe que aí é trabalho demais. O cara planta num ano noutro ano arranca, arranca tudinho. Aí se ele quiser tem que plantar de novo. Aí a parte de trabalhar com o dendê, sendo mais específico, não. Só tem que cuidar da planta lá, cuida dela só, ela vai te dar uma renda todo tempo. (Entrevistado G. C. P. R. Entrevista realizada em 02/08/2018)

Se eu voltasse lá em 2011 eu plantava de novo esse trem, plantava isso. Porque o que eu achei que deu certo no nosso lote foi isso e tá dando certo até agora foi isso. Plantava tudinho de novo aí. Eu não plantava mais do que isso. (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018)

Quando perguntado se plantaria mais uma vez, ou seja, por uma segunda vez, o camponês responde assim:

Plantar de novo não, eu não vou dar conta mais. Pra mim isso aqui tá tudo certo, mas pro meu filho eu não quero isso não.

*Pesquisador:* O que você quer para ele?

Pro meu filho eu quero coisa melhor, quero que ele tenha uma educação melhor do que a minha, pra ele precisar trabalhar menos do que eu, né? Pro meu filho eu quero uma vida melhor, mais mansa” (Entrevistado M. S. S. Entrevista realizada em 01/08/2018)

Aqui aparece um aspecto interessante de destaque, o camponês M.S.S., 28 anos, quer que o filho, de pouco menos de um ano de idade, tenha “uma vida melhor, mais mansa”, como ele mesmo afirma, que trabalhe menos que o pai, se referindo ao esforço físico. É possível tirar algumas conclusões dessa situação, a partir da narrativa do entrevistado; a primeira é que existe a possibilidade de estar imbuída do pensamento enviesado de que a agricultura camponesa é feita necessariamente por pessoas que não possuem níveis elevados de escolaridade, bem como de que o campo é um lugar de atraso e trabalho penoso. Ou podemos estar diante do surgimento de uma nova geração de agricultores camponeses, com acesso às etapas da educação formal, servidos de políticas públicas que contemplem a produção camponesa, com acesso à práticas produtivas sustentáveis e inteligentes, entre outras. Tudo isso dentro de um campo em que a desigualdade social não seja fomentada pela atividade agrícola, muito menos seja a norma. Preferimos esta última possibilidade, já que em nem um momento da entrevista este jovem camponês mencionou a saída do campo para si ou para seu descendente.

Noutro caso, o camponês G. C., 55 anos, fez seus quatro projetos e os destinou para cada um dos filhos, afirma que daqui algum tempo será deles a responsabilidade de cuidar dos plantios e que assinou os contratos pensando nos filhos.

No caso observado mais de perto por nós; o camponês afirma só ter plantado dendê porque sua plantação de açaí foi devastada por um incêndio acidental, então decidiu aproveitar a área e plantar o dendê, outro fator que o levou a adesão era o fato dos projetos sempre apresentarem boas perspectivas para os agricultores camponeses e promessas de rendimentos que poderiam chegar por volta de R\$ 25.000,00 anuais.

O papel da mulher nas unidades analisadas aumentou. Além do trabalho doméstico, algumas precisaram ajudar nas tarefas com o dendê, especialmente no começo quando não tem frutos; isto aconteceu em três casos. Observamos também que houve uma alteração na delegação de atividades em um caso, no qual a mulher passou a assumir totalmente o cuidado com as criações, como galinhas, porcos, entre outras. Noutro caso, a mulher assumiu majoritariamente a roça de mandioca enquanto o marido ficou responsável pelo dendê.

Em outras dimensões da vida cotidiana a mulher está sempre presente, é o que foi observado em campo, entretanto não tem relação com a chegada do dendê. As mulheres estão nas escolas, nas igrejas – algumas inclusive comandam as cerimônias –, nas associações e cooperativas etc.

É possível notar uma melhoria de renda nas famílias integradas ao dendê, o que resulta na possibilidade de acesso a mercadorias que antes não tinham, como alguns alimentos. O pagamento mensal os leva para a cidade em dias bem determinado do mês e não deixam de passar no supermercado antes de retornarem para a “colônia”, como se referem às comunidades a que pertencem.

A chegada do dendê não só inaugurou uma oportunidade para o desenvolvimento do capital, permitiu também, guardadas as contradições, que os camponeses pudessem sonhar com um futuro melhor para suas famílias. Acreditaram estar diante de um projeto formulado para eles, com acesso à assistência técnica, financiamento bancário, cursos de capacitação entre outros elementos, praticamente inexistentes outrora. Tudo isso, a princípio, soou como uma boa oportunidade de assegurar uma comercialização regular, permitindo alçar novos voos, novos (outros) projetos.

---

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Buscamos analisar nesta pesquisa os efeitos socioeconômicos e culturais da integração produtiva de unidades camponesas à agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu, localizado na região nordeste do Pará, a partir da chegada das políticas de incentivos ao agrocombustível proveniente dessa oleaginosa. Tal integração se insere no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), promulgado em 2005 sob controle do então Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e que conta com diretrizes importantes, como a garantia de comercialização da matéria-prima, assistência e capacitação técnica, concessão de crédito aos agricultores camponeses, bem como promessas de aumento da renda das famílias integradas.

Esta investigação faz parte de uma agenda de pesquisa em processo de construção que busca analisar a atualidade da questão agrária no Pará no tocante à territorialização do agronegócio do dendê e das relações sociais decorrentes desse processo. As primeiras aproximações com a temática ocorrem ainda no ano de 2014 em outros municípios do nordeste paraense e se estendem até o presente momento, buscando agora compreender os efeitos decorrentes dessa aproximação entre camponeses e o agronegócio do dendê em um município em que a agricultura camponesa se estruturou pautada na diversificação em meio a disputas e tensões territoriais.

Esse objetivo foi perseguido com o auxílio da literatura científica a respeito da temática; por meio de dados de fontes primária e secundária, o que possibilitou nossa compreensão da realidade que nos propusemos a analisar.

Esta investigação nos permite concluir que o governo, por meio do MDA, possuiu uma política de conciliação, em um modelo assimétrico, entre a agricultura camponesa e a agricultura capitalista ancorado na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Essa política foi o Selo Combustível Social que não vingou no Pará. Por outro lado, as políticas do agrocombustível contribuíram fundamentalmente para a expansão das áreas de dendê no estado e o fortalecimento dessa agroindústria.

É possível notar que a política dos agrocombustíveis, imersa no discurso do desenvolvimento sustentável; que, a princípio, se propunha a trazer benefícios tanto para os camponeses quanto para o setor do dendê, se mostra atualmente reduzida, sem o resguardo institucional e assimétrica. Isto decorre do fato de não haver empresa alguma que detenha o SCS, e, portanto, sem a obrigatoriedade de selar e manter contrato com a agricultura camponesa na região de estudo. Mesmo assim, esse setor continua em pleno crescimento e capturando o Estado para se manter ativo.

Essa integração produtiva é, na verdade, uma forma de terceirização da produção de dendê, em que a empresa transfere parcialmente para uma família o ônus do plantio dessa monocultura, se eximindo, dessa maneira, de encargos trabalhistas e de ter que imobilizar capital com a compra da terra. Estamos diante, nesse sentido, da monopolização do território pelo capital, em que este se vale das estruturas camponesas para se reproduzir. A rigor, a empresa não precisa dessa “parceria”, mas lança mão dela como uma estratégia para maiores lucros e, possivelmente, para ganhar respaldo social, garantindo as condições de reprodução do capital agroindustrial.

O discurso que se montou em torno dos projetos com a agroindústria da palma, de que se iniciava um tempo de bonanças para a agricultura camponesa e de que sua presença na cadeia produtiva era requisito indispensável para a operação dos projetos, foi bem-sucedido, alcançando capilaridade não somente no município em que a pesquisa transcorreu, mas em todo nordeste paraense, como percebido em relatos informais e nas pesquisas consultadas. Em pouco tempo esses projetos foram se efetivando, mobilizando vários camponeses, suas entidades representativas, lideranças locais e as empresas.

A princípio, houve receio entre alguns camponeses, especialmente por se tratar de uma monocultura que não haviam lidado anteriormente, porém as promessas de incremento na renda e a presença marcante das empresas e do sindicato, garantiu a assinatura dos contratos que, vale frisar, foram feitos individualmente, sem a anuência das entidades de representação da classe camponesa que só esteve presente nas fase de contato e convencimento das famílias. Houve, portanto, um encantamento com o projeto de dendê, entretanto, é possível afirmar, que essa monocultura não se consolida como uma estratégia de reprodução camponesa; ela é, isto sim, mais uma atividade no universo que compõe a unidade camponesa em Tomé-Açu.

O modelo de integração produtiva é bem conhecido nas regiões centro-oeste e sul do Brasil. O modelo empregado no caso do dendê vem a partir de uma política do Estado e está sob controle da empresa que determina e controla os parâmetros de seleção dos agricultores camponeses. Nesse sentido, compreendemos que se trata de uma lógica de atuação em sentido *top-down*, imbuída em uma política pública que não toca na estrutura fundiária delineada historicamente em nível local. Além disso, pode ser considerada uma política de integração desintegrada, pois está desconectada de outras dimensões e limitações que a classe camponesa tem enfrentado historicamente.

O projeto do dendê está inteiramente dissociado das culturas presentes na unidade de produção camponesa e não leva em conta a unidade como um todo social e produtivo,

muito menos a comunidade ao redor que é fundamental na vida camponesa. Assim, essa limitação configura-se como um aspecto negativo e aquém da “inclusão social” prometida pelo PNPB.

Um aspecto considerado positivo pela maioria dos entrevistados, diz respeito ao melhoramento da renda a partir da chegada do dendê; além disso, a regularidade comercial estabelecida é outro fator destacado como positivo, sendo uma das razões para a adesão ao projeto. A regularidade da colheita dos frutos, a partir do terceiro ano de plantio, cria a rotina de trabalhos em dias certos, isso faz com que o tempo dedicado ao dendê seja reduzido com relação ao trabalho em culturas como a mandioca, que exige mais horas de dedicação, segundo os entrevistados. Isso foi destacado como um benefício porque nos dias que não se está trabalhando no dendê, pode-se dedicar à realização de outras atividades que compõem a diversidade produtiva da unidade de produção camponesa.

Assim, o dendê diminuiu o tempo de serviço, ao passo que fez aumentar a intensidade de esforço físico dispensado para realizá-lo. Houve uma redução nas áreas destinadas às culturas alimentares, especialmente da mandioca, e, em alguns casos, introdução de novas espécies vegetais por meio do Sistema Agroflorestal; além da criação de animais, como galinhas, porcos e, até mesmo, gado.

Os camponeses se queixaram a respeito da burocracia para acessar outras políticas públicas destinadas para a classe camponesa, citaram o caso do PAA e PNAE. Essa situação é agravada pela ausência de órgãos e instituições que possam encaminhar ações junto aos camponeses, como acesso à assistência técnica e ao crédito rural. A ATER, por exemplo, só existe para os produtores de dendê e somente para essa oleaginosa.

Buscou-se compreender os efeitos socioeconômicos da integração produtiva à agroindústria do dendê, no decorrer da investigação percebemos que existem limitações historicamente impostas à classe camponesa e que não têm necessariamente relação com a territorialização do dendê na região, contudo esse setor ganha destaque e *locus* propício para seu desenvolvimento, justamente em face desses percalços infligidos ao modelo camponês de/fazer agricultura(s). De fato, a chegada do dendê na unidade camponesa operou significativas mudanças, destacamos um reordenamento do tempo de trabalho imposto pela lógica produtiva da empresa; aumento do esforço físico, pressão sobre a mão de obra familiar com a necessidade de contratação de membros externos e o surgimento de gastos antes inexistentes. Dos entrevistados, apenas um (10%) se diz

arrependido de ter aderido ao projeto, enquanto os outros mantêm boas perspectivas em relação ao dendê, acreditando que nos próximos anos a produtividade aumentará.

Gomes (2018), assinala essa mesma perspectiva em outro município do nordeste paraense que possui projetos de dendê. Em seu estudo, o autor afirma que os ganhos com o dendê, em sua fase inicial, são para suprir as próprias necessidades do cultivo, como adubo, pagamento de mão-de-obra externa e até mesmo compra de carroças para carregar a produção, não restando valores significativos para compra de bens duráveis, por exemplo. No estudo, o autor aponta que os principais motivos que levaram os agricultores camponeses a aderirem ao projeto foram: a garantia da comercialização da produção, a esperança de bons rendimentos e o acesso ao financiamento bancário, respectivamente. Assim, Gomes (2018) entende que essa integração funciona como uma oportunidade historicamente negada aos camponeses, bem como uma maneira de obter ganhos e de manterem seu modo de vida. Nossa compreensão é de que o dendê não se efetiva como uma estratégia de reprodução camponesa, justamente porque seu projeto se concretiza como uma forma de reprodução capitalista pela cooptação das formas camponesas.

Sousa (2018), em seu estudo, em municípios do nordeste paraense com projetos de dendê, traz importante contribuição ao demonstrar que a adesão a esse projeto tem estreita relação com o fato da “agricultura de roça não conseguir completar a renda necessária para sustento do núcleo doméstico” (SOUSA, 2018, p. 334). Porém, adverte que não se trata da suposta ineficiência da agricultura camponesa, mas sim da forma desigual e contraditória com que o capitalismo age, desvalorizando a produção camponesa para então sujeitá-la (SOUSA, 2018).

No que tange às unidades produtivas dos nipo-brasileiros em Tomé-Açu, não tivemos conhecimento que alguma faça parte desse projeto de integração à agroindústria do dendê. Em conversa com o ex-secretário de agricultura do município, o senhor Michinori Konagano, este afirma que o SAF é prioridade em sua propriedade e é o carro-chefe das propriedades dos outros descendentes de japoneses que produzem especialmente frutas que são entregues à Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), fundada pelos colonos japoneses. Konagano assevera que a chegada do dendê é um aspecto positivo para os agricultores camponeses porque gera emprego e traz renda. Ele mesmo não planta a oleaginosa, pois afirma que é preciso ter foco na produção, no seu caso, notadamente do cacau e da pimenta-do-reino dentro do Sistema Agroflorestal. Segundo ele, os ciclos das diversas culturas em sua propriedade, garante segurança e

renda o ano todo. Na ocasião da visita que fizemos à sua propriedade, esse senhor mantinha cerca de 40 funcionários diretos.

Podemos perceber que atualmente os nipo-brasileiros constituem a classe patronal da agricultura em Tomé-Açu, cultivando especialmente espécies frutíferas e pimenta-do-reino em grande escala. Os projetos de integração à agroindústria do dendê ficaram circunscrito às unidades camponesas que não são capitalizadas e historicamente enfrentam barreiras para escoar a produção e para acesso a crédito.

A integração ao dendê, a princípio, sinaliza a superação dessas barreiras por meio das promessas que foram feitas aos camponeses, mas não chega a se efetivar da forma com que muitos almejavam, sobretudo no tocante ao crédito que ficou restrito ao Pronaf Eco Dendê, linha de crédito específica para o financiamento dessa monocultura.

Os conflitos por terra ainda são uma triste realidade no município, envolvendo camponeses, indígenas e empresas, como é o caso da Biopalma (BEIRA DO RIO, 2016). Notamos que o avanço das fazendas de gado é uma preocupação na região, ouvimos em rodas de conversa os relatos de algumas famílias que se dizem “imprensadas” nas terras de fazendeiros e temem ter que sair a qualquer momento. A atividade madeireira no município já teve seu auge, porém permanece influenciando dinâmicas agrárias e protagonizando situações de assédio às famílias camponesas no município.

Foi possível observamos que está se estruturando um processo novo de luta pela terra em Tomé-Açu, que consiste em um movimento de retorno ao campo (Figura 25) de famílias que estavam compondo as periferias da cidade em função de terem sido expropriadas de suas terras. Fundamental salientar que algumas dessas áreas recém ocupadas por famílias estão dentro de propriedades privadas capitalistas, como é o caso Biopalma que, segundo levantamento, possui doze áreas ocupadas.

**Figura 25: Esquema síntese do movimento de retorno ao campo**



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração: autor

Para além dessa nova luta que surge no município relacionada ao latifúndio verde do dendê, já está instalada ali a notória disputa pelo território entre os Tembé e a Biopalma.

Nesse sentido, estamos diante de novas facetas da *(RE) Existência* camponesa em Tomé-Açu, que reforçam o caráter permanente dessa classe na sociedade moderna. Em 2017, o Estado brasileiro edita uma nova legislação<sup>35</sup> que atualiza a política nacional dos agrocombustíveis, trata-se do *RenovaBio* que, entre suas diretrizes, não prevê a participação da agricultura camponesa, porém objetiva expandir o setor dos agrocombustíveis no país, reatualizando o discurso capitalista da sustentabilidade por meio do mercado de descarbonização. Nesse sentido, acreditamos estar diante de mais uma intervenção do Estado na promoção da agricultura capitalista de produção energética em detrimento de uma política para a produção de alimentos. Analisar os desdobramentos desse processo, significa compreender melhor os paradoxos do processo de territorialização do capital agroindustrial do dendê e do reordenamento fundiário que este opera no estado do Pará. Para isso, esperamos contribuir em pesquisas vindouras.

Buscamos, ao longo do texto, nos referir ao dendê na unidade camponesa como um projeto, porque é de fato o que significa para essas famílias, um projeto pronto, formulado fora da unidade de produção camponesa que pode ser considerado um meio para a obtenção de melhorias para o presente e para o futuro, através do repasse intergeracional.

Finalmente, as limitações e as assimetrias impostas à classe camponesa são aspectos fundamentais a serem superados, afinal a persistência do modelo vigente tem intensificado as formas de sujeição da agricultura camponesa e a consolidação da agricultura capitalista na região. Dessa forma, é necessário que a recriação camponesa saia das brechas do desenvolvimento do capital, buscando se emancipar com graus crescentes de autonomia.

---

<sup>35</sup> Lei nº 13.576/2017

---

## 6. REFERÊNCIAS

---

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel**: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. Texto exp. na Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2), Londrina/PR, 22 a 27.07.2007. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

ABRAPALMA. **Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil**. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. 2014.

ACEVEDO MARIN, R. E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Paper do NAEA**, Belém, n. 153, p. 1-26, 2000.

ALBUQUERQUE, J; NASCIMENTO, A. A. C. do. **O território camponês e o agronegócio do dendê na agrovila Santa Terezinha, Castanhal-PA**. Vigia de Nazaré, [s.n.], 2015. 74f

ALVES, S. A. O. **Sustentabilidade da agroindústria da palma no Pará**. 2011. 161 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

AMIM, SAMIR; VERGOPOULOS, KOSTAS. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

AURÉLIO NETO, O. P. **Pecuária Goiana: A tecnicização do espaço rural e a internacionalização do agronegócio da carne bovina (1920-2012)**. 2014, 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioespaciais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

AZEREDO, V. G. **Famílias em território vulnerável: um estudo sobre proteção social em grupos populares**. Campo dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2015. 201 p.

BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia: o caso dos investimentos em dendê no Pará**. Berlin: Freie Universität Berlin, 2013. 32p. Fair Fuels? Working Paper.

BARROS, A; HOMMA, A. K. O.; SANTANA, A; ARCO-VERDE, M; KATO, O; MENDES, F. Sistemas Agroflorestais Nipo-Brasileiros do Município de Tomé-Açu, Pará: formação e percepção. In: HOMMA, A. K. O.; FERREIRA, A; FREITAS, M.; FRAXE, T. (Org.). **Imigração japonesa na Amazônia: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional**. Manaus: Edua, 2011. p. 305-337.

BECKER, B. K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)?, **Confins** [Online], 10 | 2010.

\_\_\_\_\_. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico. In: CASTRO, I. E. de et al (Orgs.). **Brasil Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BEIRA DO RIO. **Cultura do dendê avança no estado**, 2016. Disponível em <http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2014/152-2014-08-01-17-25-17/1619-2014-08-04-14-38-21> Acessado em 15/09/2018

BIOPALMA. **Relatório de sustentabilidade**, 2016.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro de Reforma Agrária**. Anablume, São Paulo, 2004.

BORGES, R. E. **No meio da Soja, o Brilho do Telhados:** a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Rio Claro, SP, 2006.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G. **The state of oil palm development in the Brazilian Amazon:** Trends, value chain dynamics, and business models. Bogor: CIFOR, 2015. 54 p. (Working paper, 198).

BRANDÃO, C. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**, volume 2, número 1, março de 2007, p. 37-63.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Biodiesel.** O novo combustível do Brasil – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, 2004, 32p. Disponível em: <[http://cmsdespoluir.cnt.org.br/Documents/PDFs/cartilha\\_biodieselgov.pdf](http://cmsdespoluir.cnt.org.br/Documents/PDFs/cartilha_biodieselgov.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.** 2011. Disponível em:<[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Biodiesel\\_Book\\_final\\_Low\\_Completo.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 81, de 26 de novembro de 2014. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 nov. 2014. Seção 1.

BRINGEL, F. O. **Fronteiras Agrárias Intermitentes e Processos de Territorialização do Campesinato na Amazônia:** uma análise comparativa de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará. 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Ciências Geográficas – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2015.

CAMPOS, Christiane S. S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio:** o caso de Cruz Alta/RS. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2009.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARNEIRO, E. **Ladinos e crioulos:** Estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira, 1964

CARTA CAPITAL. **O Brasil tem Latifúndios:** 70 mil deles, 2015. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>> Acessado em 6 de julho de 2018.

CASTRO, F. M. de. Os japoneses na Amazônia. **Província do Pará.** Belém, 11 dez. 1954

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Caderno de Conflitos no Campo – Brasil 2012.** Goiânia, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Caderno de Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia, 2016. 232 f

CONCEIÇÃO, M. F. C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do Nordeste Paraense. In: HÉBETTE, J. et. Al. (ORGs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: Ed. da UFPA, 2002, p.133-171.

CÓRDOBA, D; SELFA, T; ABRAMS, J; SOMBRA, D. Family Farming, Agribusiness and the State: building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil. **Journal of Rural Studies**. 57. 2018, p. 147-156.

COSTA, F. de A. **Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo: teoria e prática nos Estados Unidos e na Amazônia Brasileira**. Belém: NAEA, 2012.

COUTO, A; SOUSA, R; MACEDO, C. A fronteira do dendê na Amazônia: o caso do nordeste paraense. In: **ANAIS do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Território em Disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. Uberlândia, 2012.

CHAMBOULEYRON, R. Plantações, sesmarias e vilas: uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 2006.

CRUZ, B. E. V. da. **Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CRUZ, V. C. **Pela Outra Margem da Fronteira: Território, Identidade e Lutas Sociais na Amazônia**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. 2006.

DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. **A Concept of Agribusiness**. Boston (EUA): Division of Research. Graduate School of Business Administration. Harvard University, 1957, 136 p.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DROUVOT, H; DROUVOT, C. M. **O Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma: a questão da participação dos atores locais em favor do desenvolvimento territorial**. 2º Congresso TRANSFORMARE, 19-20 março, Paris, 2012.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**. V. 23, n. 3. jul./set, 1961. P. 527-555.

EMBRAPA. **Sistemas Agroflorestais (SAF's)**. Brasília, DF, 2004. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/112/sistemas-agroflorestais-safs>>. Acesso em: 25 maio 2017.

EMMI, M. F. **Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade**. Belém: NAEA, 2008.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso da Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999. 263p.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In.: SAQUET, M. A. & SANTOS, R. A. (ORGs.) **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAGUNDES, M. E. **Açorianos em terras brasileiras**. 2012. Disponível em <<http://abemdanacao.blogs.sapo.pt/713228.html>> Acessado em 22 Jun. 2017

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. **Espaço aberto**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 21-43, 2011.

FURLAN JÚNIOR., J; KALTNER, F. J; AZEVEDO, G. F. P; CAMPOS, I. A. **Biodiesel: Porque têm que ser dendê**. Belém, PA: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2006.

GOMES, D. L. **Os Limites da Inclusão Social: agricultores integrados às agroindústrias do dendê no Pará**. 2018, 133 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2018.

GÓMEZ, J. R. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3. nº 1, 2002

GÖRGEN, Frei S. A. Agricultura camponesa. In.: STEDILE, J. P. (ORG.) **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2016, p. 101-104.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

GRAZIANO DA SILVA, J. **Complexos agroindustriais e outros complexos**. Reforma Agrária, p. 5-34, set/dez., 1991.

GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. **Novo mundo rural: A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. Edições Loyola, 2004.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MA-NESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**. Belém: EDUFPA, 2002. p. 175-202.

HOMMA, A. K. O. **Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso da colônia agrícola de Tomé-Açu, Pará**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. Dinâmicas setoriais e desenvolvimento regional: artigos completos. Cuiabá: SOBER: UFMT, 2004.

\_\_\_\_\_. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental; Fiepa, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

HOMMA, A. O. K.; VIEIRA, I. C. G. Colóquio sobre dendezeiro: Prioridades de pesquisas econômicas, sociais e ambientais na Amazônia. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 8, n. 15, p. 79-90, jul./dez. 2012.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html)>  
> Acessado em 25/08/2018

\_\_\_\_\_. **Tomé-Açu**. Portal Cidades, 2018. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tome-acu/historico>> Acessado em 25/08/2018

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Agropecuária Municipal (PAM)**, 2016. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>> Acessado em 25/08/2018

IDEFLOR. **Sistemas agroflorestais comerciais: estratégia produtiva sustentável para a agricultura familiar**. 2013

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **O comportamento sócio-trabalhista na produção do óleo de palma do dendê no Estado do Pará com foco nas empresas Agropalma, Biovale/Biopalma, Petrobras Combustíveis**. São Paulo, fevereiro de 2014.

ISHIZU, T. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre**. 2007, 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007

KATO, O. R. et al. **Projeto Dendê: sistemas agroflorestais na agricultura Familiar**. [s. l. s. n.], [s. d.]

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado-Homem-Natureza**. 2º Ed. Belém: Cejup, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro 2009.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MACEDO, C. O. Agrocombustível e Agricultura Camponesa no Nordeste Paraense: o caso de Nova Esperança. In: **ANAIS do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Território em Disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. Uberlândia, 2012.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n.1, p. 303-331, 2015.

MAPA. **Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo**. 1ª edição. 2018. Disponível em [http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2018/06/DIAGNOSTICO\\_PALMA.pdf](http://www.abrapalma.org/pt/wp-content/uploads/2018/06/DIAGNOSTICO_PALMA.pdf) Acessado em 22/08/2018

MARCOS, V. de. **As correntes teóricas e o campo: diferentes interpretações**. Apresentação em Power Point (minicurso), UFPA, Belém, 2014.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997, 213p.

MASSEY, D. Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações. In: **Geographia**. Niterói-RJ: Ano VI, nº 12, 2004.

MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005. 291 p.

MELO, A. T. M. de. et al. Assentamento Benedito Alves Bandeira: uma história de lutas pela terra no município de Acará, Nordeste Paraense. In: V Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, 2012, Araquara. **ANAIS**. Simpósio Reforma Agrária e questões rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento. Araquara: Uniara/Nupedor, 2012.

MENEZES, A. J. E. A. de. et al. Caracterização Socioeconômica de Pequenos Produtores de Dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, Município de Moju, Pará. **Amazônia: Ci. & Desenvol.**, Belém, v. 11, n. 21, jul./dez. 2015

MESZÁROS, I. **Para além do capital** – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de P. C. Castanheira; S. Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, A. C. R. de. **Bases da Formação Territorial do Brasil**. Geografares, Vitória, nº 2, jun. 2001.

MOURA, M. M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, A. A. **A cultura do dendê**. Belém: Embrapa-CPATU, 1980.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, EDUC, 1989. 149 p.

MUTO, R. **O Japão na Amazônia: condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)**. 2010. 345 f. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2010.

MINAYO, M. C. S.; Sanches, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./set, 1993.

NAHUM, J. S.; BASTOS, C. dos SANTOS. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v.11, n.15, p. 309-331, 2015.

NOGUEIRA, C. M.; JESUS, E. A pequena produção avícola familiar e o sistema de integração no oeste catarinense: uma prisão de portas abertas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 123-138, 2013.

NUNES, F. A. Núcleos Colônias em Interpret'ações': a experiencia amazônica (zona bragantina, Pará, décadas de 1870-1880). **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, Vol. 7 n° 1, abr. 2014.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente, SP: UNESP, 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. Prefácio. In: PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, A. U. Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/ Paz e terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2008, Montevideu/Uruguai. **Anais...** Montevideu/Uruguai, 2008.

\_\_\_\_\_. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani. (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 63-110

\_\_\_\_\_. Agricultura e Indústria do Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v,5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010

\_\_\_\_\_. Os Agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar. In: Julia Adão Bernardes e Luís Ângelo dos Santos Aracri. (Org.). **Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia**. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Martins Celestino Edições, 2011, v. 1, p. 47-64.

\_\_\_\_\_. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP**: espaço e tempo, v. 19, 2015, p. 228-244.

OLIVEIRA NETO, A. C. **Territórios subordinados**: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. Presidente Prudente: UNESP [s.n.], 2017. (Tese de doutorado).

PAULINO, E. T; ALMEIDA, R. A. **Terra e Território**: A Questão Camponesa no Capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEIXOTO. A. M. M. **Políticas Públicas e Agricultura Camponesa**: análise do PAA e do PNPB nos municípios de Ipameri e Jataí-GO. 2016. 235 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e de uso da terra na região bragantina do estado do Pará**. Belém: Ed. da UFPA, 1967.

PICANÇO FILHO, A. F.; MARIN, J. O. B. Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 191-202, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **De Saberes e de Territórios** - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Niterói: 2006.

\_\_\_\_\_. **O desafio ambiental**, Rio de Janeiro: Record, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. **Colonialidade do Poder e os Desafios da Integração Regional na América Latina**. Polis, 31, 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Capítulo: 3. [Versão digital PDF]. Estados Unidos, New York: PNUD, 2007. Recuperado de <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2007-8-portuguese.pdf> <Acessado em 25/08/2018>

QUIJANO, A. A Colonialidade del Poder. Eurocéntrismo y América Latina. In: LANDER, E. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, C. O território e o poder. In: RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p.143-217.

REPÓRTER BRASIL. **A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel: retrato do presente, perspectivas de futuro**. São Paulo: Centro de Monitoramento de Agrocombustível, 2010.

\_\_\_\_\_. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. São Paulo: Centro de Monitoramento de Agrocombustível, 2013.

RICHARDSON, R. J; et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. 334p.

ROCHA, C. G. S; ALMEIDA, J. P. de. Lógicas de reprodução social, trajetórias produtivas e gestão do meio natural de agricultores familiares no sudoeste do Pará, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, PA. Vol. 16, n. 1, jun. 2013, p. 149-172

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACRAMENTO, E. D. **Memória de Benezinho**. 2009. Acessado em 05 de julho de 2018 <http://professoraedilzafontes.blogspot.com/2009/11/memoria-de-benezinho.html>

\_\_\_\_\_. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. **Revista Moara**, ed. 44, 2015.

SAMPAIO, I. C. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no Município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar**. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo. HUCITEC. 1978

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. A. S. et al. **Comportamento do mercado do óleo de palma no Brasil e na Amazônia**. Belém: Banco da Amazônia S.A. – Coordenadoria de Estudos Especiais COESP, Estudos Setoriais 11. 1998.

SILVA, E. M. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SOUSA, R. B. **Pelas margens do Igarapé Arapiranga: o processo de territorialização camponesa no Município de Concórdia do Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFF/PPGEO. Niterói: 2014.

\_\_\_\_\_. **Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no Nordeste Paraense**. 2018. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

SOUSA SANTOS, B. de. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: **Conhecimento Prudente para uma nova vida decente: um discurso sobre as ciências** revistado. São Paulo: Cortês, 2004.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. E. de et al. (org.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In.: HUMPHREY, J. et al. (ORGs.). **Trabalho e dominação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980.

SHIMIZU, I. M. **Outro “mura”, outros japoneses**. Herança do Kasato-Maru. Novos Cadernos NAEA v. 13, n. 2, p. 153-168, dez. 2010, ISSN 1516-6481

SZMRECSANYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: BORIS, Fausto (Org.). **História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: DIFEL, tomo III, v. 4, 1984. p. 109-207.

SZMRECSÁNYI, T; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T; SUZIGAN, W. (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Huvitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Edusp / Imprensa Oficial, 2002. p. 227-249.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**. Vol. 21, n°. 01, jan.-jul./2002. Campina Grande: UFCG/PPGS, 2002, p. 10-31.

SILVA, E. P. et. al. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, 2016, p. 165-195.

SILVA, E. M. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SIMONETTI, M. C. L. **A longa caminhada**: a (re)construção do território camponês em Promissão. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo-SP, 1999. (Tese de doutorado)

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em geografia. **Geographia**: Niterói/RJ, UFF/EGG, Ano 4, Nº 7, 2002, p. 92-99.

TAVARES, M. G. da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, ano II, nº 3, jan./jun. 2008. p. 59-83.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 2(2), pp. 109-117, 1981

\_\_\_\_\_. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2ª ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1984.

THOMAZ JUNIOR, A. O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do século XXI. **Revista CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de Geografia Agrária, v. 5, n. 10, p. 92-122, ago. 2010.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses**: uma leitura a partir do México profundo. Tradução: Maria Angélica Pandolf. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato** – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976, 261p.

VIEIRA, A. C. C. **A integração camponesa ao monocultivo do dendê**: subordinação e transformação do campesinato amazônico. 144 f. Dissertação (mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VOEKS, R. A. **Sacred Leaves of Candomblé**. Austin, TX: University of Texas Press, 1997

WOORTMANN, K. **Com Parente não se Negueia**: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 87, p. 11-73, 1990

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Roteiro de entrevista para os camponeses

1. Identificação
  - a. Nome:
  - b. Idade:
  - c. Escolaridade:
  - d. Sexo:
2. Sobre o lar
  - a. Quantos e suas respectivas idades:
  - b. Escolaridade:
3. Perfil de Organização
  - a. Identificação
  - b. Relação com o sindicato
  - c. Benefícios e/ou vantagens desse tipo de organização
  - d. Principais produtos produzidos e comercializados
4. Sobre o funcionamento e equipamentos da unidade camponesa
5. Sobre autonomia e organização
  - a. Tempo empregado na unidade
  - b. Tipo de propriedade
  - c. Histórico de vida enquanto camponês
  - d. Acesso à política pública/acesso a ATER (pública ou privada, quais)
  - e. Perspectivas para si e para a família
  - f. Participação em associações/cooperativas/comercialização (feiras, supermercados – para pensar a questão da comercialização para além do dendê – outros produtos do autoconsumo) – (isso seria para mensurar a questão da apropriação da renda da terra – subordinação formal/real do trabalho)
6. Sobre a vida e o trabalho na unidade camponesa
7. Sobre a produção agroflorestal
8. Sobre a introdução do dendê na unidade e seus desdobramentos
  - a. A conversa com as empresas e o sindicato
  - b. O contrato
  - c. As atividades específicas que esta planta requer (nível de ocupação do trabalho sobre o tempo livre e autonomia do modo de vida camponês)
  - d. Existência de assalariamento/troca de dias/mutirão para lidar com o dendê
  - e. Renda familiar/melhoramento

## ANEXOS

## Anexo 1: Manchete jornalística sobre o assassinato de Benezinho

**TOMÉ AÇU-PARÁ**

## Povo vinga a morte de sindicalista

Os três pistoleiros chegaram ao município de Tomé-Açu, no Pará, na manhã do dia quatro de julho. Rodaram pela cidade num automóvel Fiat e ao meio-dia conseguiram localizar o homem que deviam matar: Benedito Alves Bandeira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, conhecido por sua combatividade na defesa dos interesses dos lavradores. Para cumprir esta missão aparentemente tão fácil — assassinar um homem desarmado — eles receberam dois milhões de cruzeiros, pagos pelos latifundiários Acrino Breda e José-lino de Barros.

**ASSASSINADO BARBARAMENTE**

A uma hora da tarde, Benedito foi fuzilado pelas costas com dois tiros na cabeça, quando entrava na sede do sindicato, em plena avenida Magalhães Barata, a maior da cidade. Os criminosos Hilton de Souza, Juracy de Souza e José Machado do Nascimento tentaram fugir para Belém, enquanto cerca de 600 pessoas revoltadas cercaram a delegacia de polícia, exigindo providências. Horas mais tarde, os pistoleiros foram presos pela Polícia Militar e levados de volta para a cidade.

**POPULARES FIZERAM JUSTIÇA**

Quando os carros da polícia aproximavam-se da delegacia, foram cercados pelo povo. Hilton, capataz de Acrino Breda, que vinha na primeira camionete, foi arrancado do veículo e morto pelos populares. O outro carro que trazia Juracy e José conseguiu desviar da multidão e colocar

os pistoleiros no xadrez. O delegado Manoel Costa recusou-se a entregar os presos, mas durante a madrugada não houve jeito de conter o povo. Com pedaços de pau, pedras, canos de ferro e até o mastro da bandeira do Brasil, cerca de duas mil pessoas invadiram a delegacia. Sem outra alternativa, o delegado e os policiais abandonaram o local. As grades das prisões foram serradas, paredes foram demolidas e os dois assassinos foram linchados pelos populares.

Eliminados os pistoleiros, a população de Tomé-Açu quer que os mandantes do assassinato de Benedito sejam punidos. Acrino Breda, dono da Fazenda Colatina, conhecido por cometer arbitrariedades contra os trabalhadores da região, tentava tomar conta de uma área ocupada há anos por 60 famílias de posseiros. O sindicato, através de Benedito, assumiu a defesa dos lavradores, ar-

gumentando que aquela gleba não pertencia ao latifundiário. Este teria sido o motivo do crime.

**ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA**

Comenta-se na região que os fazendeiros elaboraram uma lista negra de pessoas que deviam ser assassinadas. Diversos líderes de lavradores, advogados e políticos de oposição estão recebendo ameaças de morte através de telefonemas e cartas anônimas. Os latifundiários estariam preparando inclusive uma organização criminosa chamada «Terceira Lei». Esta situação, é bom que se diga, é fruto da impunidade em relação aos crimes contra lavradores e sindicalistas. Mas, como ficou demonstrado em Tomé-Açu, o povo está cansado de ser vítima destes crimes acobertados pelas autoridades. Acrino Breda, que mora no Espírito Santo, está refugiado.



Foto: EQUIPE SEM TERRA



Assassinos de Benezinho (ao alto) foram arrancados das mãos da polícia e linchados pela população em frente à delegacia.



Foto: EQUIPE SEM TERRA

Morte do líder sindical comoveu a cidade.

### A vida dedicada aos companheiros

Benedito Alves Bandeira ou «Benezinhos», como era chamado por seus amigos e companheiros, foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, em março do ano passado. Fazia parte da Chapa 2 que teve que vencer três eleições antes de tomar posse. Lavrador desde menino, Benezinho era membro do Conselho Paroquial da Igreja e do diretório municipal do PMDB. Como dirigente sindical, participou do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 83, quando foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele morreu aos 38 anos, deixando seis filhos. Sua mulher, Maria de Fátima, disse durante o velório que Benezinho tinha amor à família e aos companheiros, «por isso, deu a vida pelo seu povo».

O bispo de Abaetetuba, dom Angelo Frozi, declarou: «Ele foi mais uma vítima da ganância de uma sociedade injusta que está massacrando milhões de brasileiros».

## REFORMA AGRÁRIA

### Campanha lançada no Maranhão e Goiás

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária foi lançada dia 6 de julho, em São Luiz do Maranhão, numa das maiores manifestações populares da história daquele estado. Cerca de 10 mil lavradores, vindos de mais de 100 municípios, realizaram uma passeata pelas ruas centrais de São Luiz, carregando faixas pedindo a Reforma Agrária e Diretas Já. O ato foi coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão (FETAEMA) e contou com a participação de representantes da CUT, CONCLAT, CONTAG e dos partidos de oposição. Segundo o presidente da Federação, Francisco Sales, «foi um dos mais importantes momentos do sindicalismo maranhense».

Na ocasião foi lançado o «Manifesto ao Povo Maranhense» assinado por 32 entidades locais. O documento culpa o regime militar e os governos do PDS por terem transformado o Maranhão num paraíso de latifundiários e grileiros. Casualmente, o governador Luis Rocha, ex-presidente da Federação Agrícola Patronal do Maranhão, fazia aniversário justamente naquele dia e tinha colocado cartazes pela cidade, para comemorar a data. Grande latifundiário, Rocha não deve ter gostado muito do presente dado pelos lavradores.

**BICO DO PAPAGAIO**

No Bico do Papagaio, no norte de Goiás, seis mil pessoas participaram no ato de lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. A manifestação ocorreu no dia 23 de junho, no município de Augustinópolis, e foi promovida pelos sindicatos de Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo, Itaguatins e pela CPT. Diversas entidades populares participaram da manifestação, realizada em clima de tranquilidade.

No entanto, quando o ato estava terminado, um conhecido pistoleiro da região apelidado de «Nenenção» começou a dar voltas na praça, buzinando intensamente. O carro foi contido por um grupo de lavradores, estando à frente a deputada Federal Irma Passoni, do PT, que perguntaram ao pistoleiro qual a razão daquela atitude de provocação. «Nenenção» conseguiu escapar. Pouco depois correu a notícia que ele fora esfaqueado num bar pelo posseiro Vitorino Barros, que imediatamente foi preso.

A partir daí, um grupo de mulheres parentes de Nenenção, protegidas por homens armados, tentou agredir a deputada Irma e o advogado da CPT Osvaldo Alencar Rocha. O frei Henri des Rozieres e o padre Josimo Tavares foram espancados e a muito custo conseguiram escapar, enquanto a Polícia Militar limitava-se a assistir à cena.

Segundo a CPT, a provocação foi armada pelos inimigos da Reforma Agrária, grileiros e fazendeiros da região, que tentaram perturbar um ato pacífico e democrático. A região do Bico do Papagaio é considerada a que possui maior número de conflitos de terra no país.

**SEM TERRA**

**Anexo 2: Contrato de parceria e assistência técnica especializada em cultivo de dendê**

BIOPALMA 

**CONTRATO DE PARCERIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
ESPECIALIZADA EM CULTIVO DE DENDÊ**

(i) **BIOPALMA DA AMAZÔNIA S.A. REFLORESTAMENTO INDÚSTRIA E COMERCIO**, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, na Travessa Dr. Moraes, nº 78, Bairro Nazaré, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.581.205/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada "**BIOPALMA**", e, de outro lado,

(ii) \_\_\_\_\_, brasileiro, casad, produto rural, inscric no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, doravante denominado "**PRODUTOR**",

**CONSIDERANDO**

- que o PRODUTOR é legítimo possessor do imóvel rural denominado \_\_\_\_\_ com área de 25,0 ha (VINTE E CINCO HECTARES), localizado no Município de Tomé-Açu, \_\_\_\_\_, no qual exerce atividade agrícola;
- que a BIOPALMA é empresa produtora de óleo de palma e, para tanto, precisa de fontes de abastecimento oriundos de frutos de dendê;
- que a BIOPALMA tem interesse em comprar os frutos de dendê cultivados pelo PRODUTOR, desde que o PRODUTOR adote os insumos e técnicas de plantio disponibilizados pela BIOPALMA;

**RESOLVEM** as Partes celebrar o presente **CONTRATO DE PARCERIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM CULTIVO DE DENDÊ**, o qual se regerá pelas cláusulas e condições a seguir articuladas:

**CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto:

- a) o fornecimento, pela BIOPALMA ao PRODUTOR, de insumos a preço de custo e assistência técnica gratuita para cultivo de DENDÊ;
- b) a venda pelo PRODUTOR à BIOPALMA, da totalidade dos frutos de dendê produzidos pelo PRODUTOR, ao longo de 10 (dez) anos, com os insumos


BIOPALMA



fornecidos pela BIOPALMA, de acordo com as orientações técnicas de plantio, manejo e colheita disponibilizadas pela BIOPALMA;

- c) o compromisso da BIOPALMA de comprar a totalidade dos frutos de dendê produzidos pelo PRODUTOR, observadas as condições estabelecidas neste Contrato. (i) com os insumos fornecidos pela BIOPALMA; (ii) de acordo com as técnicas de plantio, manejo e colheita disponibilizadas pela BIOPALMA; e (iii) observada a legislação ambiental e trabalhista aplicável à atividade.

#### CLÁUSULA 2ª – DAS OBRIGAÇÕES DA BIOPALMA

I – Prestar serviços especializados de exploração agrícola para cultivo de dendê, inclusive com fornecimento de mudas, adubos, sementes de puerária e demais insumos adequados ao plantio de dendê, numa área medindo aproximadamente 10 ha (dez hectares).

II – Até a conclusão da avaliação de crédito pelo Banco financiador com a liberação dos recursos para o PRODUTOR, a BIOPALMA poderá fornecer insumos e prestação de serviço, conforme planilha abaixo, que poderá totalizar a importância de até **R\$26.709,00** (vinte seis mil, setecentos e nove reais):

ATIVIDADES	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Legalização ambiental do Imóvel	1,00	vb	R\$ 160,00	R\$ 160,00
Limpeza da área	160,00	H/D	R\$ 25,00	R\$ 4.000,00
Piquetes e piqueteamento	20,00	H/D	R\$ 20,00	R\$ 400,00
Semeio de Puerária	20,00	H/D	R\$ 20,00	R\$ 400,00
*Mudas de dendê	1430,00	unidade	R\$ 10,00	R\$ 14.300,00
*Sementes de Leguminosa (Puerária)	10,00	kg	R\$ 35,00	R\$ 350,00
*Adubo Fosfato Reativo de Arad	700,00	kg	R\$ 0,70	R\$ 525,00
*Luvas de raspacano longo	3,00	unidade	R\$ 8,00	R\$ 24,00
Distrib-Coveam-Adub-plantio	75,00	H/D	R\$ 20,00	R\$ 1.500,00
Coroamento das plantas	20,00	H/D	R\$ 20,00	R\$ 400,00
*Adubo Npk Ano I	3950,00	kg	R\$ 0,57	R\$ 2.250,00
*Adubo Fosfato Reativo Ano I	1150,00	kg	R\$ 0,52	R\$ 600,00
Corôa-rebaixo-C. Fito-Adubação	60,00	H/D	R\$ 30,00	R\$ 1.800,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 26.709,00</b>

(\*) serão fornecidas através de insumos a preço de custo

III – Adquirir a totalidade dos frutos produzidos pelo PRODUTOR, cujo valor será calculado sobre o valor médio determinado pela cotação no mercado interno à época da celebração da venda.



BIOPALMA



VALE

**CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DO PRODUTOR**

I – Cumprir todas as Cláusulas e condições previstas neste Contrato, consistindo a sua inobservância em uma infração contratual punível com a rescisão deste instrumento.

II – Manejar a área de plantio seguindo rigorosamente o organograma e as orientações técnicas fornecidas pela BIOPALMA;

III – Manter o plantio de mudas de dendê em perfeito estado de conservação e limpeza, bem como por fornecer todas as condições necessárias para manter a segurança do terreno.

IV – Quitar todos os encargos relativos ao imóvel objeto deste contrato, tais como: Imposto Territorial Rural (ITR), Luz, Água, Taxas, Tarifas ou quaisquer outros tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o referido imóvel.

V- Quitar integralmente, quando aplicável, os insumos fornecidos e serviços prestados pela BIOPALMA conforme a Cláusula 2ª II, imediatamente após a aprovação e liberação dos recursos de crédito pelo Banco financiador.

VI- O PRODUTOR desde já autoriza o Banco financiador a efetuar o depósito diretamente na conta da BIOPALMA, dos valores correspondentes às mudas, insumos e serviços já fornecidos pela BIOPALMA, quando da liberação do financiamento pelo Banco.

VII- Caso o financiamento do PRODUTOR não seja aprovado pelo Banco em até 150 dias após a assinatura do contrato, o PRODUTOR compromete-se a quitar no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do contrato junto à BIOPALMA os valores correspondentes às mudas, insumos e serviços já fornecidos por esta, corrigidos pela taxa SELIC desde a data do adiantamento até a data da efetiva quitação. Caso a quitação total não ocorra na data acordada, os valores devidos (já corrigidos pela SELIC) serão acrescidos de uma multa de 5%.

**Parágrafo Único** – Caso o financiamento do PRODUTOR não seja aprovado pelo Banco em até 150 dias após a assinatura deste contrato, é facultado ao PRODUTOR a possibilidade de quitação dos valores citados no item II desta Cláusula, através do

3

BIOPALMA



abatimento pela **BIOPALMA** de 30% dos valores comerciais pagos pelos frutos até a quitação total da dívida, considerando os mesmos encargos especificados no item anterior durante a permanência da dívida.

#### **CLÁUSULA 4ª – DA VISTORIA**

A **BIOPALMA** terá livre acesso ao imóvel do **PRODUTOR**, podendo visitar suas dependências sempre que julgar conveniente, para verificar a regularidade das condições do plantio e do solo, prestar a assistência necessária, bem como fiscalizar a execução do contrato.

#### **CLÁUSULA 5ª – DISPOSIÇÕES GERAIS**

As Partes obrigam-se a respeitar este Contrato nos termos em que está redigido, sendo que a violação de qualquer de suas Cláusulas ou condições por parte do **PRODUTOR** implica na rescisão automática do Contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial. Mesmo em caso de rescisão do contrato, o produtor continua com a obrigação de quitar o valor dos insumos e serviços fornecidos pela Biopalma no prazo estabelecido na Cláusula 3ª, assim como os possíveis juros e encargos. A parte infratora fica ainda com o ônus dos honorários advocatícios desde já fixados em 20% (vinte por cento), nos casos em que houver necessidade de alguma medida judicial para assegurar o cumprimento do contrato.

**Parágrafo Único** – Nos casos em que este Contrato for omissivo, quaisquer rege-se-á pelo que o Código Civil Brasileiro dispuser.

#### **CLÁUSULA 6ª – DO PRAZO**

O presente contrato terá vigência pelo prazo de 10 (dez) anos a contar a partir de sua assinatura, podendo ser renovado mediante a assinatura de Termo Aditivo, de acordo com a conveniência e interesse das partes.

**Parágrafo Primeiro** – Caso o **PRODUTOR** se mantenha inadimplente com o contrato de financiamento celebrado com o Banco, este Contrato poderá ser rescindido automaticamente antes do término da vigência convencionada.

**Parágrafo Segundo** – Fica assegurado a **BIOPALMA** o direito de não renovar o presente Contrato, no caso do não cumprimento pelo **PRODUTOR** de alguma das

VMDL



4

BIOPALMA



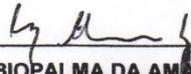
cláusulas deste instrumento, ou ainda caso venha ser previamente acordado entre as partes, devendo ser comunicada com antecedência mínima de trinta dias..

**CLÁUSULA 7ª – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Tomé-Açu, Estado do Pará, para dirimir qualquer litígio ou dúvidas provenientes do presente Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, todas rubricadas e no final assinadas pelas partes contratantes e por duas testemunhas.

Concórdia do Pará, 12 de janeiro de 2012.

  
 BIOPALMA DA AMAZONIA S/A  
 REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E  
 COMERCIO

Nome:

Cargo:

  
 BIOPALMA DA AMAZONIA S/A  
 REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E  
 COMERCIO

Nome:

Cargo:

**TESTEMUNHAS:**

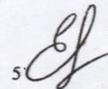
1ª: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2ª: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_





**Anexo 3: Cédula de crédito bancário do BASA emitida para um camponês com projeto de dende**

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO							
EMITENTE:				CPF.:			
Endereço: I				PRONAF ED - FNO			
Nº: FIR-				Valor: R\$ 74.939,50			
BANCO DA AMAZÔNIA S.A.		AG.: TOME-ACU		CNPJ: 04902979/0078-23			
DATA DE EMISSÃO: 2012				DATA DE VENCIMENTO: /2026			
<p>Aos dias de de 2026 pagarei(emos) por esta CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ao BANCO DA AMAZÔNIA S.A, ou a sua ordem, a quantia de setenta e quatro mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos, em moeda corrente nacional, conforme FORMA DE PAGAMENTO abaixo, valor deferido para aplicação na forma do ORÇAMENTO anexo a esta CÉDULA.</p>							
FORMA DE UTILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO:							
Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$	Data	Valor: R\$
30/05/2012	25.409,50	10/07/2012	7.776,00	10/10/2012	1.875,00	10/12/2012	1.875,00
10/09/2013	1.755,00	10/12/2013	1.755,00	10/03/2014	15.202,00	10/06/2014	1.830,00
				10/09/2014	2.700,00	10/12/2014	1.800,00
FORMA DE PAGAMENTO DO INVESTIMENTO:							
Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.	Data	% s/S.Dev.
10/01/2018	10,00%	10/01/2019	12,00%	10/01/2020	13,00%	10/01/2021	16,00%
10/01/2022	19,00%	10/01/2023	24,00%	10/01/2024	33,00%	10/01/2025	50,00%
10/01/2026	100,00%						
LOCAL DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado na praça de TOME-ACU - PA.							
TIPO GARANTIA: // AVAL							
OUTORGA CONJUGAL: Comparece neste ato o(a) Sr.(Sra.) _____, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº.: _____, que diz concordar plenamente com o teor desta Cédula de Crédito Bancário.							
ENCARGOS FINANCEIROS: Sobre os valores lançados na conta vinculada a este financiamento e sobre o saldo devedor daí decorrente, incidirão encargos financeiros iguais à taxa efetiva de juros de 2%a.a.(dois por cento ao ano)41708, com base na taxa proporcional diária (ano de 360 dias). Os Encargos Financeiros serão calculados e incorporados mensalmente ao saldo devedor, no vencimento e na liquidação da dívida, exigíveis juntamente com as parcelas do principal, proporcionalmente aos valores nominais de cada uma delas, no vencimento e na liquidação da dívida.							
REVISÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS - Fica desde já ajustado e convencionado entre o BANCO e o EMITENTE que a taxa efetiva de juros indicada na cláusula ENCARGOS FINANCEIROS, relativamente a recursos do FNO, poderá ser revista, sem a necessidade da formalização de aditivo, nos termos dos parágrafos 3º e 4º, do Art. 1º, da Lei nº 10.177, de 12/01/2001, publicada no D.O.U. de 15/01/2001. O novo percentual da taxa efetiva de juros, obtido com a revisão de que trata esta cláusula, será informado pelo BANCO ao EMITENTE por escrito.							
EXTINÇÃO DA TJLP: No caso de extinção da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, de que trata os parágrafos 3º e 4º, do Art. 1º da Lei nº 10.177, de 12/01/2001, ou proibição de seu uso por quem de direito, o Banco da Amazônia e o(a) EMITENTE estabelecem que será utilizada outro indicador legal de ajustamento da taxa dos encargos financeiros, ficando, de logo, acertado que, havendo mudança no parâmetro oficial substitutivo da TJLP, este prevalecerá desde quando a aplicação da TJLP, independente da data da decisão se revelar juridicamente inaplicável.							

## CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

EMITENTE:	CPF.:
Endereço:	PRONAF ED - FNO
Nº: FIR-	Valor: R\$ 74.939,50
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. AG.: TOME-ACU	CNPJ: 04902979/0078-23
DATA DE EMISSÃO: 2012	DATA DE VENCIMENTO: /2026

**INADIMPLEMENTO:** Na falta de pagamento, nos períodos acordados, quer do principal, quer dos acessórios, sobre o valor vencido e enquanto não regularizada a operação, incidirão: a) juros compensatórios (remuneratórios) estabelecidos nesta Cédula; b) juros moratórios a taxa efetiva de 1% a.a. (um por cento ao ano); c) multa contratual de 2% (dois por cento). A aplicação da multa contratual dar-se-á, ainda que o BANCO não tenha recorrido a meios judiciais para haver o pagamento do que lhe for devido, e independe de notificação ou aviso judicial e extrajudicial, configurando-se direito líquido e certo decorrente da infração ou atraso por parte do(a) EMITENTE.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Caracteriza a inadimplência o descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista nesta Cédula, inclusive desvio na aplicação dos recursos liberados. **PARÁGRAFO SEGUNDO:** O descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste instrumento como em outros que porventura o(a) EMITENTE tenha firmado ou venha a firmar com o Banco da Amazônia, ou em caso de falência (quando se tratar de pessoa jurídica), ou no caso de insolvência (quando se tratar de pessoa física), implica, a critério do Banco, no vencimento antecipado da dívida e na aplicação dos encargos, de que trata o "caput", sobre o saldo devedor total da operação. **PARÁGRAFO TERCEIRO:** Sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executiva, o(a) EMITENTE fica sujeito(a), no caso de desvio na aplicação dos recursos ou falta de pagamento, à perda de todo e qualquer benefício financeiro, especialmente os relativos a encargos, que passarão a ser os de

**PERDA DO BENEFÍCIO:** No caso de desvio na aplicação dos recursos, e/ou desvio da finalidade do bem financiado, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício concedido.

**CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA:** O EMITENTE fica cientificado que, enquanto não for liquidada a operação, o mesmo estará sujeito a ser denunciado perante o BACEN, se constatado desvio de crédito e/ou finalidade, defraudação de garantias, falsificação/adulteração de documentos, com intuito de auferir vantagens em benefício próprio ou de terceiros em detrimento do erário público.

**CONDIÇÕES DAS LIBERAÇÕES:** Previamente à contratação e liberação de qualquer parcela de recursos fica(m) condicionado(s) a inexistência de restritivo junto ao CADIN e SERASA contra o nome do(a) EMITENTE e de seus avalistas, bem como a inexistência de débito junto a União, mediante a apresentação da Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referentes aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e, também, da Certidão Negativa de Débito (CND) do INSS.

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS:** Se o Banco da Amazônia S/A tiver de recorrer aos meios judiciais, ainda que em processo administrativo, para haver o recebimento do seu crédito, debitará aos DEVEDORES as importâncias pagas ao causídico habilitado, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, de conformidade com a Lei nº 8.906, de 04/07/1994, desde já fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado, além de encargos e multa. Os honorários advocatícios extrajudiciais não poderão superar o limite de dez por cento do valor total devido.

**CLÁUSULA IOF NAS OPERAÇÕES DO FNO:** O(A) EMITENTE se responsabiliza, desde já, pelo ônus do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), incidente sobre a operação ou parcela do crédito que, por sua culpa, vierem a ser desclassificadas e, conseqüentemente, excluídas desta fonte, em virtude de determinação expressa do Banco Central do Brasil, ou emanada do credor.

## CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

EMITENTE:	CPF.:
Endereço:	PRONAF ED - FNO
Nº: FIR-M	Valor: R\$ 74.939,50
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. AG.: TOME-ACU	CNPJ: 04902979/0078-23
DATA DE EMISSÃO: 2012	DATA DE VENCIMENTO: 12/2026

CLÁUSULAS ESPECIAIS: a) O (A) EMITENTE compromete-se a cumprir a legislação referente à proteção ambiental, especialmente o CÓDIGO FLORESTAL, Lei nº 4.771, de 15.09.65 e as Leis Estaduais Supletivas, responsabilizando-se por qualquer ação ou omissão, por si ou por seus prepostos que venha a infringir a legislação pertinente, bem como, fica ciente que em caso de embargo do uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel objeto do financiamento pela autoridade competente, posteriormente à contratação da operação, nos termos do inciso IV do Art. 20, combinado com o Art. 16, ambos do Decreto nº 6.514, de 22.07.2008, será suspensa a liberação de parcelas subseqüentes até a regularização ambiental do imóvel e da atividade, e, caso não seja efetivada a regularização no prazo de 12 (doze) meses a contar da data da atuação, o contrato, mesmo sem parcelas a liberar, será considerado vencido antecipadamente pelo Banco;

b) o(a) EMITENTE concorda que a liberação da primeira parcela, e das subseqüente(s), se houver (em) fica condicionada a inexistência de restritivo junto ao CADIN e SERASA contra o seu nome e de seus avalistas;

c) o(a) EMITENTE se obriga a aplicar o financiamento (parcelas liberadas) exclusivamente no empreendimento financiado, vedado seu emprego em outras finalidades, devendo os recursos, enquanto não efetivamente utilizados nos respectivos itens financiados, permanecerem depositados no Banco da Amazônia;

d) concorda o(a) EMITENTE que as parcelas do crédito, posteriores a primeira, só poderão ser liberadas após a comprovação da aplicação das anteriores;

e) poderá o Banco da Amazônia S.A., independentemente de lavratura de aditivo, autorizar liberações do crédito fora das épocas inicialmente previstas, desde que convenientes ao empreendimento financiado;

f) concorda o(a) EMITENTE que o desembolso das parcelas do crédito correspondentes às aquisições financiadas, seja feito mediante pagamento direto ao fornecedor dos bens, contra a entrega da 1ª via da nota fiscal, obrigando-se, ainda, a mantê-las em seu poder, comprometendo-se a apresentá-las ao Banco da Amazônia S.A, sempre que forem solicitadas pela fiscalização;

g) Os funcionários e peritos do Banco da Amazônia S.A. e do Banco Central do Brasil têm livre acesso ao(s) imóvel(eis) financiado(s) e dados em Garantia Hipotecária, para execução de vistorias, inspeções técnicas e contábeis; se porventura for negado o acesso àqueles que irão realizar a vistoria de que trata esta cláusula, fica sujeito o emitente ao pagamento de uma multa no valor de 2% (dois por cento) do valor do financiamento, passando esta a constar do saldo devedor, além de o emitente responder pelos encargos da ação judicial própria que venha a ser impetrada pelo credor a fim de obter a vistoria em questão.

h) Se as receitas destinadas ao reembolso do financiamento forem auferidas antes dos (o) vencimentos (o) contratuais (l), o(a) EMITENTE se obriga a efetuar a amortização ou liquidação do débito;

i) No caso de penhor de animais, o(a) EMITENTE se obriga a mantê-los nas quantidades e categorias ofertadas, até a liquidação do financiamento;

m) O(A) EMITENTE declara que a mudança do endereço, sem comunicação prévia ao Banco da Amazônia, dará validade a qualquer correspondência mandada para o endereço mencionado neste instrumento de crédito.

n) Obriga-se o (a) Emitente a não alienar, sem prévio e expreso consentimento do Banco, os bens adquiridos ou realizados com o financiamento. Integra esta cédula, para os fins e efeitos jurídicos, o seguinte anexo: ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO.

## CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO

EMITENTE:	CPF.:
Endereço:	PRONAF ED - FNO
Nº: FIR-M	Valor: R\$ 74.939,50
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. AG.: TOME-ACU	CNPJ: 04902979/0078-23
DATA DE EMISSÃO: 2012	DATA DE VENCIMENTO: / /2026

PUBLICIDADE: O(A) EMITENTE obriga-se a inserir nas embalagens dos seus produtos/serviços levados ao mercado, e nos prospectos e peças publicitárias dos mesmos, veiculadas em todo e qualquer tipo de mídia, convencional ou alternativa, inclusive veículos automotores (automóveis, caminhões, tratores e semelhantes), embarcações marítimas, etc, uma das referências de divulgação do FNO, conforme modelos delineados pelo Banco. O(A) EMITENTE obriga-se a disseminar, na localidade do empreendimento e áreas sob a sua influência, material de divulgação do FNO, tipo cartazes, folhetos, adesivos, etc., que, eventualmente, lhe seja fornecido pelo Banco.

DESPESAS: Nas fiscalizações de rotina ao empreendimento ora financiado, as despesas ficarão por conta do credor, porém, se houver solicitação do EMITENTE para outras vistorias de seu interesse, as despesas decorrentes destas correrão por conta do emitente.

o(a) EMITENTE declara que não possui financiamentos de investimento em qualquer instituição financeira integrante do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e reconhece que declaração falsa implica na substituição da taxa de juros pactuada pela taxa de 6,75 %a.a (seis inteiros e setenta e cinco decimos por cento ao ano) desde a data da contratação.

2012  
TOME-ACU (PA),

EMITENTE



CÔNJUGE ou COMPANHEIRA(O) do EMITENTE



POR AVAL DO(A) EMITENTE:



ANEXO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIANº: FIR-M- Valor: R\$ 74.939,99 . EMITID  
 EM FAVOR DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. ORÇAMENTO DE APLICAÇÃO

ED - SULAMITA E OUTROS.XLS

AGÊNCIA: TOME-ACU

Base: 26/03/2012 PRONAF ANEXO: I

ESPECIFICAÇÃO	QTDE	ud	VALOR UNITÁRIO	DATA DE LIBERAÇÃO	TOTAL	CRONOGRAMA DE LIBERAÇÕES					
						ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V	ANO VI
<b>I - INVERSÕES FIXAS</b>											
<b>I DENDE</b>											
Legalização ambiental	10,00	há			74.939,50	48.142,50	20.467,00	6.330,00			
Limpeza da área	1,00	vb	160,00	30/05/2012	160,00	160,00					
Piquetes e piquetamento	200,00	hd	25,00	30/05/2012	5.000,00	5.000,00					
Semeio de puerária	23,00	hd	25,00	30/05/2012	575,00	575,00					
Distrib-coveam-adub-plantio	10,00	hd	25,00	30/05/2012	250,00	250,00					
Coroamento das mudas	115,00	hd	25,00	30/05/2012	2.875,00	2.875,00					
Mudas de dendê	36,00	hd	25,00	30/05/2012	900,00	900,00					
Sementes de puerária	1.430,00	und	10,00	30/05/2012	14.300,00	14.300,00					
Adubo fosfáto reativo	20,00	kg	35,00	30/05/2012	700,00	700,00					
Luvas de raspa de couro cano longo e t	750,00	kg	0,77	30/05/2012	577,50	577,50					
Manutenção dendezal ano i	3,00	par	24,00	30/05/2012	72,00	72,00					
Coroam. rebaixo, cont. roed e adubaçã	10,00	há									
Coroam. rebaixo, cont. roed e adubaçã	75,00	hd	25,00	10/07/2012	1.875,00	1.875,00					
Coroam. rebaixo, cont. roed e adubaçã	75,00	hd	25,00	10/10/2012	1.875,00	1.875,00					
Coroam. rebaixo, cont. roed e adubaçã	75,00	hd	25,00	10/12/2012	1.875,00	1.875,00					
Manutenção dendezal ano ii	10,00	há									
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	65,00	hd	27,00	10/03/2013	1.755,00	1.755,00					
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	65,00	hd	27,00	10/06/2013	1.755,00	1.755,00					
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	65,00	hd	27,00	10/09/2013	1.755,00	1.755,00					
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	65,00	hd	27,00	10/12/2013	1.755,00	1.755,00					
Manutenção dendezal ano iii	10,00	há									
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	60,00	hd	30,00	10/03/2014	1.800,00	1.800,00					
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	60,00	hd	30,00	10/06/2014	1.800,00	1.800,00					
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	60,00	hd	30,00	10/09/2014	1.800,00	1.800,00					
Coroam. rebaixo, cont fito e adubaçã	60,00	hd	30,00	10/12/2014	1.800,00	1.800,00					
Colheita de cachos e frutos frescos	30,00	hd	30,00	10/09/2014	900,00	900,00					
Luvas de raspa de couro cano longo	3,00	par	10,00	10/06/2014	30,00	30,00					
Npk ano i	1,00	vb	4.800,00	10/07/2012	4.800,00	4.800,00					
Arad ano i	1,00	vb	1.101,00	10/07/2012	1.101,00	1.101,00					
Npk ano ii	1,00	vb	7.800,00	10/03/2013	7.800,00	7.800,00					
Arad ano ii	1,00	vb	1.652,00	10/03/2013	1.652,00	1.652,00					
Npk ano iii	1,00	vb	11.200,00	10/03/2014	11.200,00	11.200,00					
Arad ano iii	1,00	vb	2.202,00	10/03/2014	2.202,00	2.202,00					
<b>II - INVERSÕES SEMIFIXAS</b>											
<b>III - CUSTEIO</b>											
<b>IV - ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>											
1ª Parcela de Assistência Técnica 10 HÁ x R\$ 50,											
2ª Parcela de Assistência Técnica 10 HÁ x R\$ 50,											
3ª Parcela de Assistência Técnica 10 HÁ x R\$ 50,											
4ª Parcela de Assistência Técnica 10 HÁ x R\$ 50,											
<b>T O T A L</b>						74.939,50	48.142,50	20.467,00	6.330,00		



BANCO DA AMAZÔNIA S/A  
 AGÊNCIA 078-7 - Tome-Açu (PA)

Mt. Matr. 2262  
 Gerente Geral

Mt. Matr. 226  
 Super-Viceira

Fonte: Trabalho de campo. Documento cedido por um camponês com projeto de dendê.